

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**O PMDB e a sua manutenção no centro do jogo político:
*de catch all a cartel***

Paulo Victor Teixeira Pereira de Melo

BELO HORIZONTE
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**O PMDB e a sua manutenção no centro do jogo político:
*de catch all a cartel***

Paulo Victor Teixeira Pereira de Melo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Helcimara de Souza Telles

BELO HORIZONTE
2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA



ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO
PAULO VICTOR TEIXEIRA PEREIRA DE MELO - 2011664327

Realizou-se, no dia 01 de julho de 2013, às 10:00 horas, no auditório Prof. Luiz Bicalho da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *O PMDB e a sua manutenção no centro do jogo político de catch all a cartel*, apresentada por PAULO VICTOR TEIXEIRA PEREIRA DE MELO, graduado no curso de CIÊNCIAS SOCIAIS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em CIÊNCIA POLÍTICA, à seguinte Comissão Examinadora: Profa. Helcimara de Souza Telles - Orientadora (DCP/UFMG), Profa. Leticia Maria Ruiz Rodriguez (UCM), Profa Denise Paiva Ferreira (UFG) e Prof. Bruno Pinheiro Wanderley Reis (DCP/UFMG).

A Comissão considerou a dissertação:

- Aprovada
 Aprovada condicionalmente, sujeita a alterações, conforme folha de modificações, anexa
 Reprovada

Para constar foi lavrada a presente ata que será assinada pelos membros da Comissão.
Belo Horizonte, 01 de julho de 2013.

Profa Helcimara de Souza Telles – Orientadora
(DCP/UFMG)

Profa Leticia Maria Ruiz Rodriguez
Doutora - UCM

Prof(a). Denise Paiva Ferreira
Doutora - USP

Prof(a). Bruno Pinheiro Wanderley Reis
(DCP/UFMG)

À minha mãe,

Agradecimentos

Escrever o agradecimento sobre um período tão longo, trabalhoso e cheio de etapas e pessoas é sempre possível recorrer em erros e esquecimentos. Durante a realização deste mestrado perpasssei o pior momento da minha vida e encontrei na família e nos amigos a força necessária para continuar a percorrer o processo do cumprimento desta fase da minha vida.

O primeiro agradecimento que deve ser feito é a Deus. Seguido pela presença constante da presença da minha mãe e do meu pai. Sei que sempre eles estão presentes ao meu entorno e olhando para mim. Tenho dois irmãos e amigos que são a certeza de que nunca estarei sozinho. No Lu e na Maria encontrei a força e a alegria para continuar no caminho. Irmãos bem mais que uma simples palavra. Estes são a expressão do amor que nossos pais nos criaram. Não posso esquecer a grande presença de Maria Clara na nossa vida. Como é bom ser padrinho desta menina. Minha família é incrível!

Além dos meus irmãos tenho uma família incrível. Tios e primos que na hora que sempre precisamos deles nos deram o apoio, ombro e carinho que necessitamos. Um carinho especial pelo meus padrinhos, Milton e Fatima, e suas filhas, Bel, Gisa e Guinha, que abriram a sua casa para no acolher. Em Bom Despacho Tia Maura fez o mesmo papel com o Lu. Obrigado!

Tenho de abrir um espaço especial nestes agradecimentos para a minha orientadora, Profa. Helcimara de Souza Telles. Dizem que quando um orientando está pronto o mestre aparece. No meu caso a situação é outra. Mara me buscou e me trouxe pelo caminho do mundo acadêmico como poucos orientadores seriam desprendidos a fazerem. Mara teve uma paciência e um cuidado de me guiar e mostrar o caminho do mundo acadêmico. Foi um prazer poder usufruir de tamanho conhecimento e vontade de ensinar. Tenho apenas de deixar claro que deveria ter sido um orientando melhor. Sei que se tivesse seguido mais as suas orientações seria um melhor cientista político. Todos os erros que seguirão nesta dissertação serão de minha completa responsabilidade, já os acertos possuem muito do grande trabalho de orientação que recebi. Torço para que os futuros orientandos dela sejam melhores do que eu. Mara saiba que sempre terei uma dívida de gratidão e carinho com a senhora.

Por meio da minha orientadora agradeço a todas as gerações do Grupo Opinião Pública. Estou no grupo desde a sua fundação e pertenci a todas as gerações que por lá passaram, algumas mais duradouras, outras menos. O grupo sempre me proporcionou momentos de muito trabalho, mas

também de muito carinho e diversão. Sempre foi uma ilha de boas risadas neste percurso acadêmico. Obrigado!

Tenho de agradecer também ao Departamento de Ciência Política, o Programa de Pós Graduação e ao CNPq por proporcionarem os meios para a realização deste sonho. Forneceram-me as ferramentas acadêmicas e financeiras para a realização deste trabalho. A todos os professores que fizeram parte da minha formação, desde o curso de Ciências Sociais da UFMG e no mestrado em Ciência Política. Agradeço também a banca avaliadora que aceitou o desafio de ler o trabalho de uma pessoa tão desconexa e perdida como eu.

Agradeço também ao Instituto de Pesquisa Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE), na pessoa do Professor Antonio Lavareda que sempre demonstrou atenção especial pela minha pessoa com incentivos didáticos, financeiros e acadêmicos.

Por ultimo tenho de agradecer aos meus amigos. Quem tem grandes amigos como os meus é uma pessoa feliz. Recebo o carinho e a atenção até mais que mereço. Felipe Riccio e Leonardo Ev grandes amigos que nos últimos tempos são os responsáveis por escutarem as minha lamurias e fornecem o apoio que eu preciso. Ouso os chamar de mais do que amigos, irmãos. Não vou me atrever a listar todos os amigos de extrema relevância que perpassaram o meu caminho durante este processo. Saibam que tenho todos em minha orações e no meu coração. TENHO melhores amigos do que ouso merecer!

Na verdade o que posso dizer é somente um muito obrigado! E desculpa por ser tão inconveniente pior do que todos mereciam.

Resumo

Partidos políticos são instituições fundamentais das democracias. Por isso, não se pode analisar as democracias contemporâneas sem compreender o papel desempenhado pelos partidos políticos. Estes são, sem dúvida, os entes que mais se adaptaram às conjecturas sociais, institucionais, políticas e governativas que lhes foram apresentadas no seu percurso histórico. No entanto, existem poucos estudos sobre os partidos brasileiros após o período de redemocratização. A dissertação busca compreender uma das legendas mais bem sucedidas no sistema político brasileiro: o PMDB. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro é um dos maiores partidos brasileiros em número de prefeituras, representantes no legislativo e postos nos governos estaduais, e caracteriza-se por deter uma poderosa máquina eleitoral. Apesar de sua capilaridade, ele raramente apresentou candidatos ao cargo de Presidente, mas permanece sempre em posições centrais nas coalizões governamentais. Além disso, tem se mostrado fundamental para manter a governabilidade no chamado "presidencialismo de coalizão". A partir da tipologia clássica dos partidos abordados pela literatura, a dissertação buscará discutir o modelo que mais se aproxima do PMDB e que permitiu o seu êxito eleitoral, além de verificar os vínculos existentes entre o partido e os seus simpatizantes.

Palavras-Chave: Partidos Políticos, Modelos Partidários, PMDB, Eleitores, Sistema Político, Política Brasileira.

Abstract

Political parties are central institutions for democracies. Hence, one cannot analyze contemporary democracies without a comprehensive understanding of the role played by parties. They have proven to be the most adaptative entities within democratic systems in modern history, capable to adjust themselves to different sets of social, political, institutional and governative structures. This study examines one of the most well succeeded parties in the Brazilian political system: the Party of the Brazilian Democratic Movement (PMDB). It is one of the biggest parties in Brazil and it controls several municipalities, seats in both National Congress and State Assemblies, as well as key places in state governments. It also possesses one of the most robust political machines in the Country. Regardless of its vast capillarity, PMDB has hardly presented a candidate to the Brazilian Presidency. Still, it always retains central positions on national government coalitions since it helps to maintain high levels of government support on the legislative, being therefore an important figure on Brazilian "coalition presidentialism". This work discusses which party model, among those formulated by the classical literature on parties, best applies to the case of PMDB. Additionally it will analyse the links between party members and its supporters.

Keywords: Political parties, models Partisans, PMDB, voters, political system, Brazilian politics.

Lista de Figuras

Figura 1: Os círculos concêntricos de Duverger.....	35
Figura 2: Visualização dos modelos partidários como contínuos interligados.....	52
Figura 3: Esquema de Katz e Mair da relação Partido Cartel – Sociedade – Governo.....	85
Figura 4: Organograma do PMDB.....	124
Figura 5: Representação Gráfica da Lei de John May	128
Figura 6: Modo de correspondência voto distritos locais – nacionais	164

Lista de Quadros

Quadro 1: Modelo de Partido Cartel (Katz e Mair, 1995, 2002).....	46
Quadro 2: Tipos de partido e elementos característicos no desempenho das suas funções	49
Quadro 3: Cargos em disputa nas eleições nacionais brasileiras	63
Quadro 4: Sistemas eleitorais brasileiros	64
Quadro 5: Quadro partidário brasileiro em 2010 - Sigla, Nome e data de registro no TSE)	68
Quadro 6: Poderes legislativos do Executivo, segundo constituições democráticas brasileiras	71
Quadro 7: Características Originárias do PMDB (1980 – 1985)	107
Quadro 8: Elementos para uma taxonomia dos partidos políticos latino-americanos	121
Quadro 9: Características do Funcionamento interno do PMDB.....	129
Quadro 10: Base parlamentar do Primeiro Governo Lula da Silva (2003 – 2006)	156
Quadro 11: Comparativo do PMDB na origem e nos dias atuais	189

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Recursos Financeiros do PMDB (2007 – 2010) (%).....	132
Gráfico 2: Presença do PMDB nos Ministérios e Bancada no Congresso Nacional (1985 -2010) (%)	159
Gráfico 3: Identidade Partidária no Brasil entre os eleitores brasileiros 2010(%)	171
Gráfico 4: Identidade Partidária no Brasil 2010(%)	171
Gráfico 5: Identidade Partidária no Brasil entre os eleitores que possuem preferência partidária2010(%)	172
Gráfico 6: Identificação Partidária com o PMDB, Brasil (1989 - 2010) (em %)	173
Gráfico 7 : Auto localização direita – esquerda – Eleitorado Brasileiro (2010) (%)	180
Gráfico 8: Auto localização direita-esquerda – Eleitor identificado com o PMDB (2010) (%)	181
Gráfico 9 : Número de votos para Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas e Evolução da Preferência Partidária pelo PMDB (1982 – 2010) (%)	185

Lista de Mapas

Mapa 1: Prefeitos PMDB 2000 e Deputados Federais 2002	166
Mapa 2: Prefeitos PMDB 2004 e Deputados Federais 2006	167
Mapa 3: Prefeitos PMDB 2008 e Deputados Federais 2010	168

Lista de Tabelas

Tabela 1: Indicadores de fragmentação da Câmara dos Deputados (1982 – 2006)	65
Tabela 2: Volatilidade do sistema partidário para Câmara dos Deputados Brasileira por par de eleições de 1986 à 2006	66
Tabela 3: Partido de Preferência (1989 – 2010) (em %)	75
Tabela 4: Confiança nos Partidos Políticos	79
Tabela 5: Filiação à ARENA e ao MDB dos membros dos antigos partidos na Câmara dos Deputados, 1966	94
Tabela 6: Votos MDB (%) - Senado, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas– (1966 – 1978)	98
Tabela 7: Realinhamento Partidário no Congresso (1980)	101
Tabela 8: PMDB – Primeiros resultados após a homologação como partido, Brasil (1982 – 1985)	102
Tabela 9: Votação no Colégio Eleitoral (Partidos Políticos)	103
Tabela 10: Cronologia das Eleições no Brasil (1964/1985)	104
Tabela 11: Posicionamento Ideológico dos Parlamentares PMDB na escala Direita- Esquerda (2005 – 2012)	120
Tabela 11: Recursos financeiros do PMDB declarados no TSE	131
Tabela 12: Percentual de cadeiras e cargos executivos conquistados pelo PMDB(1982-2010)	136
Tabela 13: O PMDB na Disputa Presidencial (1989 – 2010)	138
Tabela 14: Análise dos <i>spots</i> (1º e 2º semestres de 2011 e 1º semestre de 2012)	142
Tabela 15: O PMDB na disputa de governadores de Estados	144
Tabela 16: Coligações do PMDB para as disputas dos governos estaduais (1990 – 2010)	145

Tabela17: O PMDB na disputa para o Senado, Brasil (1990 – 2010)	146
Tabela 18: Coligações do PMDB para as disputas das governadorias estaduais, Brasil (1990 – 2010)	147
Tabela 19: O PMDB na disputa da Câmara dos Deputados, Brasil (1982 – 2010)	148
Tabela 20: Coligações do PMDB para a Câmara dos Deputados por Partidos, Brasil (1990 – 2010)	150
Tabela 21: O PMDB na disputa para as Assembleias Legislativas- Brasil (1986 – 2010)	151
Tabela 15: O PMDB na disputa das Prefeituras (1996 – 2008)	152
Tabela 23: Porcentagens de coligações ideologicamente inconsistentes (calculadas sobre o total das candidaturas para o conjunto dos cargos de Senador, Governador, Deputados Federal e Deputados Estadual). Principais partidos (1986/2010)	153
Tabela 24: Coalizões de governo no Brasil, 1988-2010	155
Tabela 25:Ministérios Brasileiros por Partidos Políticos	158
Tabela 26: Correlações entre Prefeituras do PMDB e o Percentual de Votação em Deputados Federais do PMDB por Município	169
Tabela 27: Dados Demográficos dos Eleitores Identificados com o PMDB 2010 (%)	175
Tabela 28: Avaliação do Governo Lula pelos Identificados com o PMDB (%)	178
Tabela 29: Intenção de votos para Presidente dos Eleitores Identificados com o PMDB (%– 1º. Turno	179
Tabela 30: Média de Auto Localização e Localização do PMDB, de acordo com opiniões dos deputados federais e identificados com o PMDB	181

Sumário

Introdução.....	15
1. Os partidos políticos: origem, modelos e transformações.....	24
1.1. Origem.....	25
1.2. Funções.....	29
1.3. Definições.....	32
1.4. O partido como parte.....	33
1.5. Modelos Partidários: adaptações e mudanças.....	38
1.5.1. Os modelos pré-institucionalização: massas e quadros.....	39
1.5.2. Os modelos pós-institucionalização: <i>catch all parties e cartel</i>	42
1.6. Atualizações nos modelos partidários.....	47
2. O sistema político-partidário na democracia brasileira (1986/2010).....	53
2.1. Lei Orgânica dos Partidos Políticos.....	58
2.2. O sistema político-partidário: características.....	61
2.2.1. O presidencialismo.....	68
2.2.2. Identificação partidária.....	72
2.3. Propostas de entendimento entre o sistema político e os modelos partidários.....	82
3. A origem no regime autoritário: de MDB a PMDB.....	86
3.1. A origem do PMDB:a oposição ao regime autoritário.....	88
4. A face interna do PMDB: programa político, estrutura e financiamento.....	109
4.1. Programa político.....	113
4.2. Estrutura Formal de Organização.....	122
3.2.3. Financiamento Partidário.....	129
5. A face externa do PMDB: máquina política e eleitores.....	133
5.1. A Máquina Eleitoral.....	134
5.1.1. Disputa Presidencial.....	136
5.1.2. Disputa dos Governos Estaduais.....	142
5.1.3. Disputa do Senado Federal.....	145
5.1.4. Disputa da Câmara dos Deputados.....	146

5.1.5. Disputa das Assembleias Legislativas	149
5.1.6. Disputa das Prefeituras	151
5.2. O PMDB no GovernoFederal	153
5.3. O PMDB na Câmara dos Deputados: coesão, disciplina e apoio ao Governo	160
5.4. O <i>modus operante</i> do PMDB.....	161
5.5. O PMDB nas bases	169
Conclusões - Mudar para continuar: de catch all a cartel.....	183
Referências Bibliográficas.....	194

Introdução

Ainda quando era estudante de graduação e estava realizando algumas entrevistas para a pesquisa referente à minha monografia sobre o PMDB de Belo Horizonte, me deparei com um dirigente que me disse algumas palavras que me deixaram ainda mais curioso sobre o partido. O dirigente - um intelectual filiado ao PMDB desde a sua fundação como MDB -, disse-me que o partido funciona na política real (*real politics*) e não como o esperado pelos teóricos mais normativos, que ressaltam os laços dos partidos com clivagens sociais. De acordo com este líder partidário, o PMDB desenvolve programas, lança candidatos, faz coligações, atua no legislativo e governa, sobretudo avaliando estrategicamente o ambiente que o cerca e adaptando-se a ele. Como nos ensina Webber, a política deve ser analisada com base no ambiente específico no qual ela é realizada.

Diferente das demais experiências da região latino americana, no Brasil os partidos políticos foram mantidos durante o período autoritário e continuam sendo objetos relevantes e centrais no sistema político. Com base nestas inquietações, passei a refletir sobre as razões que promoveram a sobrevivência do PMDB, em dois tempos políticos distintos. Durante Ditadura Militar, ocasião em que vigorou o bipartidarismo, ele se assumiu como o único canal da oposição, através do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No multipartidarismo, implantado a partir da redemocratização, ocorrida em fins dos anos 80, ele passou a ser denominado Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Como o PMDB conseguiu permanecer como partido efetivo ao longo dos anos pós-democratização e de qual tipologia ele mais se aproxima na atualidade? Dever-se-ia analisar o PMDB no interior dos modelos clássicos, como um partido de quadros e de notáveis, ou deveriam ser buscadas as novas atualizações na literatura para interpretá-lo?

As transformações político-econômicas globais inseriram formas alternativas de representação e novos atores nas democracias consolidadas. A sociedade brasileira acompanhou este processo e sofreu profundas mudanças econômicas, políticas e institucionais, sobretudo quando se comparam os anos de vigência do regime autoritário (1964/1985) e o período democrático atual. Os partidos políticos são instituições fundamentais no sistema democrático. Eles são responsáveis não somente pela intermediação entre a sociedade e o Estado, como também recrutam lideranças, organizam as disputas eleitorais, estruturam os governos, além de vocalizarem os anseios dos cidadãos (SARTORI, 1983). É difícil dissociar os partidos da própria existência da democracia, pois eles assumem o papel de interlocutores com a sociedade e formadores de governo, o que leva à inseparabilidade entre a teoria democrática e a teoria partidária.

No entanto, os estudos sobre partidos no Brasil ainda são bastante escassos e encontram-se poucas análises sobre os partidos como objetos de estudo dissociados do sistema, que emergiram após o período de redemocratização. Ao observarmos os trabalhos e as agendas de pesquisas dos diversos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política no Brasil, a primeira impressão que se tem é a de que “possuímos um sistema partidário sem partidos políticos”.¹ A maior parte da literatura sobre partidos políticos no Brasil centrou seus esforços na análise do Partido dos Trabalhadores. (MENEGUELO, 1999; KECK, 1991; MELO, 1994; TELLES 1997/2003; RIBEIRO 2008). O PT foi analisado em suas mais diferentes nuances e os demais partidos foram esquecidos, com ressalva para os partidos no legislativo, cujo enfoque os enquadra como membros do sistema e não como organizações ou máquinas eleitorais. Já o PMDB, a despeito de sua centralidade no jogo político, recebeu escassos estudos, mas ainda insuficientes para compreender sua dinâmica interna, seu desempenho eleitoral e seu vínculo com os eleitores (KINZO, 1988; FERREIRA, 2002; FERREIRA E RIBEIRO, 2009).

¹Análise realizada por Gláucio Soares, durante o 1º Fórum de Estudantes de Ciência Política (UFMG, 2009).

O PMDB possui uma origem que remete ao MDB, que era oficialmente o partido de oposição ao Regime Militar de 1964 a 1985. Após um período como porta voz da oposição, no qual amargou inúmeras derrotas eleitorais que o levaram mesmo a pensar em sua dissolução, o MDB conseguiu aumentar a sua penetração eleitoral. No papel de único representante da oposição consentida, ele levantava a bandeira de redemocratização. E, com a corrosão da legitimidade do regime autoritário, produzida, sobretudo pela crise econômica e pressões advindas da sociedade civil, o MDB consegue mais adesão popular e representação institucional.

Ao defender a bandeira da redemocratização e, ao se consolidar com a imagem de “defensor dos pobres” (KINZO, 1988) o MDB consegue ter mais sucesso eleitoral. Contudo, o seu crescimento resultou em que o regime militar alterasse a legislação eleitoral, de forma a manter o controle sobre o processo político, e decretasse o multipartidarismo (19 de outubro de 1979). O fim do bipartidarismo levou à criação de novos partidos, oriundos das duas organizações presentes anteriormente: a Aliança Nacional Renovadora (ARENA) e o próprio MDB. No entanto, as proposta que unificavam o MDB – a democracia como um valor -, bem como a estratégia de manter o mesmo nome, apenas acrescentando o “P” diante de “Movimento do Democrático Brasileiro”, garantiram a lembrança do partido na memória do eleitorado e possibilitou que ele sobrevivesse a esta manobra casuística do regime autoritário.

Mas, é somente após 1985, que os partidos passam a ter condições mais favoráveis ao seu desenvolvimento. Eles passaram a compor os governos, o que possibilitou que treinassem seus quadros nas tarefas de gestor público (MENEGUELLO, 1998). No contexto de redemocratização, os partidos brasileiros passam a se configurar como “[...] agentes centrais da conexão entre os cidadãos e os governos democráticos, atuando como os articuladores das

questões na arena pública, definindo agendas governamentais e influenciando o processo de elaboração das políticas públicas”. (MENEGUELLO, 1998: 26)

A partir da redemocratização e das eleições gerais de 1982, que foram realizadas em todos os níveis, exceto para Presidente da República e para prefeito das cidades consideradas de segurança nacional -, a ascensão eleitoral do PMDB foi notável. O seu auge ocorreu no período de convocação das eleições para a Assembleia Constituinte, em 1986, quando obteve 48,1% dos votos e 53,4% das cadeiras. A partir de meados dos anos 90, ele primeiro sofre redução em diversos níveis da competição e em seguida sua votação permanece mais estável. No entanto, o PMDB segue sendo um dos maiores partidos da atualidade e possui a maior capilaridade entre os demais partidos brasileiros. Ele está formalmente organizado em Diretórios Municipais de 4698 cidades, o que corresponde a 85% dos municípios brasileiros. Ele possui, ainda, Diretórios Estaduais em todos os 26 Estados e no Distrito Federal; 24 Diretórios voltados à juventude nos Estados e conta com 2.316.705 filiados², valor este que representa 16,7% de todos os filiados a partidos no Brasil e o maior coeficiente entre os partidos.

Outro importante demonstrativo da força deste partido é o número de prefeituras que ele controla. Os partidos políticos passam a ter maior peso na esfera local após a Constituição de 1988. As Leis Orgânicas acabaram por dotar os municípios de autonomia política e jurídica, o que acabou por valorizar os níveis subnacionais de governo. O executivo, através do prefeito, canaliza grande parte do processo legislativo, como a iniciativa de projetos de lei (KERBAUY, 2008). Presumimos que as eleições municipais são a porta de entrada dos partidos no jogo eleitoral. As disputas para os cargos estaduais e federais são organizadas a partir das bases municipais e, neste sentido, quanto mais apoio os partidos e candidatos

²TSE - Julho de 2010;

conseguirem nos municípios, maior a probabilidade de terem êxito nas outras esferas. O PMDB é o partido que melhor realiza esta estratégia. A relevante bancada nos legislativos municipais e o elevado número de prefeituras que administra em todas as regiões do país, permite que ele alcance êxito nas eleições proporcionais para as Assembleias Estaduais e Câmara dos Deputados, além de ser um ator importante para formar coalizões para os governos de Estados.

O PMDB buscou estratégias que visavam reduzir os graus de incerteza dos seus resultados eleitorais. Ele foi gradualmente modelando-se como um partido cujo principal objetivo é o de permanência em governos e em cargos, independente da coloração ideológica das coalizões eleitorais e governamentais nas quais participa. Ele esteve presente na composição de quase todos os governos federais (FHC I e II e Lula II) e tem sido considerado essencial para a governabilidade. Ao analisar os ministérios dos governos desde Tancredo até Fernando Henrique Cardoso, Meneguello (1998) verifica que os partidos tiveram lugar nas discussões sobre a política nacional e no Estado, sobretudo, através de coalizões partidárias, sendo que a coalizão PMDB-PFL teve representação nos ministérios em praticamente todo o período.

Dado à sua capilaridade nacional, ao número de prefeituras e de Estados que controla e ao tamanho de sua bancada no Congresso Nacional, o PMDB sempre teve grande poder de barganha com o Executivo Federal e poder de veto. Ele ocupou inúmeros cargos em comissões legislativas e nos governos federais e, ao longo de sua existência, teve posição em diversos governos, ocupando tanto ministérios considerados centrais para a gestão e planejamento da economia, quantos outros cargos de menor importância política, mas que lhe possibilitaram criar vínculos políticos e clientelísticos com suas bases internas e eleitorais.

A despeito desta sua centralidade para o jogo político, o PMDB mereceu raros estudos acadêmicos. A sua estrutura interna, o seu desempenho eleitoral, sua força nos legislativos e

seus vínculos com os eleitores ainda não foram suficientemente explicados. Um partido político não é um bloco homogêneo; eles são compostos de inúmeras fisionomias e possuem objetivos de curto e longo prazo. O propósito desta dissertação é o de explorar algumas caras deste partido. Este trabalho irá observar em que medida o modelo de ação do PMDB possibilitou o seu êxito eleitoral e sua permanência como partido efetivo em distintos níveis da competição. Com este enfoque, pretende-se verificar algumas de suas características, que permitiram que ele se adaptasse ao ambiente e se conservasse no centro do jogo político brasileiro.

Como o PMDB, cuja origem ocorre no interior de um regime autoritário, consegue sobreviver eleitoralmente após a mudança completa do ambiente no qual se encontrava – de um regime autoritário para um sistema democrático? Nossa hipótese é a de que o PMDB adaptou-se ao meio ambiente e passou a adotar como objetivo a construção de uma máquina eleitoral que o levasse a ocupar o máximo possível de cargos, tornando-se um partido altamente eficiente – embora não tenha uma estrutura muito profissionalizada em suas ações, como supõe Panebianco (2005). Para ter êxito, ele abriu mão de um conteúdo programático coeso e adotou uma “ideologia híbrida”, que o caracteriza como partido de centro. Esta ideologia híbrida permite que ele possa participar de coalizões eleitorais e governamentais que não sejam ideologicamente orientadas. E, na ausência de uma estrutura programática e ideológica coerente, o partido pode realizar coligações amplas e flexíveis, sem correr o risco de cisões internas.

Como verificado por diversos estudos, o eleitor médio brasileiro não utiliza a ideologia como o principal atalho cognitivo para realizar suas escolhas. Por isso, ao portar uma ideologia híbrida, isso permite que o PMDB se adapte ao eleitor e dirija seus apelos a vários segmentos e bases eleitorais. Esta estratégia de apelos amplia a sua votação e, conseqüentemente, ele

aumenta sua musculatura e pode conquistar funções representativas, como também barganhar cargos. Todavia, a ocupação de cargos passa a ser um fim em si mesmo. Com isto, o PMDB passa a depender cada vez mais dos recursos políticos-financeiros de origem governamental, para a produção de políticas clientelísticas que tanto satisfaçam suas bases, como mantenham sua votação e permitam sua permanência no poder. Ao mesmo tempo, o paradoxo é o de que se a falta de consistência ideológico-programático expande a máquina eleitoral, por outro lado, esta inconsistência não permitiu que o PMDB fidelizasse o eleitorado, o que gera um ciclo no qual a dependência dos recursos estatais torna-se menos uma escolha e mais um imperativo para o PMDB.

O PMDB não é um partido afinado simplesmente com demandas paroquiais e clientelísticas. Embora não possua uma coesão programática, o que permite que ele lance candidatos de diversas matizes e orientações, ele atua no legislativo de forma disciplinada, em função do incentivo à ação partidária proposta pelo Regimento Interno da Câmara (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999). O paradoxo é que ele cresce como máquina eleitoral, ao produzir políticas clientelistas, mas tais práticas debilitam os laços psicológicos com seus eleitores, o que pode ser observado pelo declínio das preferências do eleitorado pelo PMDB. Deste modo, ele nasce como um partido *catch all programático*, mas ao longo de sua trajetória aproxima-se gradualmente de um partido cartel, dependendo cada vez mais dos recursos estatais e mais independentes dos laços de identificação com os eleitores (KILSTCHELST, 2000).

Com o intuito de elucidar a forma que o PMDB encontrou para a sua manutenção no centro do jogo político, este trabalho percorre um percurso que visa explicar as faces do PMDB e interpretar seus resultados desde sua origem aos tempos atuais. O primeiro capítulo irá se dedicar em rever a literatura sobre os partidos políticos. Será apresentada a origem dos partidos políticos, as funções que estes exercem na democracia, as múltiplas definições

compartilhadas pelos especialistas, o partido como um sistema político e, finalmente, os modelos partidários. De acordo com a literatura, encontramos quatro modelos mais usuais – tipos ideais –, de partidos políticos: quadros, massas, *catch all* e cartel. A revisão de literatura serve como a delimitação do campo teórico que irá guiar a dissertação.

O segundo capítulo irá retratar o ambiente institucional e político no qual o PMDB está inserido, na seguinte forma: o ambiente legal será apresentado por meio da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP); o ambiente institucional, com base na análise do sistema político-partidário brasileiro; as relações entre partidos e sociedade, com base nos vínculos do PMDB com os eleitores. Ao final do capítulo, é oferecida uma proposta de interpretação sobre os efeitos do ambiente político brasileiro em sua conexão com os partidos políticos. Apresentar o ambiente institucional e político no qual um partido está inserido é essencial para a compreensão do partido como um todo. O partido não é um objeto isolado em laboratório, ele está em diálogo constante com o ambiente que o modifica e guia as suas estratégias.

O terceiro capítulo irá apresentar a origem do PMDB. O partido possui uma origem ligada ao movimento de oposição ao regime político brasileiro, o MDB. Segundo a literatura (EPSTEIN, 1982) conhecer a origem dos partidos auxilia na construção do campo de decisões estratégicas tomadas por ele em seu percurso histórico.

O quarto capítulo será o responsável pela análise da face interna do PMDB– o seu programa político, a sua estrutura organizacional e o seu meio de custeio. Avaliar as características endógenas ao partido é de grande importância para a compreensão do partido como um todo. O capítulo foi elaborado com base em programas e estatutos partidários e nas informações sobre financiamento partidário.

O quinto capítulo irá apresentar a face pública do PMDB – o seu desempenho eleitoral, os cargos ocupados e suas bases eleitorais. Com base nestas informações é possível desenhar o campo de decisões estratégicas tomadas pelo partido, com vista a sua manutenção no poder. Foram usados dados eleitorais agregados e pesquisa nacional de *survey* com os eleitores, realizada em 2010.

Finalmente, a dissertação apresenta alguns achados sobre o desenvolvimento do PMDB, seu vínculo com os eleitores e seu modelo organizacional, que se acredita possam ser aferidas a partir dos argumentos teóricos e dos dados que foram coletados em diversas fontes.

1. Os partidos políticos: origem, modelos e transformações.

O estudo sobre os partidos políticos deve considerar o contexto e o ambiente institucional no qual eles se encontram integrados, pois os partidos formam “parte de um todo” (SARTORI, 1983). Ainda que os partidos existam porque disputam eleições e formam governos, eles permanecem nos interregnos eleitorais, mesmo quando não participam de governos. Os partidos são compostos por militantes, líderes e simpatizantes, os quais estão sujeitos às regras e programas estabelecidos pela organização. Os membros orgânicos e os parlamentares do partido estão em constante interação com o entorno político, social e institucional.

Alcántara e Freidenberg (2001) indicam que os partidos estão imersos em sistemas políticos que os moldam e, nesse sentido, sofrem influência externa e interna. O ambiente interno diz respeito ao conjunto de regras e normas que o partido institui, bem como às relações estabelecidas pelos grupos e indivíduos que o compõe. O ambiente externo se refere às instituições, estratégias, cultura política, atuação dos parlamentares, vínculos partidários e os atores políticos que interagem com o partido.

Las posibilidades son múltiples; pero aun así, hay que destacar la idea de que un partido es la parte de un todo (el sistema político) y, a la vez, él mismo está integrado por diversas partes que conforman también un todo. Lo que se trata de señalar con ello es que un partido se subdivide en unidades que se rodea a este *mini* sistema político (el partido) imprime su influencia sobre él y, a la vez, el partido puede modificar de diversas maneras a su ambiente. De este modo, el partido es tanto un escenario donde diversos grupos participan (ámbito interno) como también es él el que participa en un escenario mayor (ámbito externo). (ALCÁNTARA & FREIDENBERG, 2001: 16)

Este capítulo abordará os partidos políticos a partir de quatro enfoques: (i) as múltiplas definições de partido político; (ii) as origens dos partidos; (iii) as suas funções na democracia representativa e, finalmente (iv), as transformações pelas quais passaram durante o seu desenvolvimento. A segunda parte do capítulo irá destacar a estrutura dos partidos. Parte-se do pressuposto de que um partido político é uma coalizão de membros e interesses (DOWNS,

1992). O capítulo abordará as partes que compõem um partido político e suas zonas de consenso e dissenso.

Finalmente, serão apresentados os modelos partidários. Os autores que analisam os modelos partidários desenvolvem “tipos ideais³” e examinam o desenvolvimento dos partidos de acordo as mudanças das sociedades nas quais os partidos estão inseridos. Desse modo, essa escolha ressalta a importância do ambiente no qual o partido se integra. Os primeiros modelos a serem analisados serão os partidos de quadros e de massas, que estão mais próximos das origens históricas dos partidos; a seguir, serão apresentados os *catch all parties* e o partido cartel, que se encontram mais presentes nas democracias mais contemporâneas.

1.1. Origem

Etimologicamente, partidos derivam de “parte, fazer parte, dividir”. O termo tem sua origem nas partes que compunham as legiões romanas (SEILER, 2000). Partidos são essenciais para as democracias contemporâneas. Na verdade, a ciência política não se refere a democracias sem partidos políticos. De acordo com Sartori (1983), são inúmeras as dificuldades de se separar a teoria democrática da teoria sobre os partidos políticos. Segundo o autor, essas duas conjecturas se confundem e dialogam entre si. Por isso, discutir partidos políticos e democracia é de algum modo, refletir sobre os sentidos da representação. A democracia representativa rompe com a teoria orgânica, segundo a qual, a parte seria um reflexo do todo, pois a democracia tem como base o indivíduo (BOBBIO, 2000). Nesse sentido, a representação democrática se refere à representação de indivíduos autônomos, com capacidade de realizar escolhas e que não sofrem interferência direta dos grupos de interesses. No entanto, contrariando essa promessa democrática, os partidos agem como representantes de grupos, o que é um paradoxo para a teoria da representação. Manin (1995:6) destaca que

³ Weber (1991: 137 – 144)

“os fundadores do governo representativo chegavam a pensar que a divisão entre partidos ou “facções” era uma ameaça ao sistema que pretendia se estabelecer”.

A partir da metade do século XIX, os partidos se tornam essenciais para a teoria democrática e ocorre uma mudança de enfoque sobre eles. Antes vistos como entes diversionistas, os partidos passam a ser notados como entes integradores do sistema político. Essa alteração em direção a uma percepção mais positiva sobre os partidos decorre do fato de que eles acabam por se tornar a forma mais objetiva e clara para que os cidadãos compreendam o sistema político e a representação (MANIN, 1995). O cidadão – que segundo a teoria democrática deve se informar para tomar a sua decisão -, encontra nos partidos um caminho mais fácil para entender a política, o que Downs (1992) posteriormente irá caracterizar como “atalho cognitivo”.

Segundo Scarrow (2006), a vitória da representação política através dos partidos também foi possível pela parlamentarização do sistema. Essa parlamentarização decorre do fato que no legislativo a presença dos partidos se tornou mais relevante que a conduta autônoma dos parlamentares. Além disso, o aumento do sufrágio exigiu a inserção de outras classes sociais, ademais da necessidade de construir uma máquina mais organizada e de maior alcance. Em concordância com essa interpretação, pode-se acrescentar a relevância que alguns autores atribuem aos partidos de massas. Para Manin, (1995), Duverger (1980) e La Palombara (1982), o modelo de partidos de massas aproximou os partidos dos seus representados.

As constituições inglesas e alemãs não citavam a representação partidária (WEBER, 1991). No entanto, ela é a forma de representação que melhor se adaptou às necessidades do sistema democrático. E essa adaptação é exercida de forma constante, e os partidos possuem alguns dos membros mais bem habituados às necessidades do sistema político. Como se poderá observar ao final deste capítulo, os partidos se adaptaram às mudanças da sociedade e dos

sistemas democráticos, o que os tornou um dos membros mais relevantes do regime político democrático.

Webber (1991) argumenta que os partidos existem somente no interior da sociedade com que possuem relações associativas. E, por isso, ele destaca a natureza racional e instrumental dos partidos políticos, na medida em que estes desejam alcançar determinados fins:

A ação social típica dos “partidos”, em oposição àquela das “classes” e dos “estamentos que não apresentam necessariamente” este aspecto, implica sempre a existência de uma relação associativa, pois pretende alcançar, de maneira planejada, determinado fim – seja este de natureza “objetiva”: imposição de um programa por motivo ideias ou materiais, seja de natureza “pessoal”: prebendas, poder e, como consequência deste, honra para seus líderes e partidários, ou, o que é o normal, pretende conseguir tudo isto em conjunto. Por isso, partidos somente são possíveis dentro de comunidades que, por sua vez, constituem, de alguma forma, uma relação associativa, isto é, que possuem alguma ordem racional e um aparato de pessoas dispostas a pô-la em prática, pois o objetivo dos partidos é influenciar precisamente este aparato e, se possível, compô-lo com seus adeptos. (WEBER, 1991:557)

A emergência do conceito de partidos destaca a diferença entre a ordem social e a ordem econômica. Essa diferença é importante, pois trata do problema essencial da política, que é a disputa pelo poder. Os partidos surgem com o enfoque nessa disputa ou como uma forma a garantir meios para o alcance do poder (WEBER, 1991). Em diálogo com essa análise, Epstein (1982) argumenta que os partidos são reflexos das estruturas econômicas que o cercam. E, em função dessa abordagem, isso pode causar um problema para os partidos que surgem após a massificação das informações através da mídia, como se verá a seguir.

A literatura trata de três abordagens para a origem de partidos políticos: a sociológica, a institucional e a racional, apresentadas por Lipset e Rokkan (1967), Duverger (1980) e Downs (1999), respectivamente. Essas abordagens podem ser resumidas da seguinte forma: a sociológica defende que os partidos surgem por representarem expressões de conflitos sociais; a institucional aponta que o surgimento dos partidos se dá por atos institucionais, ou seja, se

dá por dentro das instituições vigentes; e, finalmente, a abordagem racional ou competitiva delimita que os partidos são criados para que os políticos alcancem seus objetivos, ou seja, a conquista dos votos.

No “modelo institucionalista” apresentado por Duverger (1950) e revisto por Aldrich (1995), os partidos têm sua origem devido à necessidade dos políticos terem um mecanismo institucional que os possibilite a reeleição e a realização de políticas, ou seja, alcancem o poder. Eles acrescentam que os partidos políticos são mais que um bloco parlamentar. Duverger, diferentemente de Webber (1991), demonstra que os parlamentares tiveram que alcançar apoios de comitês eleitorais locais, o que dá sentido a uma origem dos partidos de forma “parlamentar-eleitoral”. Segundo esse modelo, os partidos são meios.

A análise empreendida por Lipset e Rokkan (1967) afirma que os partidos surgem em decorrência dos conflitos presentes na sociedade, sejam esses conflitos de origem econômica, política, de integração ou local-familiar. Disputas ou diferenças são motivos para a separação e responsáveis pela geração dos novos partidos, e estes levam as “bandeiras”, políticas e ideais da sua origem. As clivagens que vão guiar a fundação dos partidos serão diferentes e de intensidades distintas, dependendo das sociedades em que elas estão inseridas. O que nos leva a clivagens sociais em alguns ambientes, mas também encontramos clivagens religiosas, assim como étnicas. Segundo os autores, após a revolução industrial temos uma “uniformização” nessas clivagens. Um ponto importante na análise dos autores é quanto à importância dessa ancoragem social. Segundo eles, partidos com essas ancoragens sobrevivem inclusive fora do poder, o que não ocorre nas outras abordagens apresentadas.

O modelo racional apontado por Downs (1999) é bastante claro. Políticos buscam o governo, ou seja, cargos para a realizarem patronagem, por meio de políticas públicas ou distribuição

de cargos e, com isso, garantirem a sua reeleição. Entretanto, eles necessitam dos partidos para cobrir o vácuo de ligação entre os eleitores e os parlamentares.

1.2. Funções

Após apresentar a origem do conceito de partidos, deve-se ater a explicar as funções que estes exercem no sistema democrático e, com base nestas, apresentar uma definição para o ente estudado neste trabalho. Partidos possuem funções procedimentais e de representação. Para melhor elucidação, iremos apresentar essas duas funções de forma separadas e, ao final, apresentar qual a função preponderante nos partidos políticos atuais, ou seja, qual a atividade que justifica a sua atual existência. Essa apresentação é de central importância para a seção a seguir, que tratamos modelos partidários.

Mair (2003), ao revisar a literatura sobre as funções dos partidos políticos, apresenta três funções que classifica como representativas. A primeira é a função de integração e de mobilização da sociedade. A segunda seria a de articulação e agregação de interesses dos indivíduos. A terceira volta-se para a transformação das demandas em políticas públicas, o que já é uma atividade não só de representação, mas também processual. Sartori (1976) unifica as funções de representação como a função primária dos partidos políticos.

Os partidos são canais de expressão. Isto é, pertencem, em primeiro lugar e principalmente aos meios de representação: são um instrumento, ou uma agência, de representação do povo, expressando suas reivindicações. (...) Os partidos não expressam apenas, eles também canaliza. Nas palavras de Neumann, os partidos “organizam a caótica vontade pública”. Também agregam, selecionam e, em certos casos, desviam e deformam. Isso realmente ocorre. E a objeção pode ser reforçada afirmando-se que mais do que expressar e refletir a opinião pública, os partidos a modelam e na verdade manipulam. (SARTORI, 1976:48 – 50).

Os partidos seriam agências mediadoras eficientes entre Estado e Sociedade. No entanto, como ressalta o próprio autor, essa instituição além de expressar as demandas também as molda e serve como guia para a atuação de certo grupo de pessoas que confia em um determinado partido. A visão alarmista de Sartori deve ser abrandada.

O segundo grupo de funções dos partidos são as ações procedimentais. Como já apresentado acima, a primeira dessas funções é a de elaboração de políticas públicas. A segunda seria a de recrutamento e seleção das lideranças políticas. E, finalmente, organizar o parlamento e os governos. Em suma, os partidos são responsáveis por organizar o sistema político: recrutar e apresentar para o eleitorado os candidatos para as eleições; constituir os governos e o seu fim último, o de ganhar as eleições (DOWNS, 1999).

Antes de se apresentar uma definição de partidos, faz-se necessário contextualizar as funções partidárias na contemporaneidade. Os atuais partidos nos sistemas democráticos perderam ou tiveram modificadas as suas funções representativas. A primeira função representativa apresentada é a de integração dos indivíduos. No entanto, essa função já não é de vital importância para os partidos políticos, já que a mobilização dos indivíduos não é mais necessária para a aprovação de políticas ou para atrair a sociedade para a política.

A segunda função de partido apresentada foi a de agregação e articulação das demandas das sociedades. Nas atuais democracias, os partidos não possuem a importância na modulação dos anseios da sociedade, mas um papel mais próximo a aquele apontado por Downs (1999). Para esse autor, os partidos servem de filtros de preferências políticas, significando atalhos para determinadas diretrizes disponíveis. Seguindo essa análise, os cidadãos abdicariam do esforço de obter informações políticas a todo o momento para ancorar as suas decisões, deixando o mesmo a cargo do partido anteriormente selecionado. Outro fator a ser pontuado é a

influencia que a mídia exerce sobre o eleitor para sua tomada de decisão, com base nas informações noticiadas.

A função apresentada *a posteriori* foi a de formulação de políticas públicas. Todavia, essa função, que tem o seu patamar de função procedimental, teve seus efeitos reduzidos. Cada vez mais os partidos estão designando aos técnicos e aos especialistas a elaboração de políticas públicas, tornando-as cada vez mais despolitizadas, acarretando em perda relevante das funções partidárias.

A quarta função estudada é a de recrutamento e seleção das elites partidárias. Esta função procedimental está, de fato, a cargo dos partidos. E, em sistemas nos quais a representação só pode ser feita via partidos políticos – que é o caso brasileiro –, reside na mesma, nas atuais democracias, uma das maiores forças dos partidos. Entretanto, deve-se destacar que com a queda da filiação dos indivíduos aos partidos políticos, estes tiveram de se adaptar novamente e buscar outras formas de seleção de indivíduos para apresentarem durante o processo eleitoral.

A composição dos governos foi à última função apresentada. Segundo Mair (2003), essa é a principal função dos partidos políticos. Elaborar governos ou fazer parte dos mesmos e organizar os processos legislativos realça-se como o cerne do poder dos partidos contemporâneos.

(...) as partidos estão em declínio e foram assumidas, pelo menos parcialmente, por outros organismos, ao passo que as suas funções processuais foram preservadas, chegando mesmo a adquirir uma maior relevância. Por outras palavras, assim como os partidos mudaram da sociedade para o Estado, as funções que estes desempenham, e se espera que desempenhem, mudaram de uma ação principalmente representativa para uma ação principalmente governativa. Esta mudança enfatiza também um aspecto importante relativo ao suposto «declínio dos partidos»: de facto, os partidos enquanto tais não declinaram, mas modificaram-se e encontram-se hoje cada vez mais implantados nas instituições. Por outro lado, parece cada vez mais evidente a ocorrência de um acentuado declínio das organizações partidárias — pelo menos quando avaliadas em termos de simples dimensão, penetração social e relevância. (MAIR, 2003:285)

Essas mudanças nas estruturas funcionais dos partidos políticos acarretaram em mudanças significativas em suas estruturas. A alteração das funções partidárias foi decorrente dos ambientes sociais nos quais os partidos estavam inseridos, ou seja, os partidos se modificaram em função das mudanças da sociedade. A elucidação das mudanças será crucial para a compreensão das variações dos modelos partidários que serão apresentados a seguir.

1.3. Definições

Finalmente, pode-se pensar em uma definição de partido político. Na literatura são encontradas diferentes concepções desse termo. No entanto, acredita-se que a definição mínima apresentada por Sartori (1976) é um balizador para uma primeira concepção dessa instituição.

Um partido é qualquer grupo político identificado por um rótulo oficial que apresente em eleições, e seja capaz de colocar através de eleições (livres ou não) candidatos a cargos públicos. (SARTORI, 1976: 85).

Outro ponto importante a ser discutido é a permanência do partido ao longo de tempo e a sua capacidade para compor governos, pois apenas a existência durante um único pleito, ou durante a disputa eleitoral, não caracteriza um partido.

Schumpeter (1961), assim como Downs (1999), acredita que partidos existem apenas para a disputa pelo poder, o que não está distante do apontado por Weber. No entanto, esse último autor aponta para a necessidade de se ter em mente que a apresentação de candidaturas se dá com o intuito de promover políticas, aspirando, também, a barganha de cargos no governo.

Em síntese, partidos são instituições do sistema democrático que têm como função primordial a disputa pelo poder político, seja por fins objetivos ou pelo desejo de patronagem - favorecimento a alguém ou algo, como forma de angariar adeptos e conquistar apoios. Com o objetivo de alcançar o poder político, apresentam candidatos para concorrer às eleições, com capacidade para organizar governos e os processos legislativos.

Apresentadas a origem, a função e a definição de partido político, o próximo tópico debruça-se sobre a literatura acerca do sistema intrapartidário.

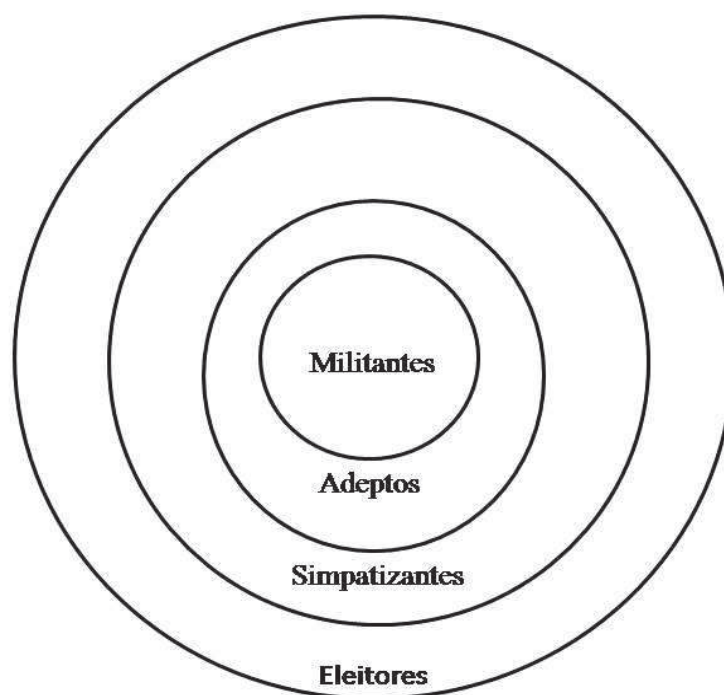
1.4. O partido como parte

Após a apresentação das funções e intenções dos partidos políticos, faz-se um sucinto percurso sobre a literatura existente sobre o sistema intrapartidário. Admitindo o caminho apontado por Sartori, é possível estudar um partido como parte de um sistema ou como um sistema.

Mesmo que o partido seja a principal unidade de análise, essa análise é incompleta se não examinar como tais subunidades entram no partido e o alteram. Como Eldersveld diz bem, em si e por si o partido é 'uma mistura do sistema político. Tem uma estrutura de autoridade (...). Possui um processo representativo, um sistema eleitoral e subprocessos para recrutamento de líderes, definição de metas e soluções de conflitos do sistema interno. Acima de tudo, o partido é um sistema de tomar decisões. (SARTORI, 1976:93).

Como ressalta o autor, estudar um partido, seja como parte de um sistema político ou como um sistema político, se torna possível devido o mesmo ser composto por diferentes indivíduos, com diferentes aspirações e ligações com essa instituição. Como primeiro passo para compreensão do sistema intrapartidário, é necessário expor e caracterizar os seus componentes. Será, pois, utilizada a diferenciação exposta por Duverger (1980) em sua obra “*Os Partidos Políticos*”. Para esse autor, os partidos políticos são compostos por quatro círculos concêntricos de participação, ou seja, os indivíduos que estariam mais próximos ao centro das esferas seriam os com maior participação no dia-a-dia dos partidos políticos.

Figura 1: Os círculos concêntricos de Duverger



Fonte: Duverger, 1950.

No primeiro círculo de participação, temos os militantes do partido - são os que estão diretamente ligados às atitudes e decisões partidárias, participando de todas as esferas de

atuação da instituição. O próximo círculo é composto por participantes que podemos denominar como “partidários não participantes”, ou seja, são indivíduos que já se filiaram a esse partido político, mas não se envolvem nas decisões diárias da estrutura. O terceiro círculo é composto por Os indivíduos que nutrem simpatia pelo partido e o defendem, compõem o terceiro círculo. Nessa esfera, o pensamento dos seus membros se assemelha ao apresentado pelos partidos. O círculo mais externo do sistema é composto pelos eleitores que votam no partido, mas não possuem nenhum vínculo mais próximo com o mesmo, sua aproximação se dá apenas durante a cena eleitoral⁴.

Conforme sublinhado acima, com o decorrer da trajetória dos partidos políticos, temos certa descaracterização da força que o primeiro círculo exerce sobre as decisões partidárias. Com o aumento do número de indivíduos dentro de cada partido, tem-se a necessidade de se forjar uma categoria administrativa que teria a função de assumir as decisões com certa brevidade e sem se submeter, a todo o momento, à decisão coletiva. Temos, então, o surgimento de uma nova divisão dentro do primeiro grupo, caracterizado pelo surgimento das lideranças partidárias.

Apresentadas as frações ⁵ que compõem os partidos políticos, emerge a necessidade de se exibir a forma que estas se articulam, dando coerência ou não ao partido. A literatura (DUVERGER, 1950; SARTORI, 1976) apresenta dois tipos de articulações presentes nas estruturas partidárias, podendo ser denominadas de estruturas fracas (*thin*) e de estruturas

⁴Para este estudo o principal foco de análise será a comparação entre as lideranças partidárias e os eleitores identificados com o partido. No entanto, para o cenário eleitoral brasileiro de identificação partidária, acredito que o mais correto é que estaremos traçando uma comparação entre o primeiro e o quarto círculos apresentados por Duverger. Apesar de trabalhar com eleitores que se declaram identificados com o partido estudado – PMDB – essa ligação não pode ser considerada a ligação de simpatia exposta pelo autor. A conjuntura presenciada pelo autor é bastante díspar da que vamos analisar, a ligação entre os simpatizantes aqui estudados se dá com o partido apenas na arena eleitoral e não é uma ligação perene, o que pode ser comprovado por dois focos de análises diferentes: primeiro a volatilidade do eleitorado nacional de uma eleição para outra e, segundo, as “percepções públicas e laços partidários no Brasil”. Para melhor compreensão desse quadro indico o texto de Kinzo (2005).

⁵Sartori (1976) apresenta a discussão sobre o uso da terminologia para retratar as subunidades partidárias. Uso a apontada pelo autor como a que melhor representa essa designação.

fortes (*thick*). Uma estrutura de articulação fraca, em geral, não é democrática, pois permitem que cada comunidade se exprima na medida de sua força, em combinações ocultas, rivalidades, lutas de clãs e personalidades. Esse tipo de estrutura era bastante encontrada nos Partidos de Quadros. Cada líder ou componente do partido tem total autonomia na gerência do mesmo, sem que para isso necessite escutar as bases partidárias – “*O Partido sou Eu*” - diriam as lideranças desse partido, já que os membros estão diretamente ligados à comunidade nacional, formando a comunidade partidária, sem o intermédio de outros grupos sociais.

Já nos partidos de estrutura forte, constituído pela união de grupos profissionais, ou não, nos quais os membros (lideranças) não estão diretamente ligados à comunidade nacional do partido _ referimo-nos aos grupos sociais de base que compõem a comunidade partidária, a articulação é organizada com minuciosidade, de forma que cada elemento de base participe do funcionamento global do partido. O lugar a ser ocupado determina sua importância. Há eleições de delegados e pode ainda haver cooptação de membros regulamentados. A eleição por delegados dá-se em quase todos os partidos socialistas, na maioria dos partidos católicos e democrata-cristãos, nos fascistas e comunistas, e num grande número de partidos de outras tendências.

Ainda que um partido com articulação forte não garanta a democracia interna, a mesma só tem como surgir nessa estrutura, onde o regime eleitoral é muito importante. O elemento determinante na força da articulação interna do partido pode ser associado à natureza dos elementos de base que o constituem.

Com base no exposto acima, podemos pensar no que leva algum indivíduo a se alinhar a um partido político. Com o pressuposto downsiano (1999), segundo o qual este alinhamento é voluntário e sem pressões externas, a literatura apresenta dois caminhos para a ação dos

indivíduos dentro da organização partidária, um como uma equipe (DOWNS, 1999), outro como coalizões de interesse (WEBER, 1991; ALDRICH, 1995).

Para o primeiro autor, como os políticos buscam o mesmo intuito, que é a sua eleição ou reeleição e a manutenção no poder (*office seekers*), eles tenderiam a atuar em conjunto, de forma a garantir o maior número de votos e, por conseguinte, a maior conquista de cadeiras.

Segundo os autores da segunda vertente, os partidos são compostos por membros que buscam coisas diferentes na disputa do poder – *office, Policy or vote*. Por isso, o incentivo que os guia a participar de um partido é distinto, o que leva a composição de partidos como uma coalizão de interesses diversos que “coabitam” o mesmo ente partidário. Dessa coexistência podem gerar alguns dos maiores problemas dos partidos. Downs (1999) afirma que os partidos são equipes que buscam a conquista de votos e, por consequência, poder político. No entanto, os indivíduos são movidos por motivações pessoais que, se não controladas ou tendo em vista o objetivo de a conquista do poder, levam aos conflitos intrapartidários.

Devido a essas possibilidades de conflito, Weber (1991) apresenta a necessidade de se ter uma direção rígida para dar direcionamento aos interesses do partido. Disputas internas podem gerar cisões e enfraquecimento das legendas. Para minimizar esses problemas e garantir a sobrevivência da instituição, os políticos se articulam em torno de um fim, geralmente sob a chancela de alguma liderança, que tem em vista o objetivo maior dos partidos: chegar ao poder. As lideranças exercem o papel de controle dos conflitos internos em favor da face pública dos seus partidos.

Após a apresentação do que compõe um partido, vamos nos ater às teorias que descrevem a trajetória das instituições estudadas nesta dissertação. Para isso, serão apresentadas as quatro concepções mais apresentadas⁶ na literatura.

1.5. Modelos Partidários: adaptações e mudanças

Os partidos se revelam adaptáveis, adquirindo características diferenciadas de acordo com as sociedades que os acolhe ou nas quais eles foram gerados. Panebianco (2005) apresenta um modelo de três fases de sobrevivência de um partido. A primeira fase, denominada sistema de solidariedade, é composta da seguinte maneira: “1) Modelo Racional: o objeto é a realização da causa comum. Ideologia Manifesta; 2) Prevaecem os incentivos coletivos (participação do tipo movimento social); 3) Ampla liberdade de manobra dos líderes; 4) Estratégia de domínio sobre o ambiente”. A segunda fase é a fase da institucionalização dos partidos. E a terceira fase é assim composta: “1) Modelo do sistema natural: o objetivo é a sobrevivência e o equilíbrio dos interesses específicos. Ideologia Latente; 2) Prevaecem os incentivos seletivos (participação profissional); 3) Liberdade de manobra restrita; 4) Estratégia de adaptação ao ambiente”.

Com base nos estudos de Panebianco (2005), esta seção irá pensar o percurso percorrido pelos modelos partidários aqui defendidos. Os dois primeiros modelos apresentados – quadros e massas – enquadram-se em um período pré-institucionalização dos partidos, ou seja, o período determinado por Panebianco de “Fase da Solidariedade”. Um período no qual se encontram partidos que se unificam baseados em um sistema de interesse, em que a união dos indivíduos para a concepção de um partido político é conferida pelas demandas da sociedade

⁶ Está presente no Anexo 1 a figura esquemática de Gunther e Diamond (2003) com os partidos políticos presentes na história das democracias, distribuídos de formas cronológicas e familiares. No entanto, para esta dissertação, foi escolhido trabalhar apenas com os quatro modelos mais discutidos pela literatura.

e os *issues* que ela apresenta. Os partidos eram capazes de modificar ou mostrar aos seus eleitores a realidade. A interpretação da política era dada pela interpretação feita pelo partido.

Na fase pós-institucionalização, os partidos estão imersos em uma sociedade mais complexa, em que a existência de outros meios de compreensão da política, além dos partidos, são possíveis. Tal fato os leva a adaptar o seu discurso e seu modelo partidário à visão da sociedade emana, buscando a sobrevivência do partido.

Mais precisamente, enquanto um sistema de solidariedade é “(...) um sistema de ação tendo em vista a solidariedade entre os agentes”, um sistema de interesses é “(...) um sistema de ação tendo em vista os interesses do agente”. No primeiro caso, prevalece a cooperação para a realização de um fim comum; no segundo, a competição para satisfazer interesses divergentes. Quando um partido político se constitui, ele é uma “associação entre iguais”, organizada para a realização de um fim comum. Trata-se, portanto de um sistema de solidariedade. (...) Porém, com o passar do tempo, o partido tende a transformar-se de sistema de solidariedade em sistema de interesses: com a burocratização e o progressivo envolvimento na rotina quotidiana, a organização se diversifica no seu interior, criando, sobre as cinzas da igualdade inicial, novas desigualdades. “A curva de participação tende, portanto, a declinar.” (PANEBIANCO, 2005: 35-36).

Essa participação por interesse se torna mais profissional e menos ideológica. Essas mudanças se dão pelas transformações da sociedade na qual os partidos estão inseridos e, como já apresentado anteriormente, decorrem das mudanças nas funções exercidas pelos partidos políticos.

1.5.1. Os modelos pré-institucionalização: massas e quadros

A primeira configuração de um grupo de indivíduos que apresentava candidatos ao parlamento apontada pela teoria é denominada como “Partidos de Quadros”. Maurice Duverger (1980) caracterizou esses partidos da seguinte forma: são grupos pouco numerosos - geralmente pessoas influentes da sociedade que não necessitam dos partidos como alavanca para os seus votos, dado que apenas por sua posição já alcançam o coeficiente necessário para

o sucesso eleitoral. Esse grupo acredita que a qualidade dos seus membros é o diferencial do seu partido, o que acarreta uma baixa existência de dinâmica intrapartidária, pois as decisões estão concentradas nesse grupo de elite composto, em sua maior parte, por lideranças com cargos representativos, a manterás bases alijadas das decisões partidárias.

A segunda característica importante desse modelo partidário é quanto ao seu modo de custeio. Como já apresentado, os membros desse partido possuem certo destaque na sociedade, sendo por isso os responsáveis pela contribuição para o financiamento do partido. Quanto ao pensamento ideológico, o que guia as suas atitudes é a conquista dos votos e, por conseguinte, de cadeiras ou cargos de governo, não apresentando, pois, ideologia consistente. A conveniência é eleitoral, prioritária nas decisões de filiações sobre a ideologia. No caso desse modelo, os notáveis, candidatos e líderes, são os responsáveis por conduzir as massas nas eleições e por manter contato com os candidatos.

E, por último, deve-se destacar que essas agremiações se reúnem apenas na época eleitoral, não possuindo uma existência permanente com estrutura burocrática de representação, ao contrario, sua estrutura organizacional é frágil. Os partidos são totalmente baseados em seus membros, tendo apenas um mecanismo formal necessário para se lançarem à arena eleitoral, o que é demonstrado pela sua ocupação territorial, que existe somente em localidades nas quais há alguma liderança do partido. Os comitês eleitorais locais dispõem de uma posição de bastante autonomia em relação ao Diretório Nacional, já que este responde ao líder local.

A existência desse modelo partidário foi possível devido às características do período nos quais eles iniciam a sua atuação – algo entre o século XVIII e o século XIX –, quando o voto era restrito a apenas algumas parcelas da sociedade e, conseqüentemente, a participação era baixa. Os líderes eram os responsáveis por levar ao eleitor as informações sobre esse mundo.

Todavia, no início do século XIX⁷, as condições da sociedade se alteram e com elas as do eleitorado, alavancadas pelo aumento do sufrágio e pela disputa entre o modelo monárquico e o parlamentar de governo. Nessa mudança na sociedade, que envolve o sistema político, surgem os partidos de massas. Essa organização apresenta algumas características opostas à anterior. O primeiro ponto de destaque volta-se aos membros que compõem os partidos. Eles são os que podemos denominar de pessoas “sem brilho”, ou seja, são pessoas que não possuem destaque dentro da sociedade e têm sua base em organizações da sociedade civil – sindicatos, movimentos sociais, etc. Esse modelo partidário, com ações extra estatais, o que altera também a quantidade dos membros. Nessa associação, os membros são numerosos e há diferentes camadas dentro do próprio partido, sendo intensa a dinâmica interna.

O financiamento desse modelo partidário é oriundo de contribuições dos seus filiados, garantindo aos mesmos, poder de voz nas decisões do partido e controle ideológico, ao mesmo tempo em que confere ao partido um controle rígido dos representantes eleitos, já que estes são dependentes do financiamento do partido para as eleições.

Outro ponto que o distingue do anterior é quanto à permanência do partido. O modelo de partidos de massas é perene, ou seja, o partido tem atividades e burocracia por tempo ininterrupto. Ele também tem a função de “educar” as massas e não apenas guiá-las, como nos partidos de quadros. Emerge também a necessidade de um sistema de controle interno forte. As decisões são tomadas por um Diretório Nacional e obedecidas pelas unidades eleitorais locais.

Quanto à atuação eleitoral, essa agremiação tem um papel de maior relevância, já que os eleitores seriam identificados com as posições defendidas pelos partidos e não diretamente com os candidatos. Essa posição torna os candidatos mais dependentes das agremiações as

⁷ “La extensión de los derechos electorales que se llevó a cabo en la segunda mitad del siglo pasado afecto profundamente a la organización de los partidos fuero del Parlamento.” (BEER, pp.37; 1965).

quais se encontram vinculados. Essa dependência não se dá apenas pela ligação ideológica entre o partido e os eleitores, mas também pelo financiamento da campanha eleitoral, como apresentado anteriormente. Esses candidatos estão ideologicamente muito próximos às diretrizes do partido, já que a filiação é rígida e exige do membro o comportamento partidário, com designações formais e específicas.

Os dois modelos apresentados nesta subunidade demonstram como a sociedade na qual estes foram gerados e acolhidos foram marcantes nas suas configurações. Em uma sociedade com baixo grau de participação, o modelo de “Notáveis” sobrevivia e era capaz de produzir governos. Com a emergência de uma sociedade plural e com maior número de eleitores, emerge o modelo de Partido de Massas, o que leva à necessidade de uma burocracia interna ao partido. Com isso, a vida partidária é mais intensa. Um ponto unificador desses dois partidos é o seu caráter de interpretação do mundo da política para a sociedade que os cercam. A não existência de meios de comunicação fora do aparato partidário contribui muito para essa possibilidade.

No próximo tópico iremos destacar os dois modelos partidários que surgem no contexto da sociedade contemporânea.

1.5.2. Os modelos pós-institucionalização: *catch all parties e cartel*

O século XX inicia um processo acelerado de modificações da sociedade com mobilização cognitiva e social, mudanças econômicas, diminuição da identidade ideológica e a preponderância da mídia fora do aparato partidário (SARTORI, 1982; MAIR, 2003). Os somatórios das mudanças apontadas acima levaram às modificações na estrutura dos partidos, que tendem a cumprir um processo de transição de um modelo ideológico para um modelo competitivo. Os partidos profissionais-eleitorais assumem como característica principal a

busca incessante por votos e cargos. Os partidos se constituem como uma estrutura profissional para auxiliar os candidatos na busca por votos. Otto Kirchheimer (1968) denomina como a tendência ao partido ônibus (*Catch all Party*).

Otto Kirchheimer, em *The Transformation of the Western European Party System*(1968), identifica essa mudança em associação com um movimento de perda dos vínculos das bases classistas dos partidos de massa, da progressiva adequação de sua mensagem e de sua estrutura a um público mais amplo, na tentativa de expandir sua votação e conquistar cargos. A transformação dos partidos em partidos *catch-all* ou partidos “pega - tudo”, como este autor os denominou, não resulta no rompimento total com a classe de origem do partido, mas na sua abertura a outros grupos sociais, transformação esta que implica uma atenuação de pontos mais dogmáticos e radicais que orientavam programaticamente a legenda.

A análise de Kirchheimer nos permite entender a relação que os partidos estabelecem com suas bases em um contexto de heterogeneidade social, que marca os tempos atuais. A transformação que ele descreve é, em parte, fruto do desenvolvimento da sociedade moderna, na qual há enfraquecimento do peso do apelo ideológico - característico dos partidos de massa - em favor de argumentos pragmáticos.

Em um contexto como esse, a volatilidade eleitoral cresce como resultado da perda dos vínculos entre votantes e partidos. Os partidos se veem diante de um eleitorado mais sensível às mensagens vinculadas pela mídia de massa, nas quais predominam argumentos de grande apelo emocional e ênfase nos projetos de governo e não nos valores programáticos partidários. Assim, conforme verifica Ângelo Panebianco (2005), está em curso uma progressiva profissionalização das organizações partidárias, a qual se caracteriza por um deslocamento do centro de gravidade das legendas: dos filiados para os eleitores. Os partidos

não são mais organizadores de identidades e têm que recorrer a uma conexão direta com o eleitorado para se manterem competitivos.

Tal flexibilização pragmática se manifesta no sentido de ampliar a gama de políticas propostas, de forma a contemplar o maior número possível de interesses, mantendo, porém, um mínimo de coerência ideológica. Como resultado, os partidos cada vez mais integram em seus quadros figuras de variadas tendências e apelos populares, capazes de estabelecer vínculos fortes com a opinião pública e de contemporizarem com um eleitorado detentor de interesses difusos. Isso demonstra uma ação mais estratégica e eleitoral e não mais ideológica. A filiação partidária não é mais um objeto a ser alcançado pelos partidos, já que estes se ligam às suas bases nos períodos eleitorais.

Os partidos começam a ser financiados, em menor parte, por seus eleitores _ grupos de interesses que negociam com os partidos para alcançarem o poder. A estrutura interna do partido é reduzida, passando a contar com uma burocracia contratada, o que fortalece o líder partidário, que tem como norte a conquista de votos, levando ao uso mais extensivo do marketing político.

Katz e Mair (1995, 2002) expõem o que para eles é uma mudança no conceito de democracia. Segundo eles, os partidos estão cada vez mais próximos do Estado e longe da sociedade. Eles serão representantes cada vez mais do interesse do Estado do que dos seus eleitores. Surge assim o que eles denominam “Partidos Cartéis “que, para a sua compreensão, exige o entendimento de um tipo diferente de democracia”“. As participações em governos e no parlamento transformaram os partidos, a ponto de sua ligação com a sociedade ser feita pelo Estado.

Esse cenário somente foi possível em decorrência da mudança estrutural nas democracias, em que os eleitores chegam à formação de opinião fora do aparato partidário, e na qual o Estado exerce um grande poder de influenciar na decisão dos eleitores e também na regulamentação dos processos partidários. Esse novo modelo partidário – o Partido Cartel - seria então definido com as seguintes características:

Quadro 1: Modelo de Partido Cartel (Katz e Mair, 1994, 2002)

(i)	O partido age em consonância com o Estado, na verdade ele é um ente a mais deste.
(ii)	O Estado garante a legitimidade da atuação partidária frente à sociedade civil.
(iii)	Os partidos contam como seu principal financiador - o Estado -, por meio de suas políticas públicas ou por repasses diretos.
(iv)	A face pública do partido é preponderante em todas as disputas internas, ou seja, os membros com cargos eletivos são os responsáveis pelas tomadas de decisões.
(v)	Os partidos utilizam do aparato estatal para fazer patronagem para os seus eleitores e filiados.
(vi)	A política é um jogo para profissionais, ou seja, os membros do partido em sua maior parte são remunerados.

Esse novo modelo partidário representa, segundo os autores, os partidos mais próximos dos contemporâneos, em que uma sociedade cada vez mais avessa aos partidos e a política deixa a decisão a cargo do Estado e dos partidos profissionais. Eles são chamados a decidir apenas no “tempo da política”, ou seja, no período eleitoral.

Przeworski (1989) apresenta uma discussão interessante sobre essa adaptação dos partidos políticos e das suas funções. Ao estudar os partidos socialistas do século XX, o autor apresenta as mudanças que estes passaram frente aos desafios a eles apresentados. Os partidos socialistas passaram por um processo de modificação em sua estrutura e discurso. Os partidos socialistas, ao entrarem no jogo eleitoral, têm o seu discurso abrandado, ou seja, abandonam o posicionamento revolucionário e aceitam as regras de mudar por dentro do jogo democrático. Essa atitude leva, segundo o autor, ao surgimento do modelo socialdemocrata.

Ao chegarem ao poder, os partidos políticos tiveram que lidar com problemas mais pontuais, como a melhoria imediata da vida do trabalhador. E percebem que a sociedade não estaria disposta a esperar pelas melhorias futuras do socialismo, enquanto desfrutam de um presente complicado e difícil. Essas mudanças são um exemplo claro do papel do ambiente e das regras da democracia sobre os partidos políticos. Estes tiveram de se adaptar à realidade que lhes foi imposta.

Outra mudança que se deve destacar é quanto à função que os partidos exercem no jogo político. Como apresentado anteriormente, os partidos têm as suas funções alteradas. Perdem uma parte importante da sua função de mobilização e de guia do eleitor e ganham muito na função de estruturador do sistema.

Kitschelt (2000) traz uma interpretação importante da relação partido-eleitores-governo. O autor ressalta as outras características que podem levar a sociedade a se relacionar com as elites: (i) o líder carismático; (ii) os incentivos materiais seletivos. Essa relação depende das sociedades nas quais os partidos e eleitores se desenvolvem. Sociedades nas quais o Estado não consegue prover os indivíduos com as suas necessidades básicas, o clientelismo emerge com a função de levar o Estado ao cidadão, o que gera um sistema de traço clientelista em detrimento de um traço programático de relação cidadão-partido.

Em suma, a trajetória dos partidos políticos é, em muitas medidas, pautada pela sociedade na qual o partido está inserido. A origem dessas instituições é marcada pela criação de algum tipo de eleição. Com o aumento do sufrágio, com as mudanças sociais e cognitivas dos indivíduos – ocorridas desde o século XVIII -, os partidos são modificados. Desde esse momento, emergem novas configurações de partidos que dialogam melhor com a sociedade.

Por vias diferentes chega-se a um padrão comum. Desde a sua formação e dada a sua natureza, que os partidos se estruturam como organizações talhadas para a conquista do poder de forma empresarial (Schumpeter, 1951). Em suma, os partidos têm revelado capacidade de adaptação às transformações sociais e políticas, mantendo a sua vitalidade enquanto organizações de conquista, manutenção e exercício do poder, embora tenham alterado o modo de fazer o seu “negócio” MEIRINHO (2011:90).

1.6. Atualizações nos modelos partidários

Após a apresentação dos quatro modelos partidários mais bem aceitos pela literatura em geral, pode-se pensar em uma distribuição desses modelos em três fases distintas. A primeira fase é composta por partidos que têm sua demanda em um sistema de solidariedade. A segunda fase se refere ao momento no qual os partidos se comportam como agência eleitoral, sem vínculos diretos nem com a sociedade nem com os governos. Os partidos são levados a agir de forma a maximizar votos. E, finalmente, uma terceira fase, em que os partidos estão intrinsecamente vinculados ao Estado e agem de forma a garantir a expressão das demandas do Estado e, com isso, garantem a manutenção do seu poder e sua sobrevivência. O Quadro 2 apresenta as características dos quatro modelos:

Quadro 2: Tipos de partido e elementos característicos no desempenho das suas funções

	PARTIDO DE QUADROS	PARTIDO DE MASSAS	PARTIDO CATCH-ALL	PARTIDO CARTEL
Agregação	Interesses restritos, particulares, defesa do <i>status quo</i> .	Interesse de um grupo concreto (classe social, grupo religioso, nacionalista) que está inserido um grande número de pessoas.	Interesses difusos e, às vezes, contraditórios entre si. Defesa de temas prioritários de defesa de um programa.	Não existem grandes disputas por políticas diversas, e sim pela sobrevivência do partido. As lutas entre partidos são mais auto-referenciais do que por diferenças ideológicas.
Socialização	Entre seus membros	Entre seus membros e também para captar novos filiados "Quanto mais melhor". Vinculadas a funções ideológicas. Fortes laços verticais	Vinculados às funções eleitorais, mas sem laços ideológicos. Laços verticais fracos	Vinculados às funções eleitorais, mas sem laços ideológicos
Atividade Eleitoral	Votos em troca de representação de interesses especiais ou por trocas de benefícios individuais	Alta atividade dos filiados. Penetração nas organizações que circundam o partido. Eleitorado estável	Atividade central do partido. Vinculos instáveis com a sociedade civil. Importância do marketing eleitoral. Presença de eleitorado instável e estável	O desempenho eleitoral dos partidos é muito importante, porque depende da disponibilização de recursos pelo Estado. Partidos cartel lutando uns contra os outros para convencer o eleitorado de que o partido é o único que faria uma gestão mais eficiente
Recrutamento de elites e organização	É um clube exclusivo. Nenhum esforço para fortalecer o partido organizacionalmente	Muitas vezes, a liderança carismática. Forte controle do aparato partidário. Esforço organizacional para fortalecimento do partido. Importância: contribuições afiliadas	Liderança personalista e com grande retenção de poder. Baixa atividade partidária fora da época eleitoral. Financiamento público ou de grupos de interesses	Liderança profissionalizada. Grande importância para a face governativa do partido. A fonte mais importante de financiamento são os recursos estatais
Formação de governos e implementação de políticas públicas	Ocupar o poder para manter o <i>Status Quo</i>	Objetivos programáticos	Cumprimento de muitas promessas para continuar no poder ou para continuar no poder ou justificativas racionais de seus sucessos ou fracassos	Cumprimento de muitas promessas para continuar no poder ou justificativas racionais de seus sucessos. É vital ocupar cargos de poder para garantir a sobrevivência do partido

Fonte: RUIZ e OTERO, no prelo

A apresentação de forma esquemática dos modelos estudados possibilita uma comparação mais organizada entre os mesmos. E essa comparação será a responsável por fornecer as ferramentas para alocação de um partido mais próximo a um modelo ou a outro.

Apenas se deve destacar que os modelos aqui analisados são de partidos em seus tipos ideais. Na realidade democrática, encontramos partidos mais próximos, ou não, desses modelos apresentados. Pode-se pensar em um contínuo de ligação entres esses modelos. Esses contínuos podem nos fornecer os locais mais exatos para a localização dos partidos, os quais se aproximam mais ou menos de outros polos.

Como argumentado por Duverger (1980), os partidos de quadros são partidos datados do século XIX. Com o final da II Guerra Mundial, esse modelo partidário foi superado.

Pode-se ainda pensar a caracterização dos partidos em uma fórmula piramidal, na qual seus vértices estão posicionados nos tipos ideais de partidos políticos. Nesse caso, as retas que os unem são os espaços para a inserção dos atuais partidos, já que, como apresentado por Downs (1999), os partidos não são compostos de um único estrato de participantes e não buscam apenas um único fim ou objetivo. Partidos podem buscar votos, políticas ou cargos. E, para cada um dos modelos apresentados, temos um “tipo ideal” de membros e de interesses, de acordo com seus objetivos, programa, financiamento, programa e relação com o governo.

1) **Objetivos:** os partidos de massa tenderiam a ter entre os seus membros, integrantes que buscam a maximização de políticas, ou seja, membros que por terem maiores ligações com a sociedade civil, estão em busca de políticas públicas para os seus representados - *policy seeking*. Já os integrantes de um partido *catch all*, que têm como enfoque uma agência maximizadora de votos, teriam a tendência de serem *vote seeking*. Para esse modelo partidário, a conquista do maior número de votos garantirá a sua permanência no poder. Os membros do modelo cartel, no entanto, tendem a buscar cargos, já que somente o controle de

cargos o deixará próximo ao governo e, com isso, garantirão a sua cota de patronagem e sobrevivência.

2) **Financiamento Partidário:** o segundo *issue* de análise é a o financiamento partidário. De acordo com o levantamento promovido na literatura, os partidos de massa teriam como cerne o financiamento partidário dos seus filiados, o que garantiria aos mesmos um maior poder de influência dentro das decisões partidárias. Já o financiamento prioritário do partido *catch all* seriam as doações de grupos de interesse e dos recursos repassados pelos governos, o que é explicado pela existência desse partido apenas como uma agência eleitoral, enquanto o modelo cartel tem seus recursos oriundos dos repasses estatais.

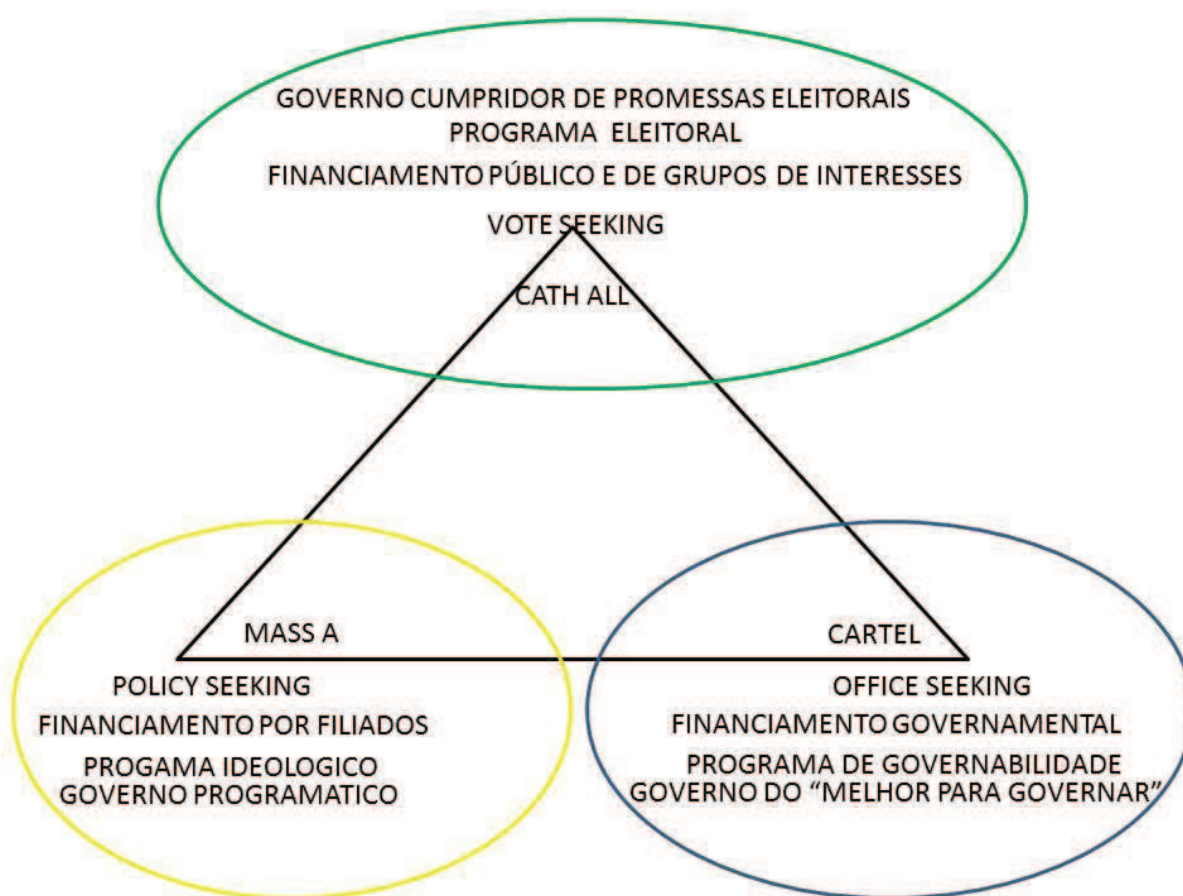
3) **Programas e ideias:** outro ponto importante de comparabilidade a se destacar diz respeito ao programa e ideias apresentadas pelo partido. O partido de massa possui um programa altamente ideológico, controlado pela burocracia partidária e pelos seus membros. Já o programa do *catch all parties* é voltado apenas para fins eleitorais, o que o resume, inclusive, em um programa ou uma difusão de ideias que devem ser pensados a cada eleição. Nesse sentido, não se exige coerência programática e ideológica. O partido cartel teria um programa voltado diretamente para a defesa das políticas do Estado, pois apenas a defesa destas garantiria a sua manutenção na cota de patronagem, o que pode levar a um programa adaptável ao governo que esteja vigente.

4) **Relação com o governo:** o próximo item de comparabilidade dos partidos refere-se à formação de governos e ocupação do parlamento. Enquanto a ocupação do governo por um partido de massa deve seguir os preceitos programáticos e ideológicos – seguindo inclusive um parâmetro bem rígido pela direção do partido, o que o transforma em um partido altamente disciplinado –, a do partido *catch all* é um governo cumpridor de promessas, já que o que guiou a sua chegada ao poder foram às promessas feitas na última eleição e não certos

parâmetros ideológicos. O partido cartel teria como enfoque um trabalho quase semi-estatal, cumprindo com o seu papel de defensor do Estado e do *status quo*, que garante a este a sua sobrevivência.

De forma esquemática, podemos pensar a distribuição dos modelos partidários da seguinte forma:

Figura 2: Visualização dos modelos partidários como contínuos interligados



Fonte: Elaboração do autor

A Figura 2 fornece um modelo de análise para os partidos atuais, em especial o PMDB, que é o enfoque deste trabalho. Com as ferramentas de comparabilidade descritas acima, se pode buscar o enquadramento do PMDB em um dos tipos aqui descritos. Os partidos políticos

passaram por mudanças no seu percurso histórico para se adaptarem ao ambiente no qual se encontravam, bem como para superar os desafios impostos a eles.

O capítulo a seguir apresenta o sistema político que o atual PMDB se encontra e se desenvolve. Segue-se ao mesmo, a apresentação das instituições e o ambiente político brasileiro que tanto propiciaram a expansão tanto do PMDB, como coibiram as suas opções estratégicas para o seu desenvolvimento e crescimento. As escolhas feitas pelo PDMB, sob o regime democrático, sofreram influências do ambiente e podem acarretar mudanças em seu modelo de partido, em seus apelos eleitorais, na sua opção ideológica e em sua relação com a sociedade e com o governo.

2. O sistema político-partidário na democracia brasileira (1986/2010)

Como já destacamos anteriormente, para se compreender um partido político é necessário incluir as características do ambiente institucional que o acolhe. O estudo sobre um partido político não pode ser feito como se o partido fosse um objeto isolado no tempo e no espaço. Para o entendimento de um partido, é necessário analisar em qual engenharia constitucional esse modelo partidário está inserido, pois segundo a tese do novo institucionalismo, as instituições estruturam a política e influenciam o fluxo da história:

[...] As decisões tomadas no âmbito das instituições políticas modificam a distribuição de interesses, recursos e preceitos políticos, na medida em que criam novos atores e identidades, incutem nos atores a noção de êxito e fracasso, formulam regras de conduta apropriada e conferem a certos indivíduos, e não a outros, a autoridade e outros tipos de recursos. As instituições influenciam a maneira pela qual indivíduos e grupos se tornam atuantes dentro e fora das instituições estabelecidas, o grau de confiança entre cidadãos e líderes, as aspirações comuns da comunidade, o idioma, os critérios e os preceitos partilhados pela comunidade, e o significado de conceitos como democracia, justiça, liberdade e igualdade (PUTNAM, 1996: 33).

Este capítulo mostrará o sistema político no qual o PMDB está inserido, pois este ambiente influencia as decisões que o partido irá tomar. Isso significa que, diante dos limites e constrangimentos colocados pelas estruturas institucionais e econômicas, o partido tem que tomar algumas decisões. Neste sentido, suas ações estratégicas sofrem restrições. Como discutido pela teoria do *patch dependence*, a trajetória e as decisões tomadas pelos partidos geram reflexos em sua constituição e estratégias.

O atual sistema político brasileiro nasceu após um período ditatorial de 21 anos (1964 – 1985), quando esteve em vigência o Regime Militar. O regime autoritário foi implantado no Brasil após a queda do Presidente João Goulart, no dia 1º de abril de 1964, pelos militares. Na

época, o golpe contou com o apoio de parte da sociedade brasileira e da elite partidária de alguns dos maiores partidos brasileiros da época – UDN e parcelas do PSD. O Regime Militar tinha como meta a reconstituição da “ordem pública” no Brasil e a condução de uma nova eleição. A elite dos partidos citados acreditava que poderiam retornar ao poder e continuar a governar o país.

No entanto, os militares, após assumirem o poder, instauram um sistema ditatorial baseado em Atos Institucionais. Tais atos conferiram ao regime poderes amplos ao grupo militar e foi instaurado um modelo bipartidário no ano de 1966, com duas legendas: Aliança Nacional Renovadora (ARENA), que era a sustentação político-parlamentar do governo “revolucionário” e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ⁸, de oposição. Apenas um destaque: a nova legislação previa a representação política dos partidos apenas em caso de conseguirem alcançar pelo menos 1/3 das cadeiras em cada eleição.

De acordo com Santos (1987) ⁹..., uma das justificativas que poderá encontrar para a derrubada do Governo Goulart e a instauração do regime autoritário era a “paralisia decisória”, a que o sistema político brasileiro estava submetido. O período anterior ao golpe é marcado por intensa discussão entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo e por uma baixa aprovação da agenda governamental, por parte do legislativo. Essa paralisia era agravada ao se observar que a oposição ao governo possuía um total de 71% das cadeiras no Congresso Nacional¹⁰. O governo do Presidente Goulart não conseguia aprovar medidas no Congresso, o que fomentou o aumento do descontentamento de parte da sociedade com o Presidente.

⁸ O detalhamento do funcionamento do modelo partidário e as suas consequências serão explorados no capítulo a frente que conta a história do partido estudado neste trabalho. Já que o MDB é o antecessor do objeto deste estudo.

⁹SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Crise e Castigo*. São Paulo, Vértice, 1987.

¹⁰Abranches, 1988.

A Ditadura Militar conseguiu ser inicialmente estabelecida em função do apoio de parte da sociedade civil, que se encontrava descontente com os rumos das políticas reformistas do então Presidente João Goulart, que era filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de matiz centro-esquerda. Todavia, a partir de 1968, o regime se tornou mais autoritário e repressor, e os anos 70 foram de grande descontentamento na sociedade brasileira. As organizações da sociedade civil passaram a exigir a redemocratização, fato que foi impulsionado pelo fim do “Milagre Econômico”, em meados dos anos 70, que havia proporcionado legitimidade ao regime.¹¹

O regime teve fim após inúmeras manifestações e protestos e através de uma “abertura gradual e segura”, conduzida pelo Presidente Ernesto Geisel, a partir de 1974. Mas, os militares conseguiram manter o controle sobre a transição democrática e sobre a eleição do sucessor do General Figueiredo -último presidente militar que governou o país. Em 1979, com o retorno ao multipartidarismo, através da Lei 6.767, de 1979, diversas legendas oriundas da antiga arena e MDB são formadas, entre elas o PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, originado nos quadros parlamentares do ex-MDB.

Em 1985, através de eleições indiretas promovidas em um Colégio Eleitoral, foi eleito Tancredo Neves, do PMDB, tendo como vice José Sarney. José Sarney havia sido o presidente da ARENA e participara desta legenda durante todo o regime militar. A chapa civil para a transição política foi articulada pelo PMDB, com os dissidentes da antiga ARENA, com o intuito de derrotar o governista Paulo Maluf, do Partido Social Democrático (PDS), legenda que abrigava os remanescentes da ARENA. Em 1985, com o retorno à democracia, o Brasil passou a ser governado por José Sarney (PPS), que assume a presidência devido à morte de Tancredo Neves (MOTTA, 1999).

¹¹ Período do “Milagre Econômico Brasileiro” nos anos 70. O Brasil crescia chegou a crescer 10% em alguns anos.

O caráter gradualista da transição democrática dificulta a tarefa de escolher um marco cronológico para o encerramento do período autoritário. Varias datas e acontecimentos podem ser adotados: 1984, com a campanha popular pelo restabelecimento do voto direto para presidente (Diretas Já); 1985, quando a chapa oposicionista de Tancredo Neves-José Sarney foi eleita pelo Colégio Eleitoral; 1988, ano da promulgação da Constituição; e 1989, quando se elegeu diretamente o Presidente da República. (MOTTA, 1999:152).

Para criar uma nova ordem institucional adaptada ao sistema democrático, em 1986 foram convocadas as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, que tinha como meta a elaboração da nova Constituição Brasileira, que guia até hoje o sistema político. Como argumentado por SARTORI (1996), as Constituições estruturam e disciplinam os processos decisórios do Estado. A formulação de uma nova Constituição guia o espaço de possibilidades para as ações e escolhas estratégicas

Os desafios que a Constituinte Brasileira deveria enfrentar era garantir ao Brasil um sistema estável e que não estivesse sobre o risco de rompimentos institucionais cíclicos (ABRANCHES, 1988). A tradição republicana brasileira era baseada em princípios de dispersão de poderes – presidencialismo, federativo, proporcional e multipartidário –, ou seja, se estas variáveis do sistema se mantivessem constante, teoricamente o sistema tenderia a se romper, não gerando a estabilidade exigida a um sistema político¹². Sérgio Abranches (1988) aponta para a necessidade de que se desenvolvesse um ornamento institucional que conseguisse lidar com as peculiaridades políticas e sociais brasileiras, cuja sociedade é marcada por baixa mobilização, um Estado burocrático e uma economia complexa e diversificada.

¹² Para discussão sobre como se governa o Brasil, ver Vicente Palermo (2000).

Em síntese, a situação brasileira contemporânea, à luz de seu desenvolvimento histórico, indica as seguintes tendências: (a) alto grau de heterogeneidade estrutural, quer na economia, quer na sociedade, além de fortes disparidades regionais; (b) alta propensão ao conflito de interesses, cortando a estrutura de classes, horizontal e verticalmente, associada a diferentes manifestações de clivagens inter e inter-regionais; (c) fracionamento partidário parlamentar, entre médio e mediano, e alta propensão à formação de governos baseados em grandes coalizões, muito provavelmente com índices relativamente elevados de fragmentação governamental; (d) forte tradição presidencialista e proporcional. A primeira indicando, talvez, a inviabilidade de consolidação de um regime parlamentarista puro. A segunda, apontando para a natural necessidade de admitir à representação os diversos segmentos da sociedade plural brasileira; (e) insuficiência e inadequação do quadro institucional do Estado para resolução de conflitos e inexistência de mecanismos institucionais para a manutenção do "equilíbrio constitucional". (ABRANCHES, 1988:31)

A Constituinte deveria criar mecanismos institucionais que possibilitassem aos governos futuros lidarem com os problemas políticos, garantindo, assim, instituições que possibilitassem uma normalidade democrática e justiça social. A atual Constituição foi promulgada em 1988.

É no interior desta nova ordem constitucional, que reflete o novo sistema político, que o PMDB trava as disputas e obtém seus resultados. A primeira parte deste capítulo apresentará as regras legais que passaram a orientar os partidos políticos, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) - Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. A Lei Orgânica servirá para situar o ambiente legal no qual o PMDB está inserido. A segunda parte detalhará os indicadores do atual sistema partidário e eleitoral brasileiro, pois eles constroem as estratégias do PMDB. Finalmente, os partidos fazem ofertas aos públicos. Por isso, a última seção reflete sobre as demandas e as relações dos partidos com os eleitores. Com base nestas informações, podem-se justificar algumas das escolhas estratégicas e de modelos partidários definidos pelo PMDB.

2.1. Lei Orgânica dos Partidos Políticos

A lei que rege a organização e as funções dos partidos políticos brasileiros é bastante ampla e plena de informações sobre o papel dos partidos. Por isso, esta subunidade vai se ater com mais detalhe a esse instrumento legal, que rege os partidos. Já no seu 1º artigo, a lei ressalta uma das funções dos partidos políticos, que é a de dar legitimidade ao sistema político:

Art. 1º O partido político, pessoa jurídica de direito privado, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.

Os partidos também são os responsáveis por apresentarem formalmente as candidaturas. Não é possível candidaturas a cargos eletivos no Brasil fora dos partidos. Esse controle é essencial, pois confere um poder de barganha muito grande entre os partidos e os políticos. Todavia, como o Brasil possui um modelo multipartidário essa barganha perde relevância ao possibilitar ao político a mudança partidária¹³.

Outro ponto importante que deve ser destacado é a necessidade de que os partidos se configurem de forma nacional. Os partidos brasileiros não podem ser locais, eles devem ter presença em numerosas regiões do país. A presença nacional é definida na formação da legenda: segundo o Artigo 7º da LOPP, o partido somente tem a sua existência após se registrar no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), adquirindo personalidade jurídica.

Este registro somente é possível de acordo com as exigências do parágrafo 1º desse artigo:

¹³A mudança partidária teve sua força minimizada após a normativa do STE, que pune o político que abandona seu partido com a perda do mandato e que confere o mandato ao partido e não ao candidato.

§ 1º Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove o apoio de eleitores correspondente a, pelo menos, meio por cento dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de um décimo por cento do eleitorado que haja votado em cada um deles.

A necessidade de existência nacional dos partidos políticos leva os seus dirigentes a traçarem estratégias de ocupação de todo o território, o que sinaliza a obrigação dos partidos já formarem uma máquina antes mesmo do registro formal no TSE. Desde a sua fundação, o partido tem algum grau de profissionalismo para poder coesionar os interesses, pessoais e políticos em seu entorno.

A LOPP trata também da forma de organização dos partidos. Os partidos são livres para a adoção de bandeiras ideológicas, interesses, programa, objetivos políticos e modelos de organização, formas, desde que estes não ponham em questionamento o sistema democrático. Isso aponta para a possibilidade de cada um dos partidos adotarem modelos distintos entre si.

A LOPP permite aos partidos exigir disciplina partidária dentro das casas legislativas, o que contraria o incentivo proporcionado ao político, quando este é candidato. O estudo do Estatuto, então, pode assim fornecer as informações relevantes sobre o modelo do partido.

Destacam-se também as disposições sobre a confecção do Estatuto do Partido. Ele é responsável por guiar todas as medidas que serão adotadas pela legenda, desde o processo de filiação à disciplina partidária, bem como as regras para a distribuição dos recursos do fundo partidário. No Estatuto, podemos encontrar as formas de punição de um político, caso este entre em desacordo com as normativas apontadas pelos líderes do partido.

Um destaque importante deve ser dado ao fundo partidário: a legislação informa que os recursos do fundo partidário serão distribuídos seguindo a norma segundo a qual 5% dos recursos serão igualmente distribuídos entre todos os partidos que possuem registro no TSE e

os outros 95% terão sua distribuição pautada pela votação que os partidos alcançarem¹⁴. Dois aspectos são importantes ressaltar: (1) os recursos são repassados aos partidos; (2) a distribuição da maior parte dos recursos depende da capacidade eleitoral do partido.

O primeiro ponto é relevante, pois demonstra quem realmente possui os recursos financeiros. O Fundo Partidário é a principal fonte de financiamentos dos partidos políticos. Os financiamentos possíveis são o público - o Fundo Partidário e o tempo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), no rádio e na televisão -, e o financiamento privado de pessoas jurídicas e pessoas físicas. O tempo de televisão é distribuído da seguinte forma: um terço é dividido igualmente entre todos os partidos registrados e os outros dois terços de acordo com o número de deputados federais do partido no momento da posse. Ao manter estes recursos nas mãos do partido e não dos políticos, a LOPP dota os partidos de poder de barganha com os seus candidatos.

O segundo ponto é quanto à relevância do desempenho eleitoral. Para conseguir acesso à maior parte dos recursos da sua principal fonte de financiamento, o Fundo Partidário, a legenda tem que alcançar sucesso eleitoral. Como os recursos são distribuídos em função dos votos do partido, o incentivo a buscar o maior número possível de eleitores sempre presente nas estratégias dos partidos brasileiros – a saber, se eles possuem políticas para conquistar votos ou conquistam votos para exercer políticas.

O estudo da legislação partidária deixa claro alguns pontos: (1) apesar do estímulo ao comportamento apartidário dos políticos na arena eleitoral, os partidos possuem mecanismos institucionais para o controle dos políticos. Os partidos são os únicos responsáveis legais para o lançamento de candidaturas, pelo Estatuto e pelo controle das fontes de financiamento; (2) os partidos devem ter em suas estratégias a busca pelo maior número possível de votos, a fim

¹⁴Lei 11.459 foi responsável pela alteração na distribuição dos recursos. O valor anterior era de 1% para todos os partidos e 99% para a distribuição por resultado eleitoral.

de garantir o seu financiamento e a sua presença nacional; (3) a configuração do partido como máquina, desde a sua fundação e para a sua manutenção.

2.2. O sistema político-partidário: características

A primeira característica da engenharia constitucional a qual será dada atenção são as regras eleitoral sobre quem vota como vota e como estes votos são transformados em cadeiras. Os estudos destas regras e de como os partidos se adaptam a elas são essenciais para o estudo dos partidos políticos. O segundo ponto é o federalismo. Essa característica da nossa engenharia constitucional é importante para definir o comportamento dos partidos políticos, já que aumenta mais uma informação a ser considerada pelos partidos.

O sistema eleitoral brasileiro é caracterizado por ser um sistema de eleição proporcional, de lista aberta, com distritos de magnitude variada. O primeiro item é responder sobre quem pode votar no Brasil. De acordo com a legislação brasileira, todo brasileiro com idade entre 18 e 70 anos é obrigado a votar. Para os analfabetos, pessoas com mais de 70 anos e jovens entre 16 e 18 anos, o voto é facultativo.

Este montante dos eleitores vota da seguinte maneira: eleições proporcionais proporcional em lista aberta para os cargos de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores. Voto é majoritário para Presidência, Senado, Governo dos Estados e Prefeituras. O quadro 3 apresenta os cargos em disputa nas eleições nacionais brasileiras.

Quadro 3: Cargos em disputa nas eleições nacionais brasileiras

Cargo	Vaga Eletiva	Vaga não eletiva
Presidente da República	1	
Vice-Presidente da República		1
Deputados Estaduais	1.035	
Deputados Distritais	24	
Deputados Federais	513	
Senador	27	
Suplente de Senador		54
Governador	27	0
Vice-Governador		27
Total	1.627	82

Fonte: TELLES, 2007.

As eleições municipais – para vereador e prefeito – são realizadas simultaneamente, a cada quatro anos, assim como as eleições nacionais. Para os cargos de Prefeito, em cidade com mais de 200 mil eleitores, é realizado o segundo turno, caso a soma dos votos do primeiro colocado não alcance mais de 50% mais um dos votos. A mesma regra vale para as disputas para presidente. A população é chamada às urnas a cada dois anos.

O próximo tópico a ser analisado é quanto à forma de ocupar estes cargos postos em disputa. A base de cálculo para a ocupação dos cargos do Congresso Nacional são os Estados. Para o Senado, todos os estados possuem o número igual de cadeiras – três -, pois a representação nesta câmara é territorial. Já a magnitude na Câmara dos Deputados, varia entre o mínimo e o máximo de 70 cadeiras, que são divididas pelo número de eleitores registrados no Estado. Após os partidos superarem o quociente eleitoral¹⁵, aplica-se a fórmula D'Hondt, que indica o número de cadeiras para cada partido.

A lista aberta retira do partido o poder de controle sobre quem realmente será eleito. Os partidos controlam apenas quais candidatos disputarão pela sua sigla. Este controle é importante, mas não é definitivo, pois os partidos necessitam de candidatos viáveis eleitoralmente para romper a barreira eleitoral antes de se decidirem quais serão os seus

¹⁵ “Determina-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de votos válidos apurados pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior” (Código Eleitoral, art. 106)

candidatos. O partido tem que correr o risco de lançar candidaturas que nem sempre são as dos políticos mais confiáveis aos partidos, devido à necessidade de alcançar o quociente eleitoral.

Outro ponto da legislação que deve ser analisado é a possibilidade de cada partido lançar até 1,5 vezes o número de candidatos por vaga. Neste sentido, o candidato tem que disputar a preferência eleitoral com um “inimigo íntimo”. Finalmente, a legislação permite coligações entre os partidos políticos. Os partidos realizam coligações para facilitar a superação das barreiras eleitorais. Ou seja, ao se coligarem, eles driblam a cláusula de barreira, pois somam as suas votações. As características do sistema eleitoral brasileiro podem ser vista no quadro 4.

Quadro 4: Sistemas eleitorais brasileiros

Regras Eleitorais	Brasil
Clausura de Barreira	Alcançar a cota de exclusão
Fórmula eleitoral	D'Hondt
Tipo de lista	Aberta
Magnitude Máxima	70
Magnitude Mínima	8

Fonte: TELLES, 2007

Estas características seriam prejudiciais para que os partidos controlassem os seus candidatos, o que acarretaria em uma atuação política mais autônoma na esfera eleitoral. As regras levam o candidato a atuar ao largo dos partidos, pois o que o interessa é angariar recursos, imagem e políticas públicas para ele próprio, pois ele depende muito do seu desempenho individual para ser eleito.

As regras eleitorais brasileiras¹⁶ são apresentadas pela literatura como incentivadoras à competição predatória dos candidatos dentro de um mesmo partido. Ao se combinar todas estas características, encontra-se um sistema eleitoral que influencia os candidatos a não terem postura cooperativa com o partido (LINZ, 1994). Devido à independência dos políticos em

¹⁶Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar. 10ª Edição. Brasília, DF. 2012. Disponível em <<www.tse.br>>. Acesso: 01 de Novembro de 2012.

relação aos partidos, a aprovação de qualquer medida no Congresso ocorre frequentemente levando-se em conta não somente o partido. É necessário promover incentivos individuais aos parlamentares, o que aumenta bastante os custos das decisões. Ainda que os partidos tenham disciplina, como descoberto por Figueiredo e Limongi (1999), a fidelidade não é a maior marca dos parlamentares brasileiros, sobretudo se a análise for a do caso específico do PMDB. Além disso, o Congresso é bastante fragmentado, conforme pode ser verificado pelos indicadores presentes na Tabela 1.

Tabela 1: Indicadores de fragmentação da Câmara dos Deputados (1982 – 2006)

Ano	Fracionalização ¹⁷	Nep ¹⁸
1982	0,59	--
1986	0,65	2,83
1990	0,89	8,7
1994	0,88	8,16
1998	0,86	7,13
2002	0,88	8,49
2006	0,89	9,29

Fonte: Rabelo, 2012 e OPAL¹⁹

Como pode se observar na Tabela 1, o sistema partidário brasileiro, mensurado pela sua presença na Câmara dos Deputados, aumenta a sua fragmentação com o decorrer do tempo. Parte-se de uma fracionalização de 0,59 para uma de 0,89. Ou seja, se perguntado a dois eleitores a chance de ter votado em partidos votos diferentes é de 89%.

Em relação ao número efetivo de partidos, observa-se que em 1982 existiram 2,83 partidos com poder de veto dentro da casa legislativa e em 2006 este número foi triplicado: 9,29 partidos. Um número maior de partidos se torna relevante no sistema.

¹⁷Rae (1967), mensura o grau de dispersão entre os partidos políticos. Quanto mais próximo de 1 maior a probabilidade de se achar um eleitor que votou em um partido distinto.

¹⁸Número Efetivo de Partidos. O índice possui a seguinte expressão matemática: $N=1/\sum p_i^2$, onde p_i é a proporção de votos (ou cadeiras) do partido i .

¹⁹ Observatório dos Partidos Políticos Latino-americano

O outro indicador do sistema partidário é a volatilidade - medida que demonstra a variação das cadeiras entre pares de eleições.

Tabela 2: Volatilidade do sistema partidário para Câmara dos Deputados Brasileira por par de eleições de 1986 a 2006

Par de eleições	Volatilidade
1986-1990	35,6
1990-1994	19,01
1994-1998	17,2
1998-2002	17,42
2002-2006	10,4

Fonte: OPAL

Nota-se uma redução da volatilidade acentuada entre os pares de eleições, quando comparados os pares 1986/1990 e 2002/2006.

A fragmentação na Câmara dos Deputados leva a rodadas de negociação com as inúmeras bancadas. A consequência pode ser um estado de letargia para a aprovação das medidas governativas, resultando tal paralisia em risco de ruptura institucional (SANTOS, 1986).

O Brasil é um país federado, composto por União, Estados e Municípios, que coexistem de forma harmônica e autônoma. A Federação brasileira possui a União, 26 Estados, um Distrito Federal e 5.561 Municípios. A autonomia político-administrativa do federalismo brasileiro proporciona aos partidos políticos um leque muito grande de possibilidades de atingirem o poder. A diversidade e a quantidade de cargos possibilitam aos partidos traçarem estratégias diferentes de ocupação dos espaços públicos. Ao afirmarem suas proposições em diferentes arenas, é possível ao partido definir como eles poderão organizar as suas estratégias. A possibilidade de ocupar postos em outras esferas de governo além da União, possibilita que um partido se torne relevante, independente dos cargos que ocupe em outras esferas.

Outro fator importante é a de que o modelo federalista favorece a atração de recursos para o crescimento do partido. Ao ocupar uma cadeira legislativa, um político consegue atrair para

ele e para o seu partido a divulgação e a realização de políticas que fortalecem a sua imagem e a do seu partido, assim como a prática da patronagem.

Deve-se destacar também que o sistema brasileiro é multipartidário. E, caso um candidato não tenha interesse em permanecer no seu partido, ele tem a opção de migrar para outro, entre os muitos partidos brasileiro. Mas, após a Resolução n.º 22.610/2007, do Tribunal Superior Eleitoral, a mudança de partidos foi modificada. O mandato, segundo a interpretação da Corte, pertence aos partidos políticos, o que leva à situação de que se um parlamentar sair do seu partido e o partido requerer a sua cadeira, ela deve ser ocupada pelo suplente. Uma brecha encontrada nesta resolução prevê que se o parlamentar migrar para um partido novo – em formação –, ele não perde a cadeira, o que permitiu a formação de novos partidos, recentemente, como o Partido Social Democrático (PSD).

O multipartidarismo é um fator de dispersão do poder, principalmente do legislativo. Ao se ter um grande número de partidos no legislativo, o Executivo é levado a negociar à aprovação de medidas de governo, o que contribui com a tendência de um sistema instável.

Quadro 5: Quadro partidário brasileiro em 2010 - Sigla, Nome e data de registro no TSE)

SIGLA	NOME	FUNDAÇÃO/ REGISTRO NO TSE
DEM	DEMOCRATAS	11.9.1986
PCB	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	9.5.1996
PCdoB	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	23.6.1988
PCO	PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA	30.9.1997
PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	10.11.1981
PEN	PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL	19.6.2012
PHS	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE	20.3.1997
PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	30.6.1981
PMN	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL	25.10.1990
PP	PARTIDO PROGRESSISTA	16.11.1995
PPL	PARTIDO PÁTRIA LIVRE	4.10.2011
PPS	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	19.3.1992
PR	PARTIDO DA REPÚBLICA	19.12.2006
PRB	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO	25.8.2005
PRP	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA	29.10.1991
PRTB	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO	28.3.1995
PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	1º.7.1988
PSC	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO	29.3.1990
PSD	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO	27.9.2011
PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA	24.8.1989
PSDC	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO	5.8.1997
PSL	PARTIDO SOCIAL LIBERAL	2.6.1998
PSOL	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	15.9.2005
PSTU	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	19.12.1995
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES	11.2.1982
PTB	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO	3.11.1981
PTC	PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO	22.2.1990
PTdoB	PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL	11.10.1994
PTN	PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL	2.10.1997
PV	PARTIDO VERDE	30.9.1993

Fonte: TSE

Em suma, o sistema eleitoral brasileiro leva o político a agir de forma autônoma em relação ao seu partido, já que para garantir a sua eleição, ele deve agir de forma a agregar a ele a imagem das políticas públicas benéficas às suas bases eleitorais, bem como a patronagem para os seus cabos eleitorais. Para garantir esses recursos, os parlamentares agiriam de forma a pressionar o Executivo, não cooperando com as suas decisões. Este comportamento conferiria ao sistema brasileiro a tendência à instabilidade (LINZ, 1994).

No entanto, esta análise deve ser contrabalanceada: o fator máquina partidária. Ao se afirmar que os partidos não são de crucial importância durante o processo eleitoral, tem-se que se pensar que os partidos conferem às candidaturas o peso de suas máquinas partidárias. Os partidos políticos são capazes de mobilizar em torno de si um grande número de apoiadores, recursos financeiros e cabos eleitorais aos candidatos. Além disso, os partidos são os detentores do controle do tempo de televisão, bem como do fundo partidário. Também cabe aos partidos estabelecerem as coligações para maximizar os votos, de forma a romper as cláusulas de barreiras. Apesar dos incentivos para a prática apartidária dos candidatos, eles têm que agir filiados aos partidos para garantir a sua eleição.

2.2.1. O presidencialismo

Como apresentado anteriormente às regras da disputa, o federalismo e o multipartidarismo estão na base da nossa tradição (ABRANCHES, 1988). No entanto, ao combinar essas características, poderíamos encontrar um sistema ingovernável, que tenderia a rompimentos cíclicos devido à paralisia decisória que esse sistema fomenta.

No entanto, o sistema político brasileiro já possui 25 anos, sem nenhuma ruptura, mesmo enfrentando crises importantes, como o processo de *impeachment* do Presidente Fernando Collor; a aprovação de emendas à Constituição, o enfrentamento de problemas econômicos e sociais. Houve a troca de presidência para opositores, o sistema sobreviveu e não apresenta sinais de que vai ruir. Então, por que as expectativas dos analistas de que o sistema brasileiro estaria fadado à ruptura não aconteceram?

Como apresentado acima, as regras eleitorais brasileiras continuam a gerar um comportamento mais autônomo dos políticos. Sabido que tem de disputar os votos até com os candidatos do seu próprio partido o político tem que agir na esfera pública de forma a garantir

para ele o maior número de votos, ou o número de votos suficientes para transformar sua candidatura em uma cadeira governativa. Ao olhar exclusivamente para a arena eleitoral, seriam encontrados os motivos levantados pela literatura (LINZ, 1994), para acreditar que o Brasil possui uma tendência à crise sistêmica de sua estrutura política. Já que a sociedade brasileira é heterogênea, com o seu modelo democrático marcado por indicadores de dispersão de poderes (LIPJHART, 2003), o que viria a reforçar as nossas diferenças e tornaria o país em uma democracia ingovernável. Com um Executivo fraco institucionalmente - já que a sua eleição não depende diretamente de uma maioria parlamentar -, e um parlamento composto por um número amplo de partidos, sistema político estaria fadado à inoperância e, sistemas inertes tendem a queda.

O comportamento do político tenderia a um comportamento interessado em sua sobrevivência (LINZ, 1994), o que acarretaria em um comportamento pouco sistêmico, elevando o risco de rupturas. Todavia por que não tivemos essa ruptura? A resposta para esse questionamento pode ser encontrada pelo desafio proposto por Sergio Abranches (1989): o sistema elaborou um aparato institucional que minimizou o risco ao comportamento crítico dos nossos políticos.

Apesar de na arena eleitoral o comportamento do candidato ser ainda autônomo e em busca do alcance dos votos, na arena governativa esta autonomia é rarefeita. Abranches (1988) apresenta, em um texto que se tornou clássico, as características históricas do sistema político brasileiro: presidencialismo, o federalismo, o Bicameralismo, o multipartidarismo e a representação proporcional. E aponta que estas características são elementos críticos para a estabilidade do sistema político brasileiro. O autor demonstra em seu texto uma preocupação que se mantido as características históricas a nova democracia brasileira correria risco.

Todavia, como já apresentado o sistema tem sobrevivido. Devido ao título do texto de Abranches (1988) o mecanismo leva o mesmo nome. Com isso a chave explicativa para esse comportamento é dado pelas regras legislativas e pelo que ficou denominado como “Presidencialismo de Coalizão” (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999).

Os partidos possuem mecanismos para exercer o controle sobre os seus membros. Esse controle também é praticado pela forma como os poderes são distribuídos dentro das casas legislativas. As regras do Congresso Brasileiro reservam aos líderes partidários a maior parte das tomadas de decisões. Os regimentos internos das casas legislativas funcionam de modo a garantir que as decisões a serem tomadas se estruturam em torno dos partidos, e não do legislador, o que rompe com a tendência ao enfraquecimento dos partidos.

O segundo fator explicativo para que o sistema continue em funcionamento sem quebras ou paralisias é o aumento dos poderes legislativos do presidente da República em relação à Constituição de 1946, que garantindo ao Executivo a preponderância da agenda e a agilidade, em consonância, da votação. O quadro a seguir mostra esses poderes:

Quadro 6: Poderes legislativos do Executivo, segundo constituições democráticas brasileiras.

Poderes legislativos do Executivo	Constituição de 1946	Constituição de 1988
Iniciativas Exclusivas:		
Projetos de lei "administrativos"	Sim	Sim
Projetos de leis orçamentárias	Não	Sim
Projetos de lei sobre matéria tributária	Não	Sim
Emendas Constitucionais	Não	Sim
Editar decretos com força de lei (medida provisória)	Não	Sim
Editar leis sob-requerimento de delegação pelo Congresso	Não	Sim
Solicitar Urgência dos projetos de lei (votação em 45 dias em cada Casa)	Não	Sim
Impor restrições a emendas orçamentárias	Não	Sim

Fonte: FIGUEIREDO e LIMONGI, 2007.

Os poderes dados ao presidente na atual Constituição possibilitam a ele um domínio da agenda legislativa e, por conseguinte, da agenda política do país. Com esse poder, ele consegue controlar dois dos três poderes da Nação e consegue um grande número de aliados para o seu entorno. A Presidência da República torna-se um grande ator, sobre os políticos e os partidos.

O Executivo domina o processo legislativo porque tem o poder de agenda e esta agenda é processada e votada por um Poder Legislativo organizado de forma altamente centralizada em torno de regras que distribuem direitos parlamentares de acordo com princípios partidários. No interior deste quadro institucional, o presidente conta com os meios para induzir os parlamentares à cooperação. Da mesma forma, parlamentares não encontram o arcabouço institucional próprio para perseguir interesses particularistas. Ao contrário, a melhor estratégia para a obtenção de recursos visando a retornos eleitorais é votar disciplinadamente. (FIGUEIREDO & LIMONGI 1999)

Assumindo o papel de formulador e de executor das políticas públicas, o Presidente brasileiro é o fator chave do alinhamento da política nacional. O seu poder atrai os partidos e os políticos²⁰ para a base governista, já que o Executivo possui capacidade de ditar as políticas públicas e repassar os recursos financeiros. Este poder do Executivo a tendência a que os parlamentares votem disciplinadamente com o governo (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999). O voto com o governo pode garantir ao parlamentar e aos partidos a liberação de emendas e recursos para as suas bases eleitorais, propiciando um aumento na probabilidade da reeleição ou a eleição em outro cargo. A forma que o modelo é sistematizado garante a governabilidade, sem rupturas, e a atração pelo poder executivo.

²⁰A atração de políticos é analisada por MELO, Carlos Ranulfo. Retirando as cadeiras do Lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985 – 2002). UFMG, Belo Horizonte. 2004.

2.2.2. Identificação partidária

Tendo como obra fundadora *American Voter* à escola de Michigan, encabeçada por Campbell *et al*, a apresenta uma chave explicativa que foi um “achado” para o sistema político americano, a Identificação Partidária. Os autores ressaltam que os indivíduos desenvolvem uma relação afetiva com os seus partidos. Afetividade que é expressa por afeto e sentimento de pertencer a este partido e, por conseguinte o despreço pela instituição partidária contrária. A relação com o partido é adquirida e processada no ambiente social em que o indivíduo é socializado, tendo as suas atitudes consolidadas no seu processo de formação. O comportamento dos indivíduos é a função da interação das atitudes a que esses indivíduos estão sujeitos em suas experiências sociais e políticas. Desenvolvendo assim as suas preferências e atitudes:

Nesse sentido, a identificação de um eleitor com um partido político se dá em bases afetivas que englobam fatores sociais e psicológicos que irão influenciar a maneira deste eleitor se posicionar politicamente. A tese, portanto, é a de que “uma vez formada, a identificação partidária tende a tornar-se estável, ou seja, os eleitores que têm identificação partidária em graus variados inclinam-se a “ver” a política e orientar suas ações numa direção partidária” (FIGUEIREDO, 1991:34).

Com base nesse vínculo afetivo entre eleitores e as instituições a escola psicossociologia obteve um excelente indicativo da intenção de voto. Devo deixar claro que a Identificação Partidária não é a certeza de que o indivíduo vai votar naquele partido. E sim é um bom indicador que o eleitor está disponível a votar. Ao indicar essa disponibilidade, esse instrumento, se mostra um bom preditor, principalmente para o caso americano que temos o voto facultativo. Um último alerta é de que identificação não fidelização, ou seja, o eleitor pode sim votar em outro candidato, contrário ao indicado pelo partido, dependendo das circunstâncias.

Esse indicador assumiu a centralidade na explicação do voto por uns trinta anos devido a sua boa capacidade explicativa, mas com o decorrer da história este começou a ser questionado devido à baixa fidelidade entre eleitores e partidos²¹.

Após apresentar a relevância que a Identificação Partidária tem para a decisão do voto dos eleitores posso me debruçar com mais afinco ao caso brasileiro.

No atual período democrático o Brasil apresenta um grau de identificação partidária com taxas inferiores comparadas com o período anterior ao regime (45 a 64) e com as médias internacionais, como apontados por Dalton (2000). Por isso a literatura recente (CARREIRÃO & KINZO, 2004; MELO, 2006; CASTRO, 1994; NICOLAU, 1996) apresenta uma longa explanação dos motivos para a baixa identificação partidária no Brasil. Ao se debruçar sobre essa baixa identificação partidária brasileira, a literatura, apresenta três chaves explicativas para a existência do quadro de desestruturação²² da identificação partidária, com base nos apontamentos de Dahl (1966) (*op.citi* LAVAREDA, 1999) (1) a duração do sistema partidário²³, (2) o contexto de comunicação²⁴ que temos quando o sistema partidário é criado e (3) o quadro legal-constitucional vigente²⁵. Segundo os autores os somatórios destas características acarretariam no atual quadro de baixa identificação partidária.

²¹O caso americano esse ainda se mostra um bom ‘indicador’ de votos, que mesmo em circunstâncias de fenômenos como a eleição de Barack Obama o sistema apresenta uma ligação superior a 80% de Identificação e voto

²²A desestruturação da identificação partidária é entendida quando temos um quadro menor de 50% de indivíduos identificados e um cenário de queda nos níveis de identificação.

²³ O sistema partidário brasileiro é recente e passa por constantes modificações. O que para os críticos impossibilita o desenvolvimento de laços afetivos fortes com os partidos. E, o atual sistema não guarda nenhuma relação com o sistema partidário do período democrático anterior 45 a 64.

²⁴Para a literatura temos de observar com cuidado o contexto de comunicação que os partidos são criados. Como ressalta a literatura sobre partidos (SARTORI, 1976) os partidos têm como uma das suas funções principais informar os seus eleitores. No entanto, com o desenvolvimento e expansão da mídia essa função perde um pouco de sua força. A mídia assume com maior eficiência o papel de informar a sociedade.

²⁵ Em *Multipartidarismo e Democracia* (1996), Jairo Nicolau expõe uma série de fatores que nos permitem considerar que a arranjo institucional brasileiro dificulta a formação de identificação sólida entre eleitores e partidos políticos. Segundo ele, são cinco as características que retratam o padrão básico de comportamento dos eleitores e dos dirigentes partidários em se tratando de eleições.

1. Os nomes que compõe a lista de candidatos são escolhidos pelos dirigentes partidários e não por consulta direta aos filiados.

Todavia, a construção do conhecimento deve se dar também ao buscar explicar os dados de menores, independentemente de como a literatura se posiciona sobre o mesmo. O primeiro enfoque é demonstrado na Tabela 3, o percentual de identificação partidária, não é tão irrelevante assim. Se acompanhar a série histórica teremos um percentual superior a 40% de pessoas que possuem identificação partidária no Brasil nesse atual período democrático²⁶.

Tabela 3: Partido de Preferência (1989 – 2010) (em %)

Partido	1989	1990	1994	1998	2002	2006	2010
PT	10	10	15	14	22	14,7	29,6
PMDB	15	12	17	12	6,6	7,6	4,8
PSDB	1	2	4	5	3,8	4,6	5,3
PFL/DEM	5	4	4	5	2,6	1,7	0,5
PDT	5	4	3	2	-	-	0,9
PSB	-	-	-	-	-	-	0,7
PV	-	-	-	-	-	-	3
OUTROS	3	7	3	3	5,2	5,8	11
NENHUM	56	56	52	57	59,4	65,4	44,2

Fonte: Datafolha 1989, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006; Pesquisa “Eleições Presidenciais: Campanha, Emoção e Voto” - Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE) /Grupo de Pesquisa "Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral" (UFMG). 2010;

2. Os candidatos fazem suas campanhas com grande autonomia em relação ao partido. Cada candidato organiza individualmente sua estrutura de captação de votos: recursos financeiros, material de campanha, comitês.
3. Devido à intensa individualização da campanha, a bancada eleita por um partido é, sobretudo o resultado agregado da ação de diversos candidatos individuais.
4. O sucesso eleitoral de um partido tem relação direta com a presença de candidatos competitivos (capazes de obter votações expressivas) na lista.
5. A forma de intervenção dos dirigentes partidários, no intuito de reduzir resultados não antecipados da forte competição intrapartidária, é escolher um ou mais candidatos como “puxadores de legenda”. O puxador de legenda é beneficiado com recursos do partido, sobretudo o tempo no horário gratuito na rádio e na televisão.

²⁶ LAVAREDA (1989) aponta que apesar da curta duração do sistema partidário da República Nova (1945-1964), ao final do período, grande parte do eleitorado das grandes cidades – nada menos do que 64% - manifestava adesão a partidos; além disso, “havia uma elevada congruência entre a identificação e o voto, pelo menos nas eleições presidenciais”.

A Tabela 3 apresenta as mudanças que a IP partidária percorreu. O primeiro destaque é o crescimento da identificação do PMDB e a sua consolidação como o partido com a maior identificação. O PMDB passa por um processo de redução drástica de IP, entretanto, ele ainda continua como a legenda com segunda maior percentual. Esta redução será estudada detalhadamente a posteriori, mas, o que pode explicar isto e a perda as suas principais bandeiras – a luta pela democracia e o partido que representa os pobres. A redução do PFL/DEM pode indicar uma redução da identificação com os partidos conservadores. O que gera reflexo em seu desempenho eleitoral. A queda do PDT é explicada pelo domínio do PT do campo ideológico da esquerda. Ao perder a vaga no segundo turno nas eleições presidenciais de 1994 o PDT também perde o poder de rivalizar com o PT sobre o domínio da disputa do polo esquerdista. O último destaque é quanto ao aumento do percentual de identificados com os outros partidos. Este aumento pode explicar o aumento do número de pequenos partidos. E indicar que o país terá um numero razoável de partidos médios e pequenos em decorrência de uma diminuição dos grandes partidos.

Com base nos dados apresentados acima, acredita-se que o estudo de por que os eleitores brasileiros se identificam e a influência dessa identificação se mostra necessária e importante. Infelizmente este trabalho não vai possibilitar uma exploração mais detalhada e profunda dos dados²⁷. A intenção aqui é mais mapear o campo e trazer alguns apontamentos que devo seguir para futuros desdobramentos.²⁸

²⁷Os textos de Baquero & Linhares (2011) e Socorro & Pimentel (2011) se debruçam sobre esta análise. E apresentam chaves explicativas da relevância do estudo da IP.

²⁸ Apenas alguns destaques sobre a metodologia de pesquisa da identidade partidária no Brasil: (1) o período que o dado é aferido - sempre no “tempo da política”, ou seja, antes, durante ou pós-eleitoral. Essa informação é importante se pensarmos que durante o “tempo da política” os indivíduos estão mais atentos aos assuntos que envolvem a política os dados que temos podem então, não representar essa ligação afetiva de que a literatura aponta. Acredita-se que seria necessário e interessante comparar esses dados obtidos quando a política está no *top ofmint* com dados de quando esse dado não fosse à pauta. (2) a pergunta que é realizada: geralmente a pergunta usada no Brasil é: Com qual partido você se identifica, simpatiza, gosta? Acredita-se que essa pergunta é muito mais vaga do que Converse *et all* sugerem como metodologia para aferir essa identificação. No *American Voters* autores apresentam na verdade duas perguntas que vão fornecer uma boa aferição dessa ligação

A literatura brasileira tem tratado da relevância da Identificação Partidária na explicação do voto no Brasil de forma dissonante. De um lado encontramos os defensores desta para a decisão do voto e de outro os mais críticos a esta variável. O primeiro que pesquisador a trabalhar com esta variável no Brasil é REIS (1978), que ao analisar o período do bipartidarismo, aponta que os eleitores identificavam os partidos pelos seus “estereótipos”, ou seja, estes não associavam a preferência a fatores relativos a opiniões e posicionamentos a respeito de *issues* de natureza política, mas a imagens partidárias difusas. Estas tinham como referência, de um lado, os polos situação (ARENA) *versus* oposição (MDB), e, de outro, percepções do eleitor sobre as posições dos partidos em relação aos interesses que defendiam. Assim o MDB teria a imagem de partido dos “pobres”, dos “trabalhadores”, da “maioria da população”, enquanto a ARENA seria o partido dos “ricos”, da “elite”.

Outros trabalhos que se deve destacar são os de SINGER (1998) e CASTRO (1994), Braga e Pimentel (2011) e Baquero (2011, 2013). O primeiro ao analisar as eleições de 1989 e 1994, encontra um alto coeficiente de correlação entre a identificação partidária e intenção de voto. “Está claro, assim, que a localização no espectro ideológico é um dos preditores de voto que deve ser utilizado no Brasil, se quisermos ter um retrato completo do comportamento eleitoral” (SINGER, 1998. p. 140). Já Castro, aponta que a identificação partidária de fato se correlaciona com a intenção de voto, todavia a maior parte dos eleitores não apresenta preferência partidária constante e que “pelo menos parte das identificações com os partidos políticos, quando existem, manifestam-se somente no processo eleitoral, talvez orientado pela escolha dos candidatos” (CASTRO, 1994: 168-169).

dos indivíduos com os partidos: “Geralmente você “se pensa” como um republicano, um democrata, um independente, ou o quê?;Depois dessa primeira classificação: você pergunta se ele é fortemente ou não fortemente identificado?” Há uma grande diferença entre simpatizar e se sentir um “partidário”. O primeiro conceito é muito amplo e subjetivo, enquanto de sentir um “democrata ou republicano” é algo que vai sim remeter a socialização e identidade do indivíduo. Fazendo uma má comparação, posso me sentir Brasileiro e simpatizar com a Itália, mas o que me identifica e pode melhor demonstrar o que eu sou, meu passado, minha socialização, é a minha “brasilidade”.

Braga e Pimentel (2011) discutem se mesmo com a redução dos patamares de IP esta variável possui algum poder explicativo do voto. Segundo os autores os dois principais partidos na disputa política brasileira (PT e PSDB) conseguem estruturar na cabeça do eleitor a disputa. O que pode ser aferido pela estabilidade nas disputas. Encontra-se assim uma disputa centrada entre estas duas legendas. Todavia, os autores desconsideram a máquina partidária em suas análises.

Baquero e Linhares (2011) e Baquero e Vasconcelos (2013) apontariam achados diferentes. Segundo estes dois trabalhos o Brasil vive um momento com baixo incentivo para as pessoas aderirem a um partido político. Estes baixos incentivos encontram respaldo na história política do país bem como nas práticas adotadas pelas elites. Outra variável que explicaria este é o baixo capital social da sociedade.

Finalmente chego as variáveis que poderiam explicar a atual identificação partidária no Brasil. Com base nos apontamentos do livro de Campbell *et all* chegamos a uma série de variáveis que temos de levar em consideração. A primeira seria aferir a identificação partidária dos pais do entrevistado. Já que a identificação é construída na socialização, seria importante aferir essa ligação, entretanto, os estudos brasileiros que conheço nenhum buscou essa relação. O que pode ser explicado pela baixa importância dada à relação identificação-voto no Brasil. Por isso acredito ser necessário que nos questionários seja aprofundado esse questionamento. Em trabalho recente que apresentei sobre o perfil dos eleitores identificados com o PMDB percebi que existe um percentual significativo de pessoas com a faixa etária mais alta (45 a 55 anos) o que pode ser explicado por estes terem vivenciado o período da ditadura, mas e os filhos dessa época?²⁹ Veiga (2008) demonstra as alterações na identificação ideológica. O PMDB teria aumento o seu coeficiente de identificados na região Sul, o que acarretou em uma

²⁹Em trabalho recente Telles e Dias (2011) demonstram que os atuais jovens se interessam cada vez menos por política e que esse desinteresse pode ser dado pela “não necessidade de luta” para conquistá-la.

mudança significativa. Eles seriam eleitores mais a esquerda na tabua ideológica e de maior renda.

As próximas variáveis seriam escolaridade e classe social³⁰ que podem nos fornecer um bom nível de explicação, já que estes se remetem diretamente a socialização dos indivíduos.

Outras duas importantes variáveis que teríamos de dar a devida importância seria alguma medida de sofisticação e interesse por política. Essas duas variáveis apontariam aquilo que os autores clássicos apontam como item relevante para determinar a relação indivíduos-partidos. Estas são dois dos mais significativos, pois ela intermediam a relação. Segundo os autores, essas seriam variáveis que possibilitam a sofisticação do modelo, já que possibilitariam um ajuste mais próximo da função partido decisão do voto.

Entretanto, acredito que devemos colocar no modelo como variável de controle para a identificação a confiança nos partidos políticos. Como teremos uma “alta” identificação se a confiança nos partidos é tão baixa?

Abaixo exponho a tabela com os dados de confiança nas instituições:

Tabela 4: Confiança nos Partidos Políticos (2008)

	Confia Muito	Confia	Não Confia	Confia nada	NR	NA
Partidos	1,8	19	32,3	45,8	0,3	0,8
Governo	9,7	36,5	32,1	21,6	0	0
Parlamento	2,7	22,2	35,7	39,4	0	0

FONTE: Pesquisa Mundial de Valores

Segundo o *World ValueSurvey*³¹, a confiança nos partidos no Brasil é de 21%. O que alerta para mais um detalhe ao se cruzar os dados. A IP está em um patamar de 40% já que apenas

³⁰ No entanto, ao trabalhar com dados de educação e renda podemos ocorrer no erro de colinearidade, já que estas variáveis são correlacionadas. Pois, na verdade a escolaridade já está incluída no cálculo da classe social. Em que estaríamos usando duas variáveis que medem quase a mesma coisa. O problema da colinearidade é a eficiência, e provavelmente o beta de uma das variáveis vai ter alta insignificância, o que não necessariamente corresponde à realidade, pois na verdade você estava usando duas variáveis muito parecidas e o efeito de uma delas vai sumir.

21% confiam nos partidos. O que denota que o indivíduo pode se identificar com aquilo que ele não confia. O estudo destas variáveis acredita-se, que se poderá trazer um campo fértil para complementar o já conhecido. O estudo da identificação partidária para o caso brasileiro, tendo como meta buscar explicações para o porquê eles se identificam, trará novo panorama de estudos e explicações. No entanto, este não é o enfoque do trabalho aqui presente.

Baquero e Linhares (2011) em diálogo com as inquietações apontadas anteriormente apresentam chaves explicativas para o porquê dos eleitores (sociedade) brasileiros não confiar nas instituições democráticas brasileiras. Com enfoque na baixa confiança nos partidos políticos os autores apresentam em que o problema é de caráter estrutural. Os eleitores ao não compreender por completo o papel e as funções dos partidos políticos, desacreditam neles. A raiz para explicar este descontentamento está na história política do país, bem como seus fatores culturais - volatilidade, fragmentação, clientelismo, corporativismo, patrimonialismo, personalismo, baixa existência de estruturas ideológicas - , assim como o baixo capital social da sociedade leva, a uma situação de cinismo com as instituições. Como apresentado por Torcal (2003) uma *desafeccion* com o sistema, ou seja, há uma baixa confiança nas instituições, assim como um baixo entendimento que é possível alterá-las, mas não há nenhum movimento de questionamento ao regime. O que acarreta na existência de uma fraca ligação entre eleitores e partidos.

Baquero e Vasconcelos (2013) apontam as chaves explicativas para o constrangimento do fortalecimento partidário. O primeiro é o caráter regional dos partidos, ou seja, o federalismo brasileiro leva aos partidos a adotarem estratégias regionais para a disputa política, o que leva a uma dissonância entre o partido nacional e local o que por consequência leva a um distanciamento da compreensão do partido pelos eleitores. O segundo constrangimento é a

³¹Rodada eleitoral de 2008. Disponível em <www.woldvaluesurvey.com>

baixa IP, que discutimos anteriormente, o que leva a um comportamento mais personalista que partidário dos eleitores. O próximo constrangimento é o que ele denomina de *ideologia híbrida*. Ou seja, os partidos agem de forma distinta na arena eleitoral da arena legislativa. E finalmente, a brevidade do nosso sistema político-partidário. Como os partidos brasileiros são “recentes” não conseguiram alterar a cultura política enraizada no país. “Desse modo, um dos principais constrangimentos é de caráter estrutural que descaracterizam os partidos e os torna vulneráveis a informalidade da política; tornam-se máquinas políticas que promovem o clientelismo.” (BAQUERO & VASCONCELOS, 2013: 6).

Como já discutimos anteriormente o eleitor não tem uma identificação com o partido e não confia neles. Essa baixa ligação pode ser explicada pelas características do sistema político já apresentados anteriormente. O eleitor se sente afastado dos partidos já que a sua ligação com a política se dá por via da dos políticos e não com os partidos. Esse distanciamento é reforçado pela desconfiança e o desconhecimento das regras pela população. Este descolamento leva a um problema para o encaixe do sistema político, ou melhor, para a sua institucionalização. Segundo a teoria da institucionalização a IP é um dos fatores que favorecem um sistema longo e estável. Já que ao possuir uma sociedade que se identifica com os seus representantes, tem se um menor risco de ruptura institucional.

Bohn e Paiva (2009) apresentam o paradoxo que a situação desenhada acima apresenta. Ao analisarem as volatilidades de todo o sistema - níveis nacionais e subnacionais – as autoras apontam para a redução da volatilidade, o que segundo a teoria da institucionalização indicaria um maior enraizamento dos partidos na sociedade. No entanto o que observaram não foi um aumento no número de pessoas identificadas com os partidos. O que segundo as autoras colocam o sistema brasileiro a frente do seguinte paradoxo: o sistema estaria se institucionalizando, mas ao mesmo tempo teríamos um baixo grau de adesão aos partidos.

Mainwaring e Torcal (2005), quando expõem o voto personalista em um sistema democrático e institucionalizado. São quatro os motivos para isso: (1) “A sequencia histórica na construção dos partidos”. Partidos que tem o seu marco fundacional após a institucionalização da TV e das mídias terão seu poder de enraizamento diminuído; (2) “O mau desempenho de muitos regimes competitivos”. Quando os partidos não lograram êxito na representação e na fixação de sua imagem frente ao eleitorado, estes abriram a oportunidade de campanhas personalistas; (3) “Partidos programaticamente difusos”. Ao não marcar uma bandeira ideológica forte, os partidos deram aos eleitores um incentivo a serem voláteis o que acarreta em um comportamento personalista na sua decisão do voto; (4) “O voto personalista é provavelmente mais forte nos sistemas presidencialistas do que nos parlamentaristas”. Ou seja, este tipo de voto personalista é característico de sistemas fluidos – voláteis – onde há um fraco enraizamento dos partidos na sociedade. O que acarreta em incertezas quanto aos resultados eleitorais, o que pode enfraquecer os regimes democráticos. Bem como, impossibilitar o *accountability* eleitoral.

Afinal, como já ressaltamos acima a imagem que passa para a população que o relevante no sistema político brasileiro é o político. Acredita-se que três motivos são essências para compreender o que acarreta esse descredito aos partidos. O primeiro é a tradição brasileira de colocar ao cargo de uma pessoa as decisões políticas. Isso é comprovado pelo desconhecimento das pessoas de que é a função de cada cargo político. O executivo é dado os pros e contras de todas as decisões políticas.

O segundo aspecto é a o costume da mudança partidária dos políticos, que é somado com a criação de novos partidos a cada momento – sem nenhum tipo de clivagem que a justifique. E finalmente, o desconhecimento das regras institucionais pela população. Como ressaltado acima a população não é informada sobre os meandros da política nacional. Como é tramitado

um projeto de lei ou a decisão sobre uma política pública. O papel dos partidos é fortalecido no interior do Congresso Nacional, o que não é bem explicado a população. O somatório dessa informações mais o descrédito que a política já carrega com ela é responsável pelo distanciamento do eleitor dos partidos políticos, o que é comprovado pela baixa confiança nos mesmo e a alta volatilidade.

Na ultima parte deste capítulo vamos propor uma análise que crie uma amálgama entre todos os pontos elencados anteriormente e a proposta de um modelo partidário.

2.3. O sistema político e os modelos partidários

Apresentado as características do sistema político brasileiro, gostaria de propor uma reflexão sobre como esse sistema pode “guiar” os partidos políticos a certo modelo partidário. Quais as ferramentas que o sistema político nos fornece para a essa dedução? Primeiro, será feito uma breve recapitulação de algumas características. O sistema político brasileiro é presidencialista, federativo, com regras proporcionais para os preenchimentos do cargo e multipartidário. O Brasil tem como forma de governo o presidencialismo de coalizão, em que, temos grandes poderes legislativos na mão do executivo e uma serie de negociações para a aprovação da agenda governamental.

Tendo como opções os modelos clássicos de partidos políticos – quadros, massa, cath all e cartel – para qual teoricamente o sistema político brasileiro “incentivaria” os partidos a adotarem? Claro que não se pode generalizar a análise aqui compreendida. O que propomos aqui é apenas um esforço que possa fornecer uma possível análise correlata entre o sistema de governo e o modelo partidário. Esse esforço analítico será posteriormente comparado com a atuação do PMDB.

Como apresentado acima os incentivos para a atuação política partidária presentes no sistema político são diametralmente opostas quando se pensa a arena eleitoral e a arena governativa. Enquanto na arena eleitoral os partidos têm o seu papel minimizado, na arena legislativa a sua atuação é de primordial importância. Entretanto, o que nos propusemos analisar aqui são os incentivos que o sistema político fornece para a organização partidária.

Primeiro deve-se destacar uma função importante no contexto decisório brasileiro: o Presidencialismo de Coalizão – com as características apresentadas acima. É sabido pela literatura que a nossa engenharia institucional é posta em funcionamento sem nenhuma interrupção. Por isso, pode-se pensar a importância desse mecanismo para a organização partidária.

Os partidos políticos são levados, devido a nossa engenharia constitucional, a cooperar de maneira muito satisfatória com o Governo, já que esse possui instrumentos legislativos que são capazes de coesionar a sua base e barganhar com o Congresso. Outro destaque se dá até pelo poder de acesso as emendas orçamentárias. Os deputados são interessados em garantir recursos para os seus municípios e bases, para que dessa forma consigam garantir votos para as eleições futuras que irão disputar.

No entanto, a chave do cofre está na mão do poder executivo, que controla a liberação e a formulação do orçamento. Ao colocar a formulação do orçamento como uma área de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, os deputados e os partidos têm de negociar com os partidos a liberação de recursos para as suas bases.

Qual o modelo partidário que melhor se adaptaria ao sistema político brasileiro? O sistema político brasileiro incentivaria algum dos modelos partidários?

Acredita-se que o sistema político indicaria um modelo partidário de cartel. Os partidos políticos são em sua maioria financiados pelos recursos estatais. Tanto pelo fundo partidário, quando pela liberação de recursos para as suas obras.

Os partidos, para conseguirem a liberação de recursos para as suas bases e assim garantirem a reeleição, aderem ao Executivo, independente do seu espectro ideológico. Outro dado é o domínio da agenda legislativa pelo executivo. Com isso, a aprovação da maior parte das decisões no legislativo seja de acordo com a vontade do executivo eleito.

O distanciamento da sociedade, dos eleitores, dos partidos corrobora esta imagem. Os partidos são cada vez mais responsáveis para com as funções governativas do que as representativa. A imagem esquemática apresentada por Katz e Mair (2002) é de importante visualização desta tendência.

Figura 3: Esquema de Katz e Mair da relação Partido Cartel – Sociedade - Governo



Fonte: KATZ e MAIR (2002).

Segundo os autores, com a transformação das sociedades, os partidos ficaram cada vez mais distantes da sociedade e próximos ao governo, que seria o responsável pela manutenção e financiamento dos partidos, os quais dariam sustentação aos governos.

A falta de identificação e de compreensão dos eleitores das regras do sistema, bem como as regras do sistema político em si, acarretaram segundo a visão aqui apresentada, uma tendência dos partidos ao modelo cartel. Ressalto que é uma tendência e não uma única escolha. As escolhas vão ser de cada um dos partidos do sistema. Nos capítulos a seguir, será apresentado

como enquadramos o partido estudado nesta dissertação. O PMDB colocou no seu cálculo de escolha as características apontadas acima, no entanto não são apenas as características ambientais que pautam a decisão do partido. Elas têm uma importância estratégica, mas outras variáveis são pesadas na balança na hora da escolha. Espera-se nos próximos capítulos deixar clara as escolhas do PMDB.

3. A origem no regime autoritário: de MDB a PMDB

Este capítulo caracterizará as origens históricas e políticas do PMDB. . Como ressaltado por Alcántara e Freidenberg (2001), para se analisar um partido político, é necessário antes entendê-lo a partir das correlações das forças internas e externas:

En esto sentido, muchas veces el conocer cómo trabaja un partido está determinando tanto por la correlación de fuerzas internas como por la situación externa en cual estos actúan. (ALCÁNTARA & FREIDENBERG, 2001: 16)

Para se compreender um partido político, ele deve ser interpretado em suas diversas fases e faces. Neste sentido, a origem do partido é um dos momentos mais importantes para a organização. As clivagens presentes no nascimento do partido influenciam a sua trajetória (EPSTEIN, 1982), ainda que não sejam determinantes das configurações que ele assume ao longo do seu desenvolvimento. Partidos com semelhanças tanto na origem quanto nas características organizacionais, podem obter resultados distintos, pois os desempenhos deles dependem do modo como interagem estrategicamente com o ambiente externo e interno. É possível verificar os variáveis presentes na fundação dos partidos, que podem interferir em seus caminhos posteriores. Ao se conhecer as origens é possível, ainda, examinar as razões que levaram as elites dirigentes a tomarem a decisão de criarem um novo partido.

Como abordado no capítulo anterior, à literatura sobre o surgimento dos partidos políticos trata de três perspectivas: a sociológica, a institucional e a racional, formuladas por Lipset e Rokkan (1967), Duverger (1980) e Downs (1999), respectivamente. Estas abordagens podem ser resumidas da seguinte forma: a corrente sociológica defende que os partidos surgem por representarem clivagens sociais, econômicas e políticas; a institucional explica que a emergência dos partidos decorre de atos institucionais, ou seja, por dentro das instituições vigentes; e, finalmente, a perspectiva racional ou competitiva delimita que os partidos são criados para que os políticos alcancem seus objetivos, quais seja a conquista dos votos.

Assim, neste capítulo será apresentado o histórico do PMDB a partir de sua origem no ambiente do regime autoritário brasileiro, que vigorou entre 1964-1985, pois, “contar a história de um partido político é contar a história de todo o sistema político” (Gramsci, 1999). A partir de seu histórico, poder-se-ia verificar quais destas abordagens teóricas sobre a origem dos partidos pode em alguma medida explicar parte de suas trajetórias, escolhas estratégicas e modelo a que ele chega.

O PMDB tem origem que remonta ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao Regime Militar (1964 - 1985). Atualmente, é considerado o maior partido do país, em função de sua capilaridade, tamanho das bancadas federal e estadual e número de prefeituras que controla e postos no governo federal. O PDMB possui importância crucial no sistema político brasileiro e tem sido convidado a compor os vários governos, independente do seu posicionamento durante a disputa eleitoral.

A descrição da origem do PMDB irá fornecer um panorama das razões que levaram à sua fundação. O que se pretende é realizar uma caracterização que possa ser comparada com a tipologia atual do partido, com o intuito de verificar os elementos que permaneceram e aqueles que foram modificados, ao longo de seu desenvolvimento político-institucional. Acredita-se que, ao cobrir diversas fases do partido, poder-se-á observar os aspectos que mudaram e aqueles que foram conservados, sobretudo no que tange ao seu funcionamento, posicionamento programático-ideológico e estratégias de ação.

Para melhor elucidar a atual força do PMDB, deve-se partir dos tempos em que era o porta-voz da oposição brasileira. Para isso, será traçado um histórico do partido, o que permitirá verificar o caminho que o levou a passar da condição de “rebelde” a representante do *status quo* do sistema político brasileiro.

3.1. A origem do PMDB: a oposição ao regime autoritário

A fundação do PMDB remonta ao antigo Movimento Democrático Brasileiro – MDB -, partido de oposição ao Regime Militar. O Regime Militar brasileiro foi iniciado em 1964, ano em que o país vivia um momento de grande instabilidade política, que decorria de alguns fatos que o precederam. No dia 1º de 1961, o Presidente Juscelino Kubitschek empossou Jânio Quadros, do Partido Trabalhista Nacional (PTN). Jânio foi eleito em 1960, com 5,6 milhões de votos, pela coligação entre o PTN, o Partido Democrata Cristão (PDC), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Republicano (PR) e o Partido Liberal (PL), para o mandato de 1961-1965. Contudo, a enorme votação de Jânio não possibilitou que ele conseguisse eleger Milton Campos, candidato a vice-presidente em sua chapa. João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi eleito para o cargo de Vice-Presidente do país. Esta situação, em que dois partidos de orientação ideológica adversa ocupariam a Presidência, rompeu com um ciclo de 15 anos de hegemonia da coligação PTB – PSD e dificultou enormemente a governabilidade.

Após sete meses de dificuldades para governar e, no momento em que João Goulart estava fora do país, o Presidente Jânio renunciou ao cargo. Ranieri Mazzilli (PSD), Presidente da Câmara dos Deputados, assume a Presidência interinamente. João Goulart retorna ao Brasil pelo Uruguai e tem início o movimento para que ele assumira a Presidência. No entanto, o seu nome sofria de restrições, pois era considerado bastante vinculado a setores de esquerda e comunista.

O deputado mineiro Tancredo Neves (PSD), propõe um arranjo parlamentarista e o Presidente João Goulart toma posse. Mas, os poderes delegados ao Presidente são reduzidos, e a maior parte das decisões ficou a cargo do 1º. Ministro, Tancredo Neves. Todavia, no início do ano de 1963 é realizado um plebiscito que põe fim ao parlamentarismo brasileiro e devolveu os

poderes ao Presidente da República. Livre dos impedimentos do antigo sistema de governo, João Goulart poderia colocar em prática as suas agendas de governo, o que envolvia parte das denominadas “Reformas de Bases”.

A situação política e social do país era de intensos debates entre os setores mais conservadores e os que apoiavam as decisões do Presidente. O ápice dessas manifestações ocorreu em 13 de março de 1964, no comício que foi proferido por João Goulart, na Praça da República, no Rio de Janeiro, bem como a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, manifestação de cunho conservador, ocorrida em São Paulo, em 19 de março do mesmo ano. Em 31 de março de 1964, tropas comandadas pelo General Olympio Mourão Filho, saem de Juiz de Fora, Minas Gerais, em direção ao Rio de Janeiro, em 48 horas destituem a 4ª República Brasileira.

Segundo Wanderley Guilherme dos Santos (1986), rupturas institucionais em regimes democráticos são consequências de crises de paralisia decisória. A paralisia decisória, por sua vez, abre caminho para que alguns grupos procurem romper o impasse existente por meios violentos e através da mudança ilegal das regras do jogo. A questão que se coloca, então, é: como se chega a uma situação de paralisia decisória?

A paralisia decisória decorre de processos simultâneos de dispersão de preferências, intensificação das mesmas e fragmentação dos recursos políticos, situação que estimula a formação de coalizões de veto *ad hoc*, mas que dificulta enormemente a formação de maiorias governativas estáveis. Chega-se, assim, a uma posição de equilíbrio político, a partir da qual o sistema político passa a ser caracterizado pelo impasse permanente. (SANTOS, 1986: 23-36).

Este movimento de ruptura institucional encontrou respaldo em partes da sociedade civil e de políticos, como o Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto (PSD), e o Governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda (UDN). O Presidente da Câmara, Ranieri Mazzili, voltou ocupar o cargo de Presidente da República, sob o “governo dos Ministros das Forças

Armadas”. Essa situação permaneceu até dia 09 de abril, ocasião em que foi editado o Ato Institucional Número 1, que retirou João Goulart do seu cargo e nomeou como Presidente o Marechal do Exército Humberto de Alencar Castelo Branco, responsável por convocar novas eleições para retornar o país à democracia, o que não foi realizado.

O Golpe Militar foi um movimento que não ficou restrito aos “quartéis”. A ideia dos golpistas foi capaz de se disseminar pela sociedade civil e ter apoio de parcelas do empresariado brasileiro. O golpe contou com a adesão de políticos de diferentes matizes, sobretudo os do espectro da direita. Mas, contou ainda com a aderência de alguns políticos do espectro ideológico de centro.

Em 27 de outubro de 1965, o novo regime decretou o Ato Institucional Número 2. O AI – 2 que impôs a reorganização do sistema partidário, ao eliminar os 13 partidos até então existentes. Este ato foi uma resposta aos resultados exibidos nas eleições para Governador, ocorridas em 1965, em 11 estados brasileiros. Nestas eleições, os representantes das “forças revolucionárias” – os governistas -, conquistaram a maioria dos governos. No entanto, a oposição ganhou as eleições no Estado do Guanabara, com Francisco Negrão de Lima e, em Minas Gerais, Israel Pinheiro da Silva foi vitorioso. Ambos eram quadros do PSD e desalinhados com o governo.

Estas derrotas não foram bem recebidas pelos setores “linha dura” dos militares, pois aumentava a dificuldade de relação com a nova ordem política, o que levou à publicação do Ato Institucional Número 2. Dentre as suas medidas, o AI – 2 destituiu os partidos políticos existentes, instituiu a eleição indireta para a Presidência da República e dava ao Executivo nacional poder de cassação e decretação de Estado de Sítio, sem a autorização prévia do Congresso Nacional. Além de extinguir os partidos, o AI - 2 instituiu o bipartidarismo, pois as exigências para o número de filiados e de votação mínima para a existência de partidos eram

altas, o que praticamente retirava a possibilidade de fundação e sobrevivência de pequenas organizações partidárias.

A partir do AI – 2, a solução encontrada pelas lideranças de oposição foi a de fundar um partido que os agregasse e que pudesse sobreviver aos rigores desta legislação. Os defensores do novo regime se ajuntaram em torno da Aliança Nacional Renovadora (ARENA). De outro lado, em 1966, os opositoristas fundaram o MDB. Durante toda a vigência do regime autoritário, por mais de 20 anos, a ARENA e o MDB terão sua atuação condicionada às leis de exceção vigentes. Estas leis incluíam demarcações para o funcionamento autônomo do Congresso Nacional. Além disso, haveria limites para a propaganda política. A ARENA existiria para dar apoio político-parlamentar ao regime, ao passo que o MDB iria gradualmente captar o sentimento oposicionista, o que levaria anos mais tarde a que o Congresso Nacional passasse a ser a “caixa de ressonância da insatisfação popular”, nas palavras de Lima Jr (1993).

Pode-se enquadrar o MDB como um partido que se formou “de cima para baixo”. Esta observação encontra respaldo em Kinzo (1988), quando esta descreve como foram formados os Diretórios Nacionais e subnacionais do partido que acabava de ser criado:

Tendo sido criado por parlamentares, à organização do MDB obviamente foi montada de cima para baixo. Quando a sua criação constituiu-se um Diretório Provisório, que integrou todos os parlamentares que assinaram o manifesto de fundação do partido. Estes parlamentares foram os mesmos que, com a ajuda de deputados estaduais que se filiaram ao MDB, se incumbiram de formar diretórios regionais em seus respectivos Estados.(KINZO, 1988: 178)

O MDB, que emergiu para ser uma organização provisória, recrutou em sua fundação desde quadros socialistas a importantes líderes trabalhistas oriundos do PTB, como Leonel Brizola. Recebeu, ainda, membros do PSD que estavam insatisfeitos com o Estado de Exceção imposto, como o Deputado Federal Tancredo Neves, de Minas Gerais e Ulysses Guimarães

(PSD), de São Paulo, além de alguns políticos da UDN, cuja maioria passou a participar da ARENA.

A maior parte dos egressos da UDN e do PSD -, foram para a ARENA. Já os originários do PTB, bem como alguns dissidentes do PSD, engrossaram as fileiras do MDB. Além disso, o MDB recebeu lideranças clandestinas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

A principal bandeira do MDB era a luta contra a Ditadura Militar e a repressão, contra as oligarquias e contra a centralização econômica. Ao longo de sua trajetória, o MDB apelava, sobretudo, para o retorno à democracia, mas denunciava a política econômica promovida pelo Governo. O MDB assumiu inúmeras bandeiras tais como

A luta pela restauração do Estado de Direito e extinção da Lei de Segurança Nacional. Combate o embuste do "milagre econômico" (1967-1973), o arrocho salarial e a perseguição aos sindicalistas combativos, os desmandos administrativos, a corrupção, os pacotes do arbítrio e os casuísmos eleitorais. (BENEVIDES, 1986: 51)

A orientação ideológica do MDB pode ser descrita como indefinida: “a diversidade de origens partidárias que caracterizou a ARENA e o MDB, não apenas era uma consequência natural do modo artificial pelo qual foi estabelecido o bipartidarismo, mas também refletia a falta de clareza ideológica e representativa dos antigos partidos políticos.” (KINZO, 1988: 205). Essa descrição da autora pode ser analisada na tabela 5, que mostra a origem dos parlamentares que formaram as novas organizações.

Tabela 5: Filiação à ARENA e ao MDB dos membros dos antigos partidos na Câmara dos Deputados, 1966

Partidos Antigos	Novos Partidos		TOTAL
	ARENA	MD B	
<i>Conservadores</i>			
UDN (União Democrática Nacional)	86	9	95
PSD (Partido Social Democrático)	78	43	121
PSP (Partido Social Progressista)	18	2	20
PR (Partido Republicano)	4		4
PL (Partido Libertador)	3		3
PRP (Partido da Representação Popular)	5		5
<i>Trabalhistas/Reformistas</i>			
PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)	38	78	116
PDC (Partido Democrata Cristão)	13	6	19
PTN (Partido Trabalhista Nacional)	8	4	12
PST (Partido Social Trabalhista)	2		2
PRT (Partido Republicano Trabalhista)	2	2	4
MTR (Movimento de Renovação Trabalhista)		3	3
PSB (Partido Socialista Brasileiro)		2	2
<i>Não Filiados</i>			
TOTAL	257	149	409

Fonte: Kinzo, 1988: 32.

Analisando com maior detalhe os dados da tabela, temos que a maioria dos deputados (78%) que eram filiados aos partidos considerados pela autora como *conservadores* foram para a base da ARENA e o restante deles (22%) se filiaram ao MDB. Os deputados que faziam parte dos partidos denominados *trabalhistas/reformista* foram em sua maioria (60%) para o MDB e o restante se filiou a ARENA (40%).

No entanto, ao se olhar apenas para a base que compõe o novo MDB, temos um percentual de 36% de políticos que têm sua origem nos partidos *conservadores*, tendo esses componentes, grande importância em função do modo como foi realizado o processo de estruturação do partido. A maior clivagem que podemos considerar “unificadora” dessa nova organização é a de ser oposição ao regime vigente.

No entanto, embora tenha surgido como uma organização de caráter temporário, a simples existência de uma oposição partidária, ainda que consentida, acabou por oferecer legitimidade política à nova ordem instalada pelos militares.

Em 05 de fevereiro de 1966, foi baixado pelo Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco o Ato Institucional Número 3, que instituiu eleições indiretas também para os governadores de estados, cuja escolha seria feita através de Colégio Eleitoral estadual. Os prefeitos das capitais e as cidades consideradas de segurança nacional seriam indicados e nomeados pelos governadores. O ato também estabeleceu eleições para Presidente em outubro e para o congresso em novembro. Outras medidas autoritárias foram tomadas neste ano: 12 de outubro: 6 deputados do MDB foram cassados por um período de dez anos; 20 de outubro: editado o AC 24, que estabelecia recesso parlamentar até 22 de novembro; - 15 de novembro: realização das eleições legislativas. Em 1966, a ARENA conquistou 277 cadeiras na Câmara dos Deputados, contra apenas 132 do MDB.

Contudo, o somatório dos AI - 2 e AI - 3 levou ao declínio na simpatia da população pela “Revolução Democrática”, fazendo com que os militares passassem a perder apoios importantes na sociedade civil e na classe política. Ao perceber estes efeitos, o Regime decreta em 12 de dezembro de 1966 o Ato Institucional Número 4, que convocou o Congresso Nacional para votar e promulgar a nova Constituição de 1967, que legalizou o Regime de Exceção que avançava pelo país.

Passado o período de constituição do MDB, o mesmo se lança à disputa eleitoral, mas suas primeiras experiências eleitorais foram desastrosas. Nas eleições disputadas entre 1966 a 1972 – legislativas, 1966; municipais, 1968; senador e legislativas, 1970; municipais, 1972 - , ele não logrou êxito. O poder da máquina do partido governista, o clima de censura, a repressão aos opositores, a euforia da população derivada dos bons índices exibidos pela economia – o

PIB do país chegou a crescer 10% -, desestabilizaram as lideranças do MDB e impediram a expansão do partido.

Em 1968, o desempenho do MDB foi considerado tão ruim, que algumas lideranças chegaram a cogitar a sua dissolução. Nas eleições de 1970, sua votação para os cargos de Senador e Deputado Federal foi pífia; ele ficou perto de perder a sua representação no Congresso Nacional. Na década de 1970, os emedebistas se dividiam entre os moderados e autênticos. Os moderados defendiam negociações com o governo militar; alguns dos emedebistas “autênticos” pretendiam a derrubada do regime, mesmo que através do uso da força. E, em 1970, para tentar melhorar os resultados do MDB e aplacar as cisões internas, Ulysses Guimarães assume a liderança desta sigla.

A maior parte da estrutura e dos Diretórios, principalmente os municipais, era da ARENA. Restou ao MDB iniciar um processo de constituição do partido, sobretudo nas cidades menos urbanizadas.

Em 1970 houve eleições municipais em 1897 cidades, e o MDB concorreu em apenas 43% desse total (816 municípios). Essa disputa marcou o ponto culminante do predomínio arenista: o partido ficou com 87% das cadeiras do Senado, 71% na Câmara dos Deputados e 70.6% nas Assembleias Legislativas. (...) A fragosa derrota sofrida nas eleições de 1970 levou as lideranças emedebistas a buscarem a expansão da estrutura organizacional do partido, privilegiando a construção de uma ampla rede de diretórios locais. (FERREIRA & RIBEIRO, 2009: 157)

Durante o ano de 1973, o expoente máximo e líder do MDB, Ulysses Guimarães, percorreu o Brasil com uma anti-candidatura à Presidência da República, atividade que possibilitou a divulgação do partido de sua principal bandeira: a defesa pela volta à democracia. No pleito de 1974, o MDB alcançou maior sucesso nos legislativos, pois, além de ser beneficiado pela crise econômica vigente, por ele denunciada, possuía maior capilaridade territorial e organizacional. Ele foi favorecido, também, por eleições que transcorreram de forma que propiciavam o debate, o que permitiu que a organização se apresentasse a todo o eleitorado como o nome institucionalizado de oposição ao Regime. Ele assumiu força nas regiões mais

industrializadas – Sul e Sudeste –, nas capitais e nas maiores cidades, que constituíam o maior foco de oposição ao regime.

Em 1974, o General Ernesto Geisel venceu a candidatura presidencial formada pela chapa Ulysses Guimarães e Barbosa Lima, por ampla maioria de 400 a 74 votos, no Colégio Eleitoral composto por deputados, senadores e por representantes enviados das assembleias legislativas dos Estados.

Em 1976, o MDB assumia maior influência nas eleições municipais. Apesar de a ARENA ter conquistado 80% das prefeituras, o MDB conquistou prefeituras importantes. Um conjunto de autores - Bolívar Lamounier, Olavo Brasil, Hélgio Trindade e Judson de Cew – liderados por Fabio Wanderley Reis, acompanhou a eleição em quatro municípios brasileiros – Presidente Prudente (São Paulo); Caxias do Sul (Rio Grande do Sul); Niterói (Rio de Janeiro); Juiz de Fora (Minas Gerais) – e elaboram um livro que apresenta algumas das características do eleitorado brasileiro e as suas tendências de identificação partidária (REIS, 1976). Segundo os autores, os eleitores identificados com o MDB seriam menos conservadores, mais ilustrados, provenientes das classes populares com consciência de classe – com estruturação ideológica – e oriundos das universidades. O Movimento consegue o apoio das classes com posição socioeconômica baixa e com membros da classe socioeconômica alta que possui maior nível educacional e ideológico.

Os resultados do MDB referentes ao período de 1966 a 1978 podem ser verificados na tabela 6.

Tabela 6: Votos MDB (%) - Senado, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas–
(1966 – 1978)

Anos	Senado				Câmara dos Deputados				Assembleias Estaduais			
	ARENA	MDB	Branco e Nulos	TOTAL	ARENA	MDB	Branco e Nulos	TOTAL	ARENA	MDB	Branco e Nulos	TOTAL
1966	44,7	34,2	21,2	17.259.598	50,5	28,4	21	17.385.556	52,2	29,2	18,6	17.260.382
1970	43,7	28,6	27,7	46.986.492	48,4	21,3	30,3	22.435.521	51	22	26,8	22.435.521
1974	34,7	50	15,1	28.981.110	40,9	37,8	21,3	28.981.015	42,1	38,8	18,9	28.922.610
1978	35	46,4	18,6	37.775.212	40	39,3	20,7	37.629.180	41,1	39,6	19,3	37.449.488

FORNTE: Kinzo, 1984.

Com o aumento da insatisfação por parte da opinião pública, decorrente, sobretudo do fim do chamado “Milagre Econômico”, Ernesto Geisel iniciou o processo de distensão do governo ditatorial, com o intuito de devolver ao país o Estado Democrático de Direito. O MDB crescia através de sua participação nos movimentos da sociedade civil organizada. Aos finais dos finais dos anos 70, contava com apoio de inúmeras associações populares, inclusive de lideranças vinculadas aos setores sindicais responsáveis pelas greves que foram deflagradas no ABC paulista (BENEVIDES, 1986). Com a expansão da estrutura partidária e com o aumento do grau de insatisfação da sociedade com o regime, ocorrida a partir de meados dos anos 70, e com o fim do chamado “Milagre Brasileiro”, o MDB foi acumulando forças e capital político que o credenciava para participar de futuras disputas políticas e eleitorais.

O MDB era, portanto, mais do que um partido político; era, mesmo um movimento, era uma bandeira de luta. De "oposição consentida" tornara-se o partido da sociedade civil. (BENEVIDES, 1986: 57)

O MDB, mesmo minoritário no Congresso Nacional e nas assembleias estaduais, obteve êxito, com exceção do Senado Federal, pelo fato da introdução de eleições indiretas de 1/3 dos senadores. Pode-se observar que o apoio ao MDB na Câmara dos Deputados foi bastante concentrado nas regiões economicamente mais desenvolvidas do Sudeste e Sul, responsáveis em todas as eleições do período por mais de 70% do total de votos na legenda (LIMA JR., 1993)³².

Assim, servindo, por um lado, de principal expressão organizacional da oposição liberal ao regime, o MDB pôde também, aos poucos, atrair a lealdade dos setores populares urbanos e atuar como denominador comum simbólico capaz de absorver órfãos não só do antigo PTB, mas também do populismo paulista e dos demais partidos e movimentos que se dirigiam a tais setores. (REIS, 2002: 3)

A impopularidade crescente do governo, associada à expansão eleitoral do MDB, promoveu a reação do regime. Após a “derrota” eleitoral ocorrida em 1974, e prevendo uma derrota maior ainda nas eleições de 1978 – devido à forte participação da nova e forte bancada do MDB, que pode assim expor a sua posição de oposição e defensora da democracia -, e também em razão das vitórias alcançadas nas eleições municipais de 1976 -, em 1977 foi decretado o denominado “Pacote de Abril”. Entre as medidas contidas nesse “pacote de medidas”, estavam as que decretavam o fechamento do Congresso Nacional, instituía existência do Senador Biônico³³ e retrocedia a abertura do debate livre durante as eleições. Com isso, o regime volta a assumir a maioria absoluta das duas casas do Congresso Nacional.

Em março de 1979, o General Figueiredo assumiu a presidência e se mantém disposto a dar continuidade à distensão política “lenta e segura”, iniciada por Geisel. Para tal, e para conter o

³² LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. Movimento Democrático Brasileiro (MDB). In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ. 1993. Disponível em: <<http://www.cprepmauss.com.br/documentos/movimentodemocraticobrasileiro-mdb32397.pdf>>. Acesso em 15 de junho de 2013

³³ Um terço do senado passaria a ser eleito de forma indireta. Essa indicação estaria a cargo das Assembleias estaduais;

crescimento do MDB, o governo envia para o Congresso, em 19 de outubro de 1979, algumas modificações à “Lei Orgânica dos Partidos Políticos”. O Projeto de Lei nº 37 propunha o fim dos partidos existentes naquele momento e a volta do país ao pluripartidarismo, o que gerou um grande número de protestos das lideranças do MDB intitulado “Não à Cassação do MDB”.

A mitologia dos mentores do regime se viu desmentida em aspectos importantes pela trajetória do MDB. Um desses aspectos é o que pretendia ver no apoio eleitoral aos partidos e movimentos de cunho popular o mero resultado da engabelação de massas eleitorais amorfas por parte de lideranças espúrias. Excluídas, presumivelmente, tais lideranças, “esclarecido” o público através de esforços doutrinários e propagandísticos de diversos tipos, a afirmação eleitoral do MDB deixou patente que há algo mais consistente em jogo no processo político brasileiro e frustrou as esperanças de que o bipartidarismo imposto viesse a ser o arcabouço da aquiescência popular ao regime. Não admira, portanto, que o governo seja agora o promotor do multipartidarismo e eventualmente da extinção dos partidos existentes. (REIS, 2002: 3)

Aprovada em 20 de dezembro de 1979 e sancionada em 20 de dezembro de 1979, a Lei nº 6.767, encerrava assim o período bipartidário no Brasil e forjou um novo sistema partidário e inúmeros partidos foram criados. O Partido Democrático Social – PDS, foi formado, sobretudo pelos egressos da ARENA, enquanto o MDB se dividiu em quatro novos partidos Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Progressista (PP), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Democrático Trabalhista (PDT). O político Tancredo Neves, egresso do PMDB, fundou o PP. Lideranças sindicais e intelectuais constituíram o PT, liderados por Luiz Inácio Lula da Silva. Ivete Vargas conseguiu recriar o PTB e Leonel Brizola, um tradicional petebista, fundou o PDT. O MDB perdeu desta forma o privilégio de representante exclusivo das oposições. Após algum tempo, o PP foi extinto e reincorporado pelo PMDB.

O PMDB foi fundado após uma reunião dos senadores, deputados e membros do extinto MDB no dia 15 de Janeiro de 1980 e obtém o seu registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral

no dia 9 de Junho de 1980, tendo como presidente o Deputado Ulysses Guimarães. O PMDB nasceu refletindo igual heterogeneidade de seu antecessor, o MDB. Esta heterogeneidade foi ainda mais ampliada após a incorporação do PP em 1982, o que resultou no ingresso de Tancredo Neves na legenda. O PMDB contava com 94 deputados e 17 Senadores no momento de sua fundação.

Tabela 7: Realinhamento Partidário no Congresso (1980)

Partidos	Câmara dos Deputados			Senado Federal		
	Arena	MDB	Total	Arena	MDB	Total
PDS	201	24	225	36	1	37
PMDB	3	91	94	1	16	17
PP	25	43	68			
PTB	1	22	23			
PT						

Fonte: Fleischer 1986.

Após a sua constituição como partido – pós 1980 -, o PMDB alcançou um sucesso eleitoral mais expressivo que nos anos anteriores, quando em algumas ocasiões chegou a ter menos votos que os brancos e nulos. Em 15 de novembro de 1982, ocorreu à primeira eleição direta para Governador de Estado desde os anos 1960. Os governadores seriam eleitos para um mandato de 4 anos, a ser iniciado a partir de 15 de março de 1983. As eleições envolveram 70 milhões de eleitores e, neste momento, a legislação previa o "voto vinculado": o eleitor teria que escolher candidatos de um mesmo partido para todos os cargos em disputa, sob pena de anular seu voto. Com tal medida, o regime tentava manter o domínio no Congresso e nos governos estaduais, tendo em vista que possuía grande enraizamento nas Câmaras Municipais. Esperava-se que a escolha do candidato a vereador levasse o sufragar igualmente o PDS nos demais níveis das eleições.

No entanto, os opositoristas fizeram a campanha pelo “voto camarão”, convocando os eleitores a manter em branco o nome do governador, para evitar perder os votos que seriam dados aos prefeitos e deputados. Os resultados para governador do PDS, representante das

forças governistas, foram similares aos quatro partidos de oposição - PMDB, PDT, PTB e PT, e este equilíbrio influenciou na composição do Colégio Eleitoral em 1985, que elegeria o Presidente da República. O pleito foi regido pela Lei nº 6.978, de 19 de janeiro de 1982 e pela Lei nº 7.015, de 7 de julho de 1982, dentre outras.

Tabela 8: PMDB – Primeiros resultados após a homologação como partido, Brasil (1982 – 1985) (em %)

Cargo	1982	1985
Senado Federal	36	
Câmara dos Deputados	41,8	
Governos Estaduais	40,9	
Assembleias	42,7	
Prefeituras	34,9	63,2

Fonte: Ferreira &Ribeiro, (2009: 59).

Já com a denominação de PMDB, liderou uma serie de movimentos sociais em busca da possibilidade de eleição direta para a Presidência da Republica. Como a voz “institucional” dentro do regime, conduz a campanha pela volta à democracia. No entanto o Regime ainda mantinha o domínio sobre o Congresso e garantiu que a primeira eleição para Presidente da República ocorresse de forma indireta. A campanha pelas *Diretas Já* foi um empecilho para sua proposta de retorno “controlado e gradual” à democracia.

Frustradas as tentativas de eleições diretas, um grupo do PDS, descontente com os rumos que o processo de transição estava tomando, forma a Frente Liberal, liderada por Aureliano Chagas e Marco Maciel, ex-arenistas, e apoiavam a candidatura de Tancredo Neves. A Frente apresenta como vice da chapa de Tancredo Neve o político José Sarney, como alternativa para suceder o General João Figueiredo. José Sarney havia sido eleito Senador pela ARENA em 1970 e reeleito em inúmeras ocasiões e presidia a legenda desde 1979. Com o fim do bipartidarismo, José Sarney foi alçado à presidência do PDS. Mas, em 1984, abandonou o PDS, por divergências em relação à condução do processo decisório sobre os rumos do Colégio Eleitoral, junto com outros membros do PDS, ajudou a construir a Aliança Democrática com o PMDB. Com esta articulação e, através de uma transição negociada entre

o PMDB e líderes representantes do governo autoritário, a chapa Tancredo-Sarney venceu Maluf (PDS), por 480 votos a 180 no Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, com 9 abstenções e 17 ausências.

Tabela 9: Votação no Colégio Eleitoral (Partidos Políticos)

Partidos	Maluf	Tancredo	Ausência	Abstenção	Total
Deputados					
PDS	125	39	7	1	172
PMDB	2	196	1	1	200
PFL	0	63	0	0	63
PDT	1	20	1	1	23
PTB	3	10	0	0	13
PT	0	3	0	5	8
Senadores					
PDS	26	5	0	1	32
PMDB	0	24	1	0	25
PFL	0	10	0	0	10
PDT	0	1	0	0	1
PTB	0	1	0	0	1
Delegados					
PDS	23	11	7	0	41
PMDB	0	51	0	0	6
PFL	0	40	0	0	40
PDT	0	6	0	0	6
Total	180	480	17	9	686

Fonte: Fleischer, 1980.

O PMDB saiu vencedor do Colégio Eleitoral elegendo o Deputado Federal Tancredo Neves como Presidente da República. Contudo, Tancredo Neves faleceu antes de assumir a presidência, deixando o cargo para o seu vice José Sarney, ex-integrante da ARENA, mas agora filiado ao PMDB. Com o fim do Regime Militar, em 1985, o PMDB recebeu lideranças do PDS que, por questões locais, discordavam do ingresso do partido no recém-fundado Partido da Frente Liberal. E, desta forma, este recrutamento de ex-peedessistas irá contribuir tanto para a expansão eleitoral do PMDB, quanto para a sua indefinição ideológica.

A tabela 10 apresenta as eleições ocorridas no Brasil durante a vigência do regime autoritário, a partir de 1964, além de discriminar os cargos eletivos para cada eleição – presidente e vice-presidente da República; senador e deputado federal; governador e vice-governador; deputados estaduais, distritais e de territórios; prefeito, vice-prefeito e vereadores –, bem como a data de realização e a forma do pleito eleitoral.

Tabela 10: Cronologia das Eleições no Brasil (1964/1985)

ANO DO PLEITO	Presidente E Vice-Presidente Da República	Deputado Federal/ Senador	Governador	Deputado Estadual/ Distrital/ De Território	Prefeito, Vice-Prefeito E Vereadores
1964	Eleição Indireta 11 de Abril				
1965			Eleição Direta 3 de Outubro		Eleição Direta 3 de Outubro
1966	Eleição Indireta 3 de Outubro	Eleição Direta 15 de Novembro	Eleição Indireta 3 de Setembro	Eleição Direta 15 de Novembro	Eleição Direta 15 de Novembro
1968					Eleição Direta 15 de Novembro
1969	Eleição Indireta 25 de Outubro				Eleição Direta 30 de Novembro
1970		Eleição Direta 15 de Novembro	Eleição Indireta 3 de Outubro	Eleição Direta 15 de Novembro	Eleição Direta 15 de Novembro
1972					Eleição Direta 15 de Novembro

1974	Eleição Indireta 15 de Janeiro	Eleição Direta 15 de Novembro	Eleição Indireta 3 de Outubro	Eleição Direta 15 de Novembro	
1976					Eleição Direta 15 de Novembro e 20 de Dezembro
1978	Eleição Indireta 15 de Outubro	Eleição Direta 15 de Novembro	Eleição Indireta 1º de Setembro	Eleição Direta 15 de Novembro	
1982		Eleição Direta 15 de Novembro	Eleição Direta 15 de Novembro	Eleição Direta 15 de Novembro	Eleição Direta 15 de Novembro
1985	Eleição Indireta 15 de Janeiro				Eleição Direta 15 de Novembro

Recapitulando, de acordo com Kinzo (1984) podemos pensar a trajetória do (P) MDB em três etapas até o que foi apresentado: (i) uma primeira fase, em que o partido não possui respaldo social e quando existia forte repressão, o que acarretava vitórias expressivas da ARENA. Esta fase vai de 1964/1973; (ii) uma segunda fase, em que as lideranças locais do partido perdem espaço e a conjuntura – o fim do “Milagre Econômico”³⁴ – o favorecem e possibilitam a fixação de uma bandeira que o identifique. Nesta fase, o MDB expande - aumento da capilaridade -, e passa a ter sucesso eleitoral. Esta etapa perdura de 1974 – 1979; (iii)

³⁴“Milagre Econômico” foi o período que o Regime desfrutou de um crescimento da economia do país a taxas de 15% ao ano. Baseado em empréstimos internacionais o Governo inicia uma série de grandes obras e o desenvolvimento do país. No entanto, este crescimento aprofundou a desigualdade social. O que levou a colar ao Regime a bandeira de “defensor dos ricos” o que possibilita ao MDB a face de “defensor dos pobres”.

finalmente, a transformação desta frente em partido, a partir da estratégia do regime para tentar enfraquecer o partido e causar rupturas internas.

Apresentaremos a seguir um quadro, inspirado em Mendoza & Oliveira (2001), que identifica as principais características do PMDB, a partir de alguns indicadores organizacionais e políticos, que se acredita estão presentes no momento de sua fundação. É importante ressaltar que como “fundação” considera-se o período desde a estruturação formal do partido, em 1980, até a sua participação na primeira eleição, em cada nível: 1982 e 1985. Em 1982 foram realizadas eleições para governadores, legislativos e prefeitos. Mas, apenas em 1985 o regime autoritário pode ser considerado finalizado, com as eleições para prefeito das capitais e nas cidades consideradas como de segurança nacional.

Os indicadores institucionais e políticos selecionados para caracterizar a fase fundacional do PMDB são: (1) Tipo de origem; (2) Fonte de criação; (3) Líder; (4) Organização Interna; (5) Dinâmica Interna; (6) Desenho Institucional; (7) Programa; (8) Bandeiras; (9) Ideologia; (10) Base social de apelo; (11) Base territorial; (12) Legislação eleitoral da primeira disputa; (13) Destaques da primeira disputa eleitoral em 1982.

Quadro 7: Características Originárias do PMDB (1980 – 1985)

1. Origem	Movimento Democrático Brasileiro - MDB Frente de oposição ao Regime Militar. Homologação como partida em 1980.
1. Fonte de criação	Intra-Legislativo. A partir de quadros e parlamentares do MDB.
2. Líder	Ulysses Guimarães
3. Organização Interna	Grande número de grupos e líderes que disputam entre si os espaços e o poder. Conflitos intrapartidários. Contudo, se apresentam de forma unida em busca do ideal maior que era à volta a democracia.
4. Dinâmica Interna	Centrifuga
5. Desenho Institucional	Partido Fragmentado
6. Programa	Democratização das instituições políticas.
7. Bandeiras	Redemocratização da sociedade
8. Ideologia	Indefinida. Em 1980, ano de sua fundação, agrupava desde liberais a organizações revolucionárias de esquerda que lutaram contra a Ditadura Militar (como o MR8) e quadros comunistas do PCdoB e PCB, que estavam na ilegalidade. Em 1985, receberam políticos do PDS, oriundos da antiga ARENA – direita.
9. Base social de apelo	Base social indefinida. Partido dos “Pobres” (REIS, 1978). Setores médios e escolarizados dos grandes centros urbanos
10. Base Territorial	Descentralizada. Nacionalizada Penetração na Região Sudeste e Sul. Presença mais expressiva nos centros urbanos e mais desenvolvidos economicamente
11. Legislação eleitoral da primeira disputa (1982)	Lei nº 6.978 de 19 de janeiro de 1982 Lei nº 7.015 de 7 de julho de 1982, dentre outras. "Voto Vinculado": o eleitor teria que escolher candidatos de um mesmo partido para todos os cargos em disputa, sob pena de anular seu voto.
12. Principais Destaques nas eleições de 1982	Dante de Oliveira, autor da emenda que restaurava o voto direto para Presidente da República Ulysses Guimarães, liderança da campanha das Já. É eleito deputado por São Paulo. Fernando Henrique Cardoso. FHC assume uma cadeira no Senado em 1983, quando Montoro renunciou ao mandato de senador para assumir o governo de São Paulo. Vitória para os governos de São Paulo e Minas Gerais O PMDB ganha em menor número de estados que o PDS, mas, controla maiores recursos financeiros, pois governarão estados mais ricos e populosos.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mendoza e Oliveira (2001).

Pelas características acima arroladas, nota-se que o PMDB teve origem no interior das estruturas de Estado no Parlamento. Ele foi formado, sobretudo, por parlamentares com experiência política, que escolheram o partido como o melhor veículo estratégico para obter a redemocratização do país.

O PMDB não era dotado de coesão interna, dado que abrigava de liberais a socialistas e grupos revolucionários. O partido recrutou políticos de distintos perfis e origens partidárias, o que fez com o que o partido não possuísse uma ideologia definida. O seu programa não era muito detalhado e aprofundado. Em 1985, recebeu lideranças mais conservadoras, egressas do PDS. Em função da falta de uma ideologia que o coesionasse, a sua estrutura interna era descentralizada.

O PMDB nasceu claramente como um partido de estratégias dentro da ordem vigente. A maioria dos seus quadros não tinha pretensões de produzir rupturas institucionais e apoiou a transição pactuada com políticos egressos do regime autoritário. Dado ao tipo de político que logrou atrair – de diversas matizes ideológicas –, seu discurso eleitoral era amplo e dirigido a setores inespecíficos da sociedade, tais como os “pobres”, as camadas médias e mesmo o empresariado.

O PMDB herdou inúmeros diretórios, bem como, capilaridade do MDB, em diversas regiões do país, principalmente nos centros mais urbanizados. Apesar da legislação que dificultava a sua expressão eleitoral e que dividiu a oposição nas eleições de 1982, o partido nasce com bastante potencial de crescimento, pois possuía organização formal em diversas cidades e regiões do país, parlamentares experientes, bases eleitorais, vínculos com eleitores e proselitismo indefinido, com exceção do discurso sobre o valor da democracia.

Deste modo, retornando ao início do capítulo, pode-se dizer que a origem do PMDB é de ordem institucional. As características presentes em sua origem podem dizer muito sobre os

rumos do partido. E, acredita-se que este conjunto de tópicos organizacionais e político-ideológicos aproximam o PMDB do modelo de partido *catch all*.

Apresentado o momento fundacional do PMDB, pode-se ater ao seu desenvolvimento sob o sistema democrático, a fim de mensurar a sua atual estrutura e força. Os próximos capítulos irão destacar o PMDB na sua totalidade. Vai-se apresentar o partido como estrutura partidária, seu programa, estatuto e suas fontes de financiamento. A seguir é apresentado o partido como membro do sistema político, seus cargos, sua atuação governamental e a sua relação com a sociedade.

4. A face interna do PMDB: programa político, estrutura e financiamento.

Uma das mais importantes dimensões para o estudo dos partidos políticos é a sua estrutura como organização e o seu programa político. Ainda que o objetivo dos partidos seja de ganhar as eleições, é necessário que ele possua um conjunto de normas e programa político que ofereçam aos seus membros orientações gerais. O partido não existe apenas na esfera pública, seus programas são importantes para as suas decisões estratégicas.

Para Alcântara (2004), os partidos latino-americanos em sua grande maioria possuem programas escritos que refletem seus objetivos. Os programas oferecem visibilidade ao eleitorado e interpretações sobre o mundo, além de serem necessários para guiá-los, quando alcançam postos governativos. Além disso, os programas servem para atrair militantes que compartilhem os mesmos valores do partido. Ainda de acordo com Alcântara, os partidos políticos possuem posicionamento ideológico de direita-esquerda que estrutura a competição e simplifica o universo da política.

O principal aspecto a ser analisado por este capítulo naquilo que se está denominando como “face interna” é o programa político do PMDB. Uma das hipóteses levantadas por esta dissertação para a explicação da permanência do PMDB como ator relevante no sistema político brasileiro é o fato de que possui uma ideologia híbrida, o que lhe permite participar de diversas frentes eleitorais e manter-se em governos de diferentes matizes ideológicos. Esta característica de flexibilização ideológica seria típica dos *catchs all parties*.

Kirchheimer(2012) apresenta dois aspectos dos partidos *catch all*: o tipo de apoio eleitoral, em termos de classe social que o partido recebe e o grau de presença da dimensão ideológico-programático na estruturação dos partidos. De acordo com Ruiz (2003), os partidos *catch all* sofrem variações nos países latino americanos e se adaptam a ambientes políticos distintos: a) Partidos personalistas que se convertem em instrumentos dos caudilhos, com uma ideologia e

programa programático (Partido Justicialista, Argentina); b) Partidos personalistas, mas com maior ideologia e programa, além de mais duradouros em sua vocação (Aliança Popular Revolucionaria Americana, Peru e o Partido Liberal Nacionalista, na Costa Rica) e, finalmente, c) Partidos que estão baseados na classe média, ainda que progressivamente tenham atraído a outras classes para se converterem em *catch all parties*. (Partido Democrata Cristão, no Chile).

Os partidos da região latino-americana são percebidos como organizações clientelistas e personalistas. Deste modo, seria difícil encontrar acordos internos entre a postura de seus membros nos temas debatidos na arena político-partidária. A consolidação desta imagem, segundo o qual os partidos estão formados por membros que não compartilham suas posturas em temas substantivos, está relacionada com o papel atribuído a questões fundamentalmente de programa e ideologia nas organizações.

A presença de partidos de caráter não ideológico tem sido comum na região latino americana. Para Mainwaring (1998), não existe na maioria das organizações partidárias latino-americanas uma ideologia e um programa específico e, quando existem são bastante difusos. Para Dix (1989), o tipo de partido mais característico na região é o *catch all*, pelo seu pragmatismo, difusão programática e pela composição poli classista de seu eleitorado.

Estes partidos tendem a existir com práticas clientelistas e personalistas. O clientelismo tem sido estudado em relação ao impacto que tem no Estado, no sistema político e nos partidos. Para Ruiz (2003), o principal efeito desta lógica clientelista sobre os partidos é o de que deixa em um segundo plano os aspectos ideológicos como critério utilizado para medir a lealdade aos partidos. As formações das relações intrapartidárias nos processos de filiação e participação em um partido, bem como as relações do partido com o eleitorado, acabam por

serem guiados, sobretudo, pela maximização de recompensas, geralmente materiais, diretas e de curto prazo.

No entanto, de acordo com Alcántara (2004a), existem algumas formas para se medir ideologia dos partidos, que dizem respeito tanto às clivagens econômicas quanto aos valores. Estas dimensões, quando combinadas, podem indicar ideologia partidária na escala esquerda-direita:

El seno de la política económica, de evaluar la mayor o menor aceptación del neoliberalismo o, en el polo opuesto, del estatismo, por parte de la clase política. En el ámbito de los valores, en segundo término, se pretende medir la mayor o menor proclividad hacia posiciones tildadas de conservadoras o de progresistas. Estos dos ejes, conjuntamente con el de izquierda-derecha diferencian perfectamente a las formaciones consideradas. (ALCÁNTARA, 2004: 22)

No Brasil, existem controvérsias para a medida da ideologia dos partidos. Dado ao número de partidos que participam das eleições e que possuem muitas vezes vida efêmera, e mesmo em função das regras que permitem coligações, a classificação dos partidos por ideologia requer cuidados. Os partidos brasileiros já foram classificados ideologicamente por *surveys* com deputados, para captar seu posicionamento a respeito de tema político-econômicos (KINZO, 1990; MAINWARING et al, 2000), como blocos ideológicos (TELLES, 2007), pela votação na Câmara dos Deputados (ZUCCO, 2008) e através da análise detalhada de seus programas a partir de alguns indicadores de valores (TORUCO, 2004; 2008; ALCÁNTARA, 2004a). Em todos estes estudos, o PMDB é classificado como partido de centro.

No Brasil, uma das poucas obras que analisa os partidos com maior profundidade a partir de suas ideologias é o livro de Power, Meneguello e Maiwaring (2000), que se debruça sobre os partidos conservadores. O PFL e o PMDB fizeram a aliança no Colégio Eleitoral para derrotar o candidato do PDS, Paulo Maluf. Segundo os autores, esta aliança manteve o

conservadorismo, pois o PFL era formado por “convertidos” do PDS e o PMDB possuía ex-arenistas.

Na década dos 90, a agenda dos conservadores se deslocou para o papel exercido pelo mercado e Estado. Os conservadores defendem o mercado, o que fica evidenciado na oposição a pontos da Constituição de 1988, que dão voz ao estatismo, ou mesmo no apoio às medidas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso. O enxugamento do Estado, a redução das despesas públicas e a privatização são as bandeiras mais úteis para diferenciar os partidos conservadores dos outros. Nesse sentido, não é de se estranhar que os partidos conservadores sejam contrários ao crescimento dos encargos estatais, ao aumento dos encargos trabalhistas e a inovação na legislação ambiental, pois as consideram obstáculos para o crescimento econômico. Movimentos agrários também causam aversão, o que denota a oposição ao MST, por exemplo. Em relação às questões culturais e morais, Mainwaring e seus colegas apontam para a particularidade das visões dos partidos conservadores. Eles se opõem a manutenção dos direitos civis os criminosos, são contrários à legalização do aborto, ao casamento de pessoas do mesmo sexo.

Os autores apontam para duas características do conservadorismo no Brasil contemporâneo: a primeira tem a ver com a dimensão mais popular e clientelística, que não deixa de se pautar em aspectos personalistas, como indica a votação em Fernando Collor, em 1989; a segunda está ligada com a elite e tem como pano de fundo um caráter mais programático. Essa distância entre as duas facetas do conservadorismo, segundo os autores, não é nova no país, e era nítida também nas clivagens existentes, por exemplo, entre o eleitorado da UDN e do PSD, em nosso primeiro período democrático. Sendo assim, para os autores, “o sucesso eleitoral dos partidos e políticos conservadores é a chave para entender a política brasileira no período pós-1985”.

A discussão sobre o posicionamento do PMDB não é consensual. Afirma-se que ele é um partido de centro, mas há poucos estudos mais profundos sobre o significado político desta terminologia e qual o conteúdo ao que ela se refere para o caso do PMDB. Além disso, ele participou de todos os governos desde a redemocratização, inclusive dos mais conservadores, como o de Collor de Melo.

Deste modo, a classificação do partido é bastante complexa. Neste capítulo, a opção foi a de verificar o posicionamento do PMDB através da análise de seu programa político, buscando verificar, sobretudo, os pontos sobre Estado e Mercado, bem como a percepção sobre as relações exteriores e os costumes. Estes itens podem ser indicadores de “ideologia” do partido. Adicionalmente, será verificado o tipo de apelo do partido, se multiclassista ou outro, que podem caracterizá-lo como *catch all party*.

Além da verificação do programa do PMDB, que é um dos indicadores (mas não o único) de ideologia, o capítulo ainda tratará de dois outros aspectos fundamentais da face interna do partido: a sua estrutura e o financiamento. Este aspecto nos oferecerá uma visão da relevância das fontes e tipos de fonte que sustentam o partido e a possível dependência do PMDB dos recursos provenientes do Estado. Com esta caracterização – ideologia e financiamento -, é possível explorar melhor o modelo que o PMDB tem utilizado após 1985, para capturar votos e se colocar em posições de governo.

4.1. Programa político

O MDB tem a sua origem como partido cuja função era a de ser a voz da oposição dentro do regime autoritário e esta bandeira o unificava. A luta pela democracia foi a grande herança deixada ao PMDB, já que ele foi originado tendo como bases distintos grupos políticos: de comunistas a setores empresariais, de trabalhadores rurais e urbanos a políticos de longa

tradição. O partido, que é apresentado pela literatura como sendo multifacetado em seu interior(KINZO,1988),é na verdade ancorado pela busca de uma causa única: à volta a democracia.

No entanto, com o fim do bipartidarismo e a redemocratização ocorrida a partir de 1985, o PMDB perde o motivo inicial que o levou a ser criado. No país, surge uma nova agenda política, novos problemas e outros partidos relevantes, que disputam a preferência do eleitorado com PMDB. Muitos dos seus quadros passaram a buscar outras legendas, seja à direita ou à esquerda do espectro ideológico e ele passa a receber políticos com múltiplos interesses. Deste modo, afloram disputas regionais mais conflitivas. Estas dissonâncias levam a divisões, migrações e surgimento de novas legendas³⁵.

No PMDB, a capacidade de articular um projeto político havia deixado de existir desde o período da transição e as condições para uma ação unitária deterioraram-se de forma evidente – desde então a legenda manteve-se como um agregado de interesses regionais precariamente unificados pela maximização de cargos no plano federal. O partido abandonou a pretensão de disputar a presidência, definiu como prioritária a arena estadual e passou a jogar o jogo presidencial valendo-se do aninhamento das disputas eleitorais e do caráter coalizional do presidencialismo. (MELO, 2010:23)

Deve-se ressaltar que os partidos competem em diálogo com a sociedade e disputam com outras forças políticas. O PMDB conquistou importantes estados nas eleições de 1982, através da bandeira de representante da oposição ao regime. Mas, a emergência do PT em 1979 e a do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) em 1989, foram divisores do histórico político do PMDB. O PMDB passou a competir com estas duas novas forças, que disputarão com ele o eleitor distribuído à esquerda e ao centro do espectro ideológico. O novo cenário político impunha ao PMDB reformulações em suas estratégias, uma vez que pretendia

³⁵O PSDB foi basicamente fundado por lideranças parlamentares “em busca de espaço e poder” (ROMA, 2002; 72), dentre elas destacam-se, Franco Montoro (SP), Afonso Arinos (RJ), Pimenta da Veiga (MG), Fernando Henrique Cardoso (SP), Mário Covas (SP), José Serra (SP), Renan Calheiros (AL), Célio de Castro (MG) e Geraldo Alckmin (SP). A estrutura adotada pelo partido, basicamente parlamentar, descentralizada e sem a presença de atividades extra eleitorais fez com que o PSDB se tornasse um partido com baixa militância e dominado pelas elites dirigentes.

continuar crescendo eleitoralmente e, para tanto, era necessário ter um programa mais claro, já que a luta pela redemocratização havia se esgotado como bandeira política.

As mudanças acima levam o partido a reformular sua Carta Programática, que foi constituída em 1979 e cujo mote era a redemocratização. O programa original do PMDB se remete diretamente ao do MDB, resguardando os ideais de um partido que deveria lutar pela democracia e garantir o novo sistema que nascesse fosse democrático. No entanto, após as eleições de 1989, quando o PMDB sofreu uma derrota expressiva nas eleições para presidente, emergiu a necessidade de se atualizar o programa partidário.

Em 1991, Orestes Quércia, Deputado Federal por São Paulo, assumiu a Presidência do partido e convocou uma comissão com o intuito de elaborar uma nova proposta de programa partidário. Em 1992, esta comissão apresentou a primeira versão da proposta, que foi enviada para os diretórios nacionais, estaduais e municipais, para apreciação e sugestões. Em 1993, José Fogaça, Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, assumiu a Presidência do partido e convoca uma segunda comissão para avaliar os comentários feitos pelos diretórios e dar prosseguimento à elaboração do novo programa partidário. No final do ano de 1993, foi apresentado o anteprojeto “Democracia: Novo Programa Partidário do PMDB”. Este anteprojeto, submetido ao II Congresso Partidário, que ocorre em 24 de março de 1994, foi modificado em partes e aprovado em primeira instância. O programa do PMDB foi enfim ratificado em 1996, dois anos após sua submissão no II Congresso Partidário.

Esta seção destacará o conjunto de propostas presentes no Programa Nacional do Partido, publicado na Convenção Nacional do PMDB, realizada em 24 de Março de 1996, e no Estatuto do PMDB, publicado pela Comissão Executiva Nacional, em 28 de março de 2007. Estes documentos estão em vigência durante o período analisado por este capítulo.

No programa do PMDB, o principal ponto a ser destacado é o compromisso com a democracia. O programa defende que o Brasil deve se desenvolver com vistas a toda a sociedade, dando atenção especial aos pobres – bandeira que antes era uma característica presente no MDB. O MDB era considerado o partido que mais defendia os pobres (BENEVIDES, 1986), ao contrário da ARENA, que era percebida como o partido dos mais ricos. No entanto, nos documentos do PMDB não se encontra um direcionamento a um público específico. O discurso do partido é mais amplo, de forma a atingir o maior número de eleitores.

Em relação à ideologia, esta é aferida na literatura a partir de duas dimensões: a relação entre Estado e mercado, de um lado, e os costumes, de outro. Teoricamente, a esquerda seria mais propensa a maior intervenção do Estado na economia e mais liberalização dos costumes, ao passo que a direita defenderia menor controle do Estado sobre o mercado e seria mais conservadora em termos de costumes e de direitos, tais como os direitos da 4ª. Geração.

Em relação aos costumes, não se encontram muitas manifestações nos documentos do PMDB. Quanto às relações do Estado com a economia, o programa é ambíguo, pois defende que o país deve se desenvolver como uma economia de livre concorrência. No entanto, em sua Carta Programática, ele apresenta a necessidade de se ter o Estado como um dos propulsores da economia, como a defesa das empresas estatais e a necessidade de regulação do mercado, de forma a garantir a “soberania nacional”, como pode ser visto na carta programática do partido.

Baseando-se, pois, numa visão de longo prazo, o PMDB não se deixa impressionar pela miragem do fim da soberania, mas procura entender sua verdadeira expressão nas novas condições tecnológicas. Aliás, o sistema mundial de Estados Nação é fruto da globalização do capitalismo. Em todas as nações bem sucedidas, o Estado tem sido o grande instrumento regulador das atividades econômicas, estando à chave do sucesso na combinação de um máximo de competição com um máximo de planejamento.(Carta Programática, 2012:58)

Em relação aos vínculos com a sociedade, o PMDB em seu programa se caracteriza como um “partido de massas”, por representar diversos movimentos sociais e reivindicatórios. No entanto, a concepção de partidos de massas na ciência política não coincide com aquela que é definida pelo PMDB, mas demonstra a preocupação do partido em ter alguma conexão com a sociedade, e não somente com a esfera do governo. E, o seu apelo não é dirigido a um único setor social:

O PMDB é um partido de massas, que continuará atuando, permanentemente, em todos os lugares onde os brasileiros moram e trabalham, e não somente nos Poderes Executivo e Legislativo. É “uma organização que vincula os movimentos sociais e reivindicatórios à vida política sem tutelá-los.” (Carta Programática, 2012:48).

Outro ponto do programa é a defesa do sistema de representação mista, ou seja, um sistema proporcional para cargos legislativos e majoritários para executivos. O voto misto significaria eleições em que parte das cadeiras seriam disputadas através de um sistema proporcional e outra parte no formato majoritário. Mas, as cadeiras são referentes ao mesmo nível de disputa, ou seja, cadeiras para a Câmara dos Deputados seriam disputadas por eleições distritais e outra parte por eleições majoritárias: “o PMDB dará seu apoio à adoção do sistema eleitoral misto, que combina em proporções adequadas o sistema distrital majoritário com o sistema proporcional.” (CARTA PROGRAMÁTICA, 2012:52).

Em relação à política exterior, o partido defende uma maior disposição à atuação brasileira no exterior, com ênfase nos países de importância econômica internacional, como a China e os Estados Unidos. Não se encontra uma posição nacionalista, mas de integração regional do Brasil. O PMDB cita países e organizações da América do Sul, sem restrições. Ele defende a presença do Brasil em organizações políticas e financeiras internacionais e relevantes, como o FMI e a ONU:

O PMDB considera indispensável à ativa e enérgica presença do Brasil na ONU, no GATT, no FMI, no Banco Mundial e outras agências internacionais, no Parlamento Latino-Americano, no MERCOSUL, no Pacto Amazônico, no Pacto Andino e em outras organizações e instâncias de âmbito regional buscando, acima de tudo, a solução negociada das questões internacionais e bilaterais. Mas, estará permanentemente pronto a defrontar-se com as dificuldades que se anteponham ao seu projeto nacional, solidarizando-se com a luta similar de outros países.(Carta Programática, 2012:66)

O Brasil deverá relacionar-se com os Estados Unidos, com os países que integram a Comunidade Europeia, o Japão, a China, buscando concretizar todas as possibilidades de cooperação e intercâmbio comercial, cultural e técnico. Ao mesmo tempo, o Brasil se posicionará contra deliberações destes e de outros. (Carta Programática, 2012:66)

Acredita-se que com os indicadores apresentados acima, temos uma boa visão do programa partidário. Melo (2010) e Telles & Melo (2013), ao estudarem apenas o diretório do PMDB em Belo Horizonte, descobrem que as suas lideranças estão em sintonia como programa partidário, o que pode indicar que a construção do atual programa – em diálogo com os diretórios nacionais, estaduais e municipais –, pode estar alinhado com os anseios das lideranças nacionais.

Apenas um destaque quanto ao posicionamento ideológico: a literatura brasileira classifica o PMDB como um partido de centro. Em consonância com esta afirmação, Melo e Santos(2012), ao estudarem as elites legislativas da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas de 12 estados brasileiros, apontaram para uma uniformidade de opiniões entre o posicionamento ideológico dos parlamentares do PMDB e as suas opiniões sobre atitudes políticas -conservadoras ou liberais. Os autores, com bases nos dados coletados por meio de pesquisas de opinião em situações diversas, em conjunturas diferentes e em esferas políticas distintas, encontraram valores de localização muito próximos. Ou seja, encontram indícios que apesar da não existência de uma “bandeira” unificadora, a elite partidária possui algum grau de coesão.

Tabela 11: Posicionamento Ideológico dos Parlamentares PMDB na escala Direita- Esquerda³⁶
(2005 – 2012)

	Dep. Fed. 2005	Dep. Fed. 2010	Dep. Est. 2007	Dep. Est. 2012
Auto Localização	4,84	4,79	5,04	5,24
Localização do Partido	5,32	5,79	5,86	5,8

Fonte: Centro de Estudos Legislativos UFMG. Projeto [“Trajetórias, perfis e padrões de interação dos deputados em 12 unidades da federação brasileira”](#) (FAPEMIG/CNPq/ CAPES)

A tabela 11 apresenta o auto posicionamento ideológico dos parlamentares do PMDB e a localização na qual os seus parlamentares alocam o partido. Os dados demonstram que a auto localização dos parlamentares do PMDB sofreu pequena variação. Os deputados federais estão à esquerda, ao passo que os deputados estaduais estão auto localizados ao centro. Mas, os deputados federais do PMDB, após participarem da base de sustentação dos governos de Lula (2003/2010), classificaram o PMDB avançando em direção do centro para a direita (5,32 para 5,79).

Um estudo mais profundo sobre a ideologia do PMDB foi feito por Alcántara (2004b), através de uma análise da situação dos partidos políticos latino-americanos, desde a perspectiva do programa partidário. O autor baseou-se exclusivamente nas opiniões dos membros dos partidos e nos programas partidários. A partir disso, construiu uma classificação da ideologia. Para o autor, “a dimensión del programa viene a definir lo que el partido es y no lo que el partido hace” (ALCÁNTARA, 2004b: 2).

Os eixos programáticos indicadores de ideologia foram estabelecidos sobre binômios, em escalas combinadas. De um lado, o eixo programático - a política econômica (neoliberalismo x estatismo), atitudes e valores (direitos) e a relação dos países com o exterior (integração nacional, regionalização, globalização). De outro lado, a ideologia. A ideologia foi aferida através da escala de direita e esquerda.

³⁶ Foi perguntado aos entrevistados como eles se posicionam se 1 for extrema esquerda e 10 extrema direita.

O autor ressalva que o uso da escala de direita-esquerda é ainda pouco utilizada nos estudos sobre partidos latino-americanos, dado às características da região, que combina alta volatilidade e histórico de líderes caudilhistas e personalistas. No entanto, ainda com estas ressalvas, Alcántara crê que a escala ideológica pode ser um instrumento útil, mesmo porque, segundo ele, não se trata de analisar como os partidos agem, mas aferir como os partidos são e a posição ideológica de seus militantes. Ademais, o autor considera que, a despeito dos problemas da região, os partidos políticos estão mais institucionalizados que em épocas anteriores, o que justifica o uso da escala.

O modelo do autor pode ser mais bem visualizado no Quadro 8. No eixo programático encontram-se as posições neoliberalismo vs estatismo, conservadores vs progressistas, nacionalistas vs regionalistas. No eixo da ideologia, a auto localização ideológica do militante e a localização do partido pelos membros dos outros partidos. Para o caso brasileiro, o autor analisou os seguintes partidos: PDT, PFL, PPB (Partido Progressista Brasileiro), PSDB e PT.

Quadro8:Elementos para uma taxonomia dos partidos políticos latino-americanos

Eixo de princípios programáticos	Neoliberalismo - Estatismo	Escala de 1 a 10
	Conservador - Progressista	
	Nacionalista - Regionalista	
Posição ideológica	Auto localização partidária	Escala de 1 a 10
	Localização partidária	

Fonte: ALCÁNTARA, 2004 (b): 3

Em relação aos aspectos econômicos, as respostas que o Estado deve se ocupar de produzir e redistribuir renda define o estatista. Ser favorável somente aos planos de pensão privadas, ser contra uma política industrial e de responsabilidade governamental no setor privado e a favor do livre mercado ser encarregado de determinar a produção e redistribuir rendas definem o posicionamento “neoliberal”. Neste eixo, ele encontrou **PMDB**, PPB e PSDB como partidos intermediários – nem neoliberais nem estatistas -, ao passo que PT e PDT têm posição estatista.

O segundo indicador do eixo programático diz respeito aos valores. As perguntas giraram sobre direitos civis e outros. Assim, ser favorável ao endurecimento das penas, as minorias devem acatar leis das culturas dominantes, o respeito aos valores tradicionais, ser contrário à legalidade do aborto e a definição do partido como “conservador” na posição moral e cultural, significava conservadorismo. As posições contrárias a estas foram classificadas como progressistas. Novamente, o **PMDB** ficou na posição “intermediária”, juntamente com o PFL, PPB e PSDB; PDT e PT são progressistas em relação aos costumes.

O último item do eixo programático é o do nacionalismo *vs* regionalismo. Estas posições se referem à definição da política exterior que o partido possui em relação à integração regional e incorporação na economia. Os nacionalistas consideram a integração regional desvantajosa para o país e privilegiam a autonomia nacional nos assuntos econômicos, políticos e culturais. Os regionalistas têm posição contrária a estas. Mas, com exceção de dois casos de nacionalismo na América Latina, os demais partidos analisados estão na posição regionalista, que é majoritária, e a intermediária.

Finalmente, é examinado o eixo ideológico, que se refere ao auto posicionamento do membro do partido e a localização do partido por membros dos demais partidos. O resultado informa que os membros do PMDB se auto localizam na posição centro-direita, mas é localizado pelos demais militantes partidários como de centro.

A partir destas categorias, o autor realiza correlações entre as médias das sub-dimensões dos princípios programáticos e a polarização ideológica, para estabelecer uma tipologia dos partidos políticos. O autor realizou um cruzamento dos três eixos referidos e a ideologia, chegando a três dimensões finais: partidos reacionários, centristas e progressistas. **PMDB**, PPB e PSDB ficaram posicionados como “centristas”; PT e PDT, progressistas e o PFL como partido reacionário.

Este estudo confirma a ambiguidade do PMDB, pois apesar de ser classificado como partido de centro, os seus membros se auto definem como de “centro-direita”. Todavia, o estudo do autor refina o conceito de centro, pois inclui maior número de classificações. No entanto, a classificação da ideologia do PMDB como de centro, confirma outros achados de autores brasileiros. É interessante notar que através de estudo de caso feito em Belo Horizonte, Telles e Storni (2011) encontraram o eleitor peemedebista com posicionamento mais autoritário que os demais eleitores. Mas, isto será tratado em outra parte deste trabalho, quando será discutido o vínculo do partido com suas bases eleitorais.

4.2. Estrutura Formal de Organização

Seguindo o caminho de estudo de partidos apresentado por Alcántara e Freidenberg (2001), é necessária a apresentação da estrutura organizacional do partido, ou seja, como as decisões são tomadas pelos membros e os caminhos que são percorridos no processo decisório e sua estrutura burocrática.

Figura 4: Organograma do PMDB



Fonte: Adaptado de Mendoza e Oliveira (2001).

Com base no esquema apresentado acima, se pode descrever as funções e as obrigações de cada um dos entes do para a tomada de decisões no partido. A primeira instancia de decisão -a que possui o poder máximo de deliberação política e administrativa do partido -, é a Convenção Nacional. As decisões e caminhos ali desenhados são superiores e guiam as outras em suas instancias inferiores.

A Convenção Nacional é realizada a cada dois anos e tem como funções a avaliação do desempenho do partido no biênio anterior; tomar as decisões políticas e partidárias que o partido irá assumir no próximo biênio; indicar o candidato a Presidência da Republica ou a vice-presidência; decidir sobre as coligações que o partido irá realizar; eleger o Diretório Nacional bem como o Presidente do Partido; e decidir sobre o plano de Governo que será

apresentado ao partido em caso de lançamento da candidatura a Presidência da República ou em caso de uma coligação. A Convenção é composta pelos delegados Estaduais do partido³⁷, os membros do partido com cargos no Congresso Nacional e os membros do Diretório Nacional.

A segunda instância decisória do partido é o Diretório Nacional. Este tem a sua sede em Brasília, com os membros eleitos na Convenção Nacional (117 titulares e 40 suplentes), mais os líderes do partido no Congresso Nacional. E possuem a função de organizar as Convenções Nacionais e fiscalizar o funcionamento da Executiva Nacional no interregno entre as Convenções.

O órgão a seguir é o Conselho Nacional, responsável por definir as linhas de atuações políticas e parlamentares do partido. É um órgão colegiado composto pelos ex-membros do poder executivo do partido; líderes políticos de relevância; presidentes dos diretórios estaduais e líderes do partido no Congresso Nacional.

A Comissão Executiva Nacional é a responsável pela gestão política, econômica e administrativa do partido. Possui o mandato de dois anos e representa o partido em todas as ocasiões. Fica a cargo desta instância o papel de definir as estratégias correntes do partido.

Após apresentar o nível nacional passa-se ao nível estadual do partido. Apenas uma ressalva anterior: este nível é dependente do nível nacional, que possui poder de mando sobre as decisões estaduais e locais. A Comissão Executiva Nacional pode colocar os níveis locais sobre intervenção, levando à sua dissolução e eleição de uma nova. O mesmo ocorre em do nível estadual para o municipal. Os membros locais, por consequência, enviam delegados para as convenções superiores, o que garante a representação das demandas locais e estaduais em nas esferas decisórias superiores.

³⁷ O número de delegados de cada estado vai depender do tamanho do eleitorado de cada distrito.

O órgão máximo de deliberação estadual é a Convenção Estadual. Esta é composta pelos membros do diretório estadual, os líderes com cargos eletivos que tenha o Estado como residência (deputados federais, senadores, deputados estaduais e prefeitos), e os delegados municipais. Eles analisam e aprovam a decisão de entrar ou não disputa para o cargo de Governador e, em caso positivo, aprovam o nome e a plataforma. Deliberam sobre a formação de coalizões, orientam as decisões políticas, indicam os delegados para a Convenção Nacional e elegem o Diretório Estadual.

O Diretório Estadual tem características similares ao nacional, ou seja, organizar a Convenção Estadual e fiscalizar a atuação da Executiva Estadual. É composto por até 71 membros titulares e 23 suplentes³⁸ e possuem um mandato de dois anos.

A Comissão Executiva Estadual é a responsável por representar o partido na esfera estadual, assim como gerir o partido administrativamente, economicamente e politicamente. Com mandato de dois anos, ela é eleita na Convenção Estadual.

O âmbito local/municipal repete a estrutura burocrática dos dois níveis superiores. A esfera máxima de deliberação é a Convenção Municipal, que é composta pelos membros do Diretório Estadual e Nacional, bem como os membros do partido que possuem cargos eletivos, que possuem residência no distrito em questão e os delegados zonais. A sua responsabilidade é a de indicar os prefeitos e/ou vice prefeitos, indicar os delegados para a convenção estadual, aprovar coalizões no seu distrito e a plataforma de governo e eleger a Comissão Executiva Municipal.

O Diretório Municipal tem as mesmas atribuições dos Diretórios Estaduais e Nacionais e são compostos por até 45 membros titulares e 15 suplentes. Já a Comissão Executiva Municipal é

³⁸ O número irá depender do tamanho do distrito.

a responsável pela administração do partido em seu distrito – econômica e política –, e por representar o mesmo no âmbito municipal.

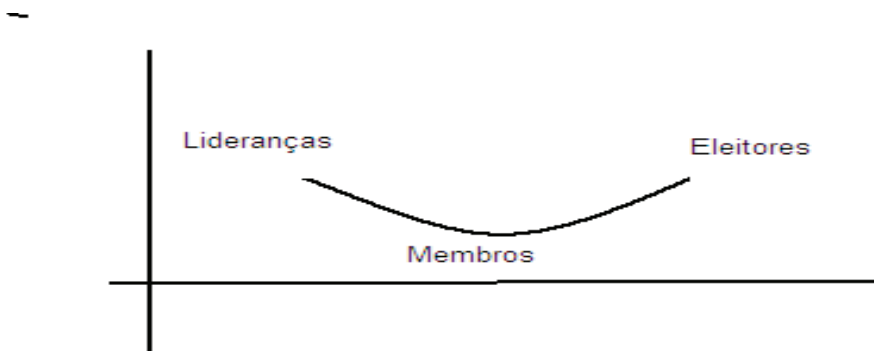
Apresentada a estrutura formal do partido, há dois destaques. O primeiro, como já citado acima, é o poder de intervenção dos níveis superiores aos inferiores e o segundo é a relevância que os membros com cargos eletivos possuem. Em todas as esferas é resguardado aos líderes “com votos” o poder de deliberação e de tomada de decisões. Esta característica é essencial para se entender as decisões do partido. Ao termos a “esfera pública” do partido com tamanho poder de deliberação na “esfera privada” é levado o partido a atitudes similares entre as duas esferas.

A literatura (KIRCHHEIMER, 1968; KATZ & MAIR, 1995, 2002) apresenta que a evolução partidária levou a um domínio da estrutura dos partidos pelos membros com cargos eletivos. Esta dominação pode ser verificada pelo estudo do Estatuto do Partido, como aqui apresentado. A atual configuração partidária, em que a esfera pública possui grande poder na máquina partidária, leva a uma situação de controle dos extremos e a uma aproximação maior do partido como máquina eleitoral. O partido tenderia a atuar de forma mais próxima ao seu eleitor, já que os membros que devem falar a este e conquistarem o seu voto são a voz mais destacada dentro da burocracia do PMDB. Esta situação levaria os partidos a se comportarem de forma contrária ao esperado pela Lei da Disparidade Ideológica Curvilínea de John May (1973).

De acordo com May, se colocarmos a média dos posicionamentos ideológicos num contínuo, será observada uma aproximação de seus extremos (lideranças e eleitores), enquanto os membros sem posições de liderança estariam em um ponto fora da reta, configurando assim uma curva de opiniões. O que tenderíamos a encontrar seria uma reta e não uma curva, já que

os membros com cargos eletivos exerceriam a correção desta curva, aproximando a burocracia partidária – os membros – das lideranças e por consequência do eleitorado.

Figura 5: Representação Gráfica da Lei de John May



Para ilustrar as diferenças encontradas na estrutura interna entre o PMDB e outros partidos, pode-se ilustrar com os achados de Telles (2009) e Roma (2006). Telles (2009) reaplica a teoria da Disparidade Curvilinear para o caso do PT e encontra o mesmo padrão de respostas apontado por Norris (1995) em que as lideranças são mais extremistas do que os militantes do PT. A autora argumenta que este resultado é justificável devido à concepção diversificada e origem dos seus militantes. Outro ponto importante, que assemelha com os dados apresentados por Kitschelt (1989) é a existência de mecanismos de participação do partido, o que o autor denomina *tightly coupled*, ou seja, a possibilidade dos militantes se expressarem e conquistarem cargos de liderança dentro do partido. Não sendo assim necessário assumir posições destoantes das lideranças, pois eles também são ou farão parte dela.

Ao analisar a trajetória, a estrutura de organização interna dos partidos, Roma (2006), aponta os motivos que levaram ao sucesso eleitoral prematuro do PSDB. O PSDB tem uma origem parlamentar e, por isso, foi mais fácil à desvinculação de bandeiras ideológicas e adaptação ao modelo eleitoral brasileiro. Ao adotar políticas mais pragmáticas, tornou-se mais bem aceito pelo eleitorado. Já o PT nasce de demandas da sociedade e longe das esferas de governo,

tendo a sua origem vinculada a movimentos sociais, operários, intelectuais, exilados políticos e por setores da Igreja. E com grande possibilidade de manifestação dos militantes na estrutura interna do partido, o que dificultou a desvinculação de bandeiras mais radicais e, por conseguinte a demora relativa para obter sucesso eleitoral.

O somatório dos trabalhos de Telles e Roma amplificou a discussão apontada por Kitschelt (1989), confirmando o fato de que a trajetória e a estrutura interna dos partidos são de vital importância para a aplicação da Lei da Disparidade Curvilinear. O PT na sua origem seria um exemplo de partidos *tightly coupled*, enquanto o PSDB se apresenta com um partido de *close coupling*, e a escolha por uma destas definiu a influência dos militantes nas estratégias do partido, sendo de crucial importância para o sucesso eleitoral.

De forma esquemática o Quadro 9 apresenta as características do funcionamento interno do PMDB. O grande destaque é o que foi apontado antes: a existência de uma grande preponderância dos membros com cargos eletivos.

Quadro 9: Características do Funcionamento interno do PMDB

Processo de eleição dos candidatos a Presidente e Vice Presidente da República	Formalmente: por eleições da Convenção Nacional do Partido – conforme o estatuto do partido Informalmente: pelos líderes nacionais do partido
Processo de eleição dos candidatos a Deputados Federais e Senadores	Formalmente: por eleições da Convenção Estadual – conforme o estatuto Informalmente: Forte influencia dos líderes locais e nacionais com domicílio no Estado da disputa
Processos de eleição dos candidatos estaduais	Formalmente: por eleições da Convenção Estadual – conforme o estatuto Informalmente: Forte influencia dos líderes locais e nacionais com domicílio no Estado da disputa
Definição das políticas dos partidos	Formalmente: decisão das lideranças do partido na esfera nacional (Convenção Nacional e Diretório Nacional)
Formulação e reformas do Programa do partido, declaração de princípios e do Estatuto partidário.	Formalmente: por eleições da Convenção Nacional do Partido e Conselho Político do partido
Eleição dos dirigentes	Forte centralização e influencia dos dirigentes nacionais
Processo de eleição dos candidatos ao poder legislativo	Designada pelos níveis locais (convenções)

Fonte: Adaptado de Mendoza e Oliveira (2001:170)

Apresentada a estrutura de poder interna do PMDB, a próxima seção irá se dedicar as fontes de custeio do partido: os recursos que ele mobiliza e articula para o sustento da sua máquina.

3.2.3. Financiamento Partidário

O último enfoque da estrutura intrapartidária que se deve ater é quanto ao seu financiamento. Observar as fontes da manutenção da máquina partidária pode fornecer informações preciosas sobre a própria máquina. Com base na prestação de contas do partido ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é possível mapear algumas influências dentro do partido e com isso apontar alguns indícios do funcionamento do partido.

O primeiro destaque se deve dar é quanto a fonte dos dados que estamos trabalhando. A literatura aponta que trabalhar com os dados declarados dos partidos – principalmente em anos eleitorais –, é trabalhar com a informação incompleta. A existência do caixa dois em campanhas e nos partidos políticos aparecem em denúncias de corrupção e geram casos como o do Mensalão³⁹. No entanto, as declarações dos partidos são os únicos dados que o pesquisador tem para fazer as suas análises.

Os dados listados na Tabela 11 fornecem uma boa visão sobre a origem dos recursos de custeio da máquina partidária. A maior parte dos recursos é proveniente da participação do PMDB no Fundo Partidário. Como explicado no capítulo 2, a legislação brasileira possui uma regra que designa aos partidos recursos para a sustentação dos mesmos. O “financiamento” público é o principal recurso que os partidos têm garantido.

A forma como estes recursos são divididos já foi elucidado anteriormente. No entanto, de forma sucinta, o recurso é distribuído em sua maior parte (95%) com base na votação obtida

³⁹Mensalão foi o nome dado ao escândalo do primeiro Governo Lula, onde o Governo e o PT são acusados de compra de votos no Congresso Nacional, para garantir a governabilidade. No ano de 2012 o caso foi julgado no TSE e ocorreu a condenação de várias figuras importantes do Governo Lula e do PT. Os acusados ao se defenderem alegaram que não se tratava de compra de votos, mas de Caixa Dois de campanha política.

pelo partido na sua eleição para a Câmara dos Deputados anterior. Ou seja, quanto maior o número de votos que o partido tiver na eleição anterior, maior o acesso deste aos recursos financeiros do FP.

Tabela 11: Recursos financeiros do PMDB declarados no TSE

Ano	2007	2008	2009	2010
Doações PJ	--	7.902.013,01	300.000,00	84.592.504,46
Contribuição de Parlamentares	968.806,00	1.118.404,00	1.068.844,00	954.856,00
Cotas do FP	20.871.162,98	25408438,25	26.374.576,00	27.474.949,82
Receitas Financeiras	19.883,24	10.934,05	643.188,35	621.819,90
Outras Receitas	24737,18	11.763,30	40.176,42	66.948,16

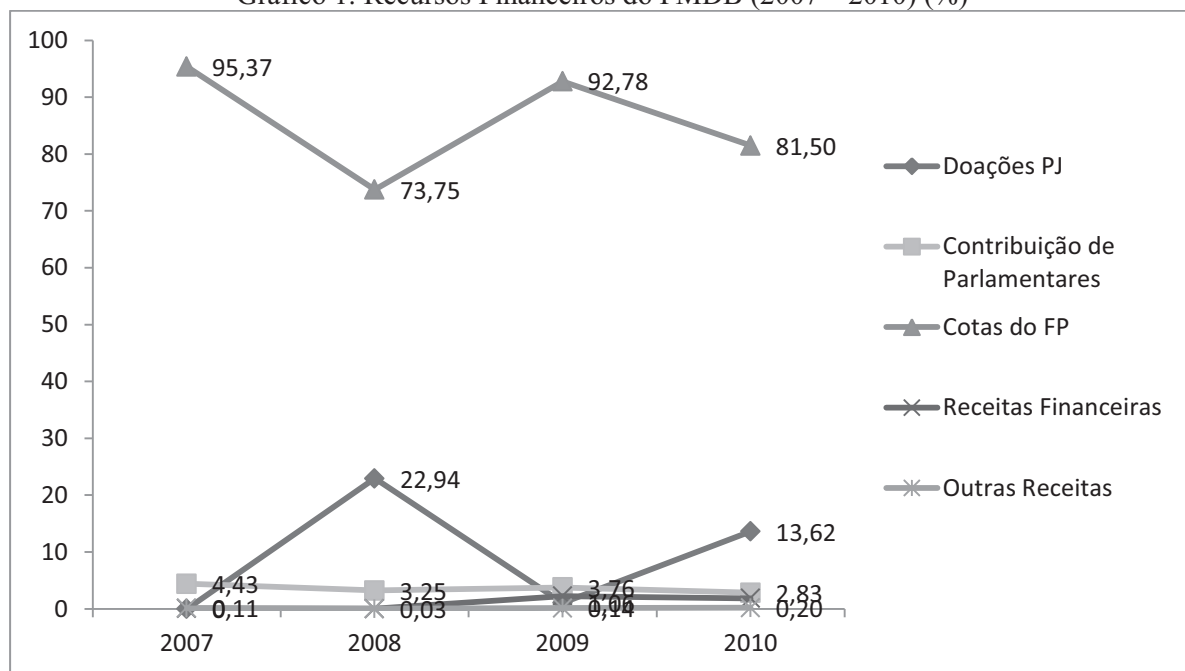
Fonte: TSE. Dados organizados pelo autor.

Com base na Tabela 11 foi elaborado o Gráfico 1 que mostra o percentual dos recursos do partido dependendo da sua fonte. Como já destacado, a maior parte dos recursos são provenientes do FP, seguido das doações de Pessoas Jurídicas, de contribuições diretas dos membros do partido com cargos eletivos, das receitas financeiras – que são aplicações e juros obtidos pelo partido –, e por último, outras receitas – venda de bonés, camisas -, doações de pessoas físicas, doações de membros sem cargos eletivos.

Uma diferença importante a se ressaltar é o aumento da participação das contribuições de PJ em anos eleitorais⁴⁰. Como é esperado, o partido tem os seus caixas irrigados com recursos que não são usais, mas também possuem gastos maiores. Os anos não eleitorais são anos de gastos menores, de recompor o caixa partidário e de fazer reserva, para os anos eleitorais. No entanto, como as eleições no Brasil ocorrem a cada dois anos, os ciclos financeiros dos partidos são deste mesmo período.

⁴⁰As contas jurídicas das campanhas são realizadas de forma separadas as contas do partido – objeto aqui analisado – mas, o partido repassa aos seus candidatos, diretórios municipais e estaduais os recursos que serão usados nas campanhas. As campanhas recebem recursos além dos que não contabilizados pelo balancete nacional do partido.

Gráfico 1: Recursos Financeiros do PMDB (2007 – 2010) (%)



Fonte: TSE. Dados organizados pelo autor.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição dos recursos partidários por fonte de origem. O primeiro destaque é quanto à participação do Fundo Partidário. Este recurso é a maioria dos recursos para a sustentação do partido. O segundo destaque é a presença das contribuições de Pessoas Jurídicas em anos eleitorais. Este fato se justifica pela necessidade de se custear as campanhas eleitorais.

O terceiro ponto a ser analisado está em sintonia com o primeiro. Como a maior parte dos recursos do partido são provenientes das cotas do FP e o “tamanho” destas cotas estão diretamente relacionadas com a votação do obtida pelo partido, tem-se uma situação que é a de gerar no partido a necessidade de sempre buscar a maximização dos votos. Se isto for feito ele conseguirá uma fatia maior no FP e, por consequência, conseguirá ter uma maior máquina partidária e recursos para o custeio da próxima eleição.

Este ciclo de financiamento- voto- financiamento gera uma necessidade primordial de o partido ter uma “cara” em acordo com os anseios da sociedade. E, por consequência, a face pública do partido- os membros com cargos eletivos -,passa a ter poder significativo na

decisão dos caminhos e estratégias partidárias. Isso reforça a tendência que já havíamos apontado anteriormente: a de uma sobreposição e/ou sintonia da face pública a face privada do partido. Ao se ter que o PMDB depende a maior parte do seu financiamento das cotas do FD, ressalta a importância da manutenção do partido como uma máquina eficiente para a conquista de votos. A dinâmica: votos → dinheiro → cargos → poder → políticas → votos; é o que mantém ao partido funcionando. O capítulo a seguir vai destrinchar mais esta dinâmica.

Apresentado a face interna do PMDB no próximo tópico vai se dedicar a face pública do partido. No entanto, como já ressaltado anteriormente a face interna do PMDB está em consonância com a externa, já que os membros com cargos eletivos possuem grande poder de influência sobre o mesmo.

5. A face externa do PMDB: máquina política e eleitores

Os partidos políticos são partes essenciais do sistema político, como já discutido nos capítulos anteriores. Eles são os responsáveis por mobilizar o eleitorado, organizar a competição política, canalizam e expressam interesses e reivindicações sociais, organizam o processo legislativo e constituem os governos. A existência dos partidos somente é possível com a algum tipo eleição (SARTORI, 1976). Downs (1999) ressalta que os partidos são “máquinas de conquista de votos”, tendo sempre em mente estratégias para maximizar as suas chances de sucesso eleitoral. A primeira parte deste capítulo irá descrever a máquina eleitoral do PMDB, ao longo das eleições realizadas no período de 1982 a 2010, em todos os níveis: prefeitura, governos dos Estados, assembleias legislativas, eleições para o Congresso Nacional e presidência da república.

Nesta parte, pretende-se verificar os resultados do PMDB, bem como os parceiros que ele selecionou para coligar. O esperado é o de que as alianças eleitorais do PMDB sejam amplas e sem orientação ideológica, o que corresponderia ao perfil dos *catch all parties*. Será verificada também a eficiência do partido para contornar a desproporcionalidade dos distritos e converter votos em cadeiras.

A outra função dos partidos é a de organizar e participar de governos. Por isso, a segunda parte deste capítulo irá analisar o PMDB como membro do governo, e como ele ocupa o Estado. A hipótese é a de que o desempenho do PMDB, partido de ideologia híbrida, pode ser explicado pelo fato do partido controlar cargos no governo. Menos que usar os cargos para influenciar e implementar políticas, acredita-se que o controle de territórios ministeriais por parte do PMDB é de ordem mais pragmática. Os recursos políticos e financeiros que provêm

da ocupação desses cargos, especificamente dos Ministérios, seriam fundamentais para a manutenção de sua clientela e, conseqüentemente, do seu sucesso eleitoral.

Com isso, chega-se à terceira seção deste capítulo. Os partidos são intermediários entre o governo e a sociedade. Pôde-se perceber em capítulo anterior, que o PMDB não possui um apelo específico. Ele tem um discurso amplo, dirigido a toda a sociedade. No entanto, a preferência do eleitorado pelo PMDB tem decrescido, ao passo que seus resultados eleitorais têm sido eficientes, a ponto de mantê-lo sempre em posições de governo. Por isso, serão analisados os eleitores com preferência pelo PMDB, com enfoque nas eleições de 2010. A expectativa é a de que não serão encontrados vínculos consistentes entre o PMDB e o seu eleitor, pois à medida que cresce, o PMDB se afasta de suas bases eleitorais. Ademais, pela indefinição programática do partido, é de se esperar que o simpatizante peemedebista não saiba localizar exatamente o partido.

Essas características – ideologia híbrida, crescimento da máquina eleitoral e controle de postos governamentais -, quando combinados com a perda de vínculos com seus simpatizantes, seriam indícios de cartelização do partido. Ao se retratar esses aspectos, espera-se conhecer um pouco mais a face pública do PMDB. Com essas informações, buscar-se-á verificar as formas que o PMDB utiliza para se manter como o maior partido do Brasil.

5.1. A Máquina Eleitoral

Já foi explicado no capítulo 3 o surgimento do PMDB e a sua existência até a redemocratização. Nesta seção, parte-se do estudo do PMDB no atual sistema político-partidário. Qual a eficiência desse partido em conversão de candidatos em cadeiras? Para responder a essa indagação e arrolar as informações sobre o PMDB na arena eleitoral serão listados os dados do partido em todas as disputas políticas que ele enfrentou até o ano de

2010. Depois, será analisada a máquina eleitoral em funcionamento, a partir das primeiras eleições diretas para governador ocorridas em 1965.

Antes de passarmos aos resultados do PMDB, deve-se realizar uma ressalva: o PMDB é herdeiro direto do MDB e, com isso, ele traz à arena eleitoral as vantagens e desvantagens agregadas pela sua origem. A grande vantagem que ele carrega consigo é a de que herdou a máquina partidária construída pelo MDB. Como já dito, a anti-candidatura de Ulysses Guimarães ajudou a levar o MDB ao interior do Brasil, o que proporcionou ao partido um enraizamento nas médias cidades. Além disso, ele recebeu em sua origem apoio de ex-arenistas. Desse modo, como herdeiro da estrutura organizacional do MDB, o PMDB já surge como um partido nacionalizado. A tabela 9: Percentual de cadeiras e cargos executivos conquistado pelo PMDB apresenta as cadeiras e os postos executivos ocupados pelo partido a partir de 1986.

Tabela 12: Percentual de cadeiras e cargos executivos conquistados pelo PMDB (1982-2010) (em %)

	1982	1986	1988	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010
Senado Federal	36	77,6		25,8		25,9		44,4		16,7		14,8		24,5
Câmara dos Deputados	41,8	53,4		21,5		20,9		16,2		14,4		17,3		16
Governos Estaduais	40,9	95,7		29,6		33,3		22,2		18,5		25,9		18,5
Assembleias	42,7	46,9		20		19,6		16,6		12,5		15,5		14,1
Prefeituras	34,9		37,5		33,7		24,1		22,6		19,1		21,6	

Fonte: 1986 – 2008: FERREIRA & RIBEIRO (2009: 59); 2010: Dados complementados pelo autor.

Os dados das eleições de 1986 – 2010 confirmam a importância que esse partido assume no sistema político partidário brasileiro, seja como membro institucional que expressou a voz destoante ao regime autoritário, ao atual estágio de partido, que sustenta os governos. Entre 1994 – 1998, que corresponde ao primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, o PMDB

perde cadeiras na Câmara dos Deputados, nas Assembleias e postos nos governos estaduais, ainda que continue a ser um grande partido. Mas não se pode duvidar da capacidade de recomposição do PMDB, como se pode comprovar ao se analisar que o partido, após a queda alcançada nas eleições de 2002 – 2004, apresentou um crescimento em quase todas as esferas nas eleições posteriores (2004 – 2008), sendo a sua bancada no Senado Federal a única a destoar desse crescimento. Um partido que possui um grau de capilaridade e de presença em 85% dos municípios do país não pode ser considerado em processo de declínio. Ao contrário, ainda que seu ritmo de crescimento tenha estacionado, o PMDB segue tendo vantagem nas Assembleias e no Congresso Nacional.

Para melhor compreensão do partido como máquina, será destacada a ocupação partidária cargo por cargo, com base na sua votação e número de cadeiras conquistadas. Segundo Lima (2005) e Melo (2012), o PMDB é o partido mais eficiente na conversão de votos em cadeiras. Primeiro, é necessário elucidar sobre a diferença entre eficácia e eficiência eleitoral. A primeira medida – a eficácia - é o “peso” do partido nas esferas representativas, e diz respeito ao percentual de cadeiras ocupadas pelo partido em relação ao total de cadeiras em exercício.

Já a eficiência significa conseguir manter o número de cadeiras com o menor número possível de votos. Ou seja, se o partido consegue manter o número de cadeiras com o menor número de votos necessários (MEZZARROBA, 1995). A capilaridade e nacionalização do PMDB é um dos fatores que favorece a sua eficiência, já que disputa cargos em regiões em que o número de votos necessários à transformação em cadeiras é menor.

5.1.1. Disputa Presidencial

O PMDB participou apenas de dois pleitos como cabeça de chapa nas eleições presidenciais após a redemocratização. E as suas participações podem ser consideradas pífiás. A tabela

13.O PMDB na Disputa Presidencial demonstra o eleitorado, a votação e a participação do partido nas eleições presidenciais, no período de 1989 a 2010.

Tabela 13: O PMDB na Disputa Presidencial (1989 – 2010)

	1989	1994	1998	2002	2006	2010
Eleitorado	67.613.337	63.305.971	Não participou	Vice- Presidência coligado com PSDB	Verticalização Não participou	Vice- Presidência coligação PT
Voto	3.204.853	277.3497				
%	4,7	4,4				

Fonte: TSE

Nas eleições presidenciais de 1989, Ulysses Guimarães chegava à disputa como principal nome do partido. Líder histórico, ele foi à cara do partido durante o regime autoritário e principal nome da Constituinte que elaborou a atual Carta Magna brasileira. O partido tinha nessa disputa o apoio do Presidente em exercício – Jose Sarney, de 48,1% dos deputados federais e de 95,7% dos governadores de Estados. Ele possuía o maior apoio político possível para um candidato à presidência. No entanto, Ulysses Guimarães conseguiu apenas 4,7% dos votos no primeiro turno. As explicações para a derrocada do PMDB não se deu apenas pelas variáveis institucionais, mas também por explicações econômicas, sociais, de comunicação política, de atores que se apresentaram à disputa e ideologias.

O país, pouco antes da eleição de 1989, passou por uma crise de inflação, que levou à queda da moeda política brasileira: o Cruzado. O Presidente da República foi colocado como o maior culpado dos problemas econômicos que assolavam a população. Com isso, o candidato do MDB perdeu o seu principal cabo eleitoral. A escolha por Ulysses Guimarães não foi a melhor possível para a conjuntura. As pesquisas apontavam que a população estava ávida por mudanças na política, que os ânimos da redemocratização não haviam de todo serenado e queriam um novo nome para conduzir um novo país (SINGER, 2002, LAVAREDA, 2009).

No entanto, o candidato do PMDB era um senhor de 73 anos, que retratada o inverso do que a população desejava. E, finalmente, os líderes locais do partido abandonaram a disputa presidencial. O somatório dessas características levou a uma candidatura que teria tudo para ser derrotada. O ganhador da eleição foi Fernando Collor de Mello, político jovem, conservador, governador de Alagoas. Baseado em uma campanha midiática e como a figura que iria moralizar o Brasil, foi eleito pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), como alternativa conservadora ao candidato Luís Inácio Lula da Silva, do PT.

A segunda e última participação do PMDB na disputa presidencial foi no ano de 1994. Orestes Quércia, outra liderança histórica do PMDB, conseguiu alinhar uma pequena coesão interna para se lançar como candidato à presidência. No entanto, o resultado foi outra derrota, já que alcançou apenas 4,4% dos votos. Quércia, apesar de ter conseguido aprovar a sua indicação para a presidência na convenção do partido, não recebeu apoio deste. Lideranças importantes apoiaram em seus Estados outros candidatos na disputa.

Outro fator importante para a segunda derrota consecutiva do PMDB foi à candidatura e campanha do ex-ministro da Fazenda do Governo Itamar, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. Consagrado como o responsável pelo controle da inflação brasileira, FHC se associa ao Plano Real e foi eleito no primeiro turno com 55,22% dos votos. Nesse caso, as eleições foram marcadas pelo voto econômico e o Plano Real foi o responsável pela vitória do candidato tucano (CARREIRÃO, 2002; CAMARGO, 1999). Após as duas derrotas, o partido não lançou mais candidatos em nenhuma das eleições que se seguiram. Em 1998, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) tentou a reeleição e ganha no primeiro turno, devido à política de equilíbrio macroeconômico e controle da inflação.

Em 2002, o PMDB participou da chapa de José Serra (PSDB), indicando a deputada federal Rita Camata como candidata à vice-presidente. O candidato do PSDB foi derrotado no

segundo turno por Lula da Silva, do PT. Num momento em que a população exigia mudanças, o PMDB apoiou um candidato que representava o *status quo* (CARREIRÃO, 2004).

Em 2006, estava em vigor no país uma decisão do TSE, que determinava a verticalização das campanhas eleitorais. As coligações realizadas em âmbito nacional deveriam se repetir nos âmbitos estaduais. Com base nessa conjuntura, o PMDB optou por não se coligar em âmbito nacional, liberando as suas bases estaduais a realizar as coligações que garantiriam a sua expressão de votos e o alcance das cadeiras legislativas e dos governos estaduais. Dessa vez, a eleição é decidida pelo voto retrospectivo econômico e pela gratidão do eleitor com as políticas públicas de Lula (RENNÓ & HOEPERS, 2010; RENNO, 2011; HUNTER & POWER, 2007, CARREIRÃO, 2007).

E no último pleito de 2010, o PMDB voltou a concorrer com a indicação de um candidato à vice-presidência. Coligado com o PT, o partido apresenta para a chapa de Dilma Rousseff (PT) o deputado federal Michel Temer. A chapa sai vencedora da disputa eleitoral e o PMDB volta a ter um representante no Palácio Jabuti. Dilma Rousseff consegue ser eleita amparada na confiança que o eleitorado depositava em Lula da Silva (TELLES & RUIZ, 2012).

A pergunta que sempre é feita é porque o maior partido político brasileiro não se apresenta para a disputa da principal cadeira política brasileira. Na verdade, não deve ser elencado apenas um fator para responder a essa indagação. A primeira variável que deve ser destacada é a **origem** do MDB. Como anunciado acima, ao herdar a capilaridade do MDB, o PMDB herdou também inúmeras lideranças locais, que têm origens e intenções diversas. O MDB tinha ruralistas e comunistas, industriais e trabalhadores. E, muitas dessas lideranças continuaram no partido, mesmo com a fundação de novos partidos. Ele é nacionalizado eleitoralmente, mas fragmentado internamente. Por isso, unificar o partido para uma disputa

nacional se torna improvável, pois os custos de lançar candidatura nacional são elevados, pois atinge interesses de muitas lideranças locais e dos governadores (MELO, 2007).

O segundo aspecto, talvez derivado do primeiro – a origem no MDB - é a **ausência de uma ideologia e programa de governo claros**, capazes de unificar os seus membros. O fato de ser um partido de ideologia híbrida pode favorecer o crescimento do PMDB no plano das eleições proporcionais, mas o impede de ter coesão suficiente para disputar eleições presidenciais, pois ele não tem um plano de governo específico e diferenciado da média dos partidos brasileiros, há **multiplicidade de lideranças** dispersas por várias regiões no PMDB. Para a disputa nacional, é necessário que o partido se unifique em torno de uma única candidatura, e tal candidatura deve ser capaz de integrar o partido.

Finalmente, o terceiro aspecto é um fator externo ao partido. Como já ressaltado, para se disputar o maior cargo nacional é preciso de um plano de governo que identifique o partido frente ao eleitorado. Melo e Câmara (2012) estruturam o sistema partidário a partir da disputa presidencial, com base na literatura norte-americana, que apresenta essa forma de estruturação como a mais correta para se pensar a estruturação do sistema. Segundo os autores, a disputa presidencial brasileira está estruturada entre dois polos: o petista e o peessedebista. Esses dois polos agregam partidos satélites, e o eleitorado consegue identificar as políticas públicas que cabe a cada um desses partidos.

O PMDB, segundo os autores, estaria encabeçando o bloco denominado “o bloco que compõe os governos”. Como está no centro do sistema político, o PMDB tem a facilidade de pender para cada um dos polos que vença a disputa presidencial. Ao se olhar a participação do PMDB nas últimas eleições, observa-se que o partido migrou, seja para o PT ou PSDB.

Em diálogo com essa constatação de falta de bandeira, pode-se acrescentar o trabalho de Melo e Silva (2013). Os autores, ao analisarem as propagandas políticas dos três principais partidos do Brasil – PMDB, PT e PSDB – no período fora do “tempo da política” (2011 e 1º semestre de 2012), detectaram a falta de uma mensagem no programa do PMDB. O PT apresenta os seus últimos anos de governo e o PSDB, em seu papel de oposição, faz as críticas ao governo petista e propostas alternativas.

Tabela 14: Análise dos *spots* (1º e 2º semestres de 2011 e 1º semestre de 2012)

Categorias de análise dos spots	Partidos / períodos								
	PMDB			PSDB			PT		
	2011/1	2011/2	2012/1	2011/1	2011/2 ⁴¹	2012/1 ⁴²	2011/1	2011/2	2012/1
Atores políticos (LOCAL)	0	10	40	0	0	-	0	0	3
Atores políticos (NACIONAL)	12	34	32	0	0	-	6	14	13
Convite à filiação	0	1	0	0	0	-	0	12	0
Divulgação do partido	10	26	7	3	0	-	2	10	0
Divulgação de candidato	7	9	5	3	1	-	3	0	2
Ataques	0	0	0	7	1	-	1	0	0
Defesas	0	0	0	1	0	-	1	0	0
Número de programas de 30" ou 1'	4	13	15	3	1	-	5	12	5

Fonte: MELO e SILVA, 2013.

A Tabela 14, apresenta os dados dos spots não eleitorais dos três partidos, que Melo e Câmara (2012) apresenta como as cabeças de cada um dos blocos na disputa presidencial. O primeiro destaque é quanto à presença de ataques e defesas nos *spots*. O PMDB é o único que não se utiliza dessa ferramenta, o que reforça a ideia de que o debate está centrado entre os outros dois partidos. O PMDB centra seu esforço na divulgação dos seus candidatos e atores políticos (locais e nacionais). A grande presença de lideranças diversas reflete a conjuntura do

⁴¹O PSDB teve apenas um programa vinculado no segundo semestre de 2011, devido ao seu tempo ter sido cassado pelo TSE.

⁴²O PSDB teve as suas inserções ao longo da programação das emissoras de televisão cassadas pelo TSE devido ao entendimento de que a “propaganda veiculada pela sigla no primeiro semestre de 2010 foi utilizada indevidamente para promoção da candidatura de José Serra à Presidência da República”. Por isso, optou por utilizar os seus *spots* apenas para as propagandas locais.

partido, que é multifacetado e não possui um líder nacional, que seja a “cara” do partido. O que é mais uma variável, que explica a inexistência do partido nos pleitos para a cadeira máxima da Federação Brasileira.

O PMDB faz uma propaganda em que apresenta as políticas públicas, que caracterizam o governo petista. As lideranças peemedebistas que aparecem nos programas chegam a citar que o PMDB é o partido responsável por dar a governabilidade que o país precisou para chegar ao seu atual estágio de desenvolvimento. Ao compor os dois governos que por mais tempo administram o país, o PMDB se apresenta como um dos responsáveis por ter resolvido os problemas da inflação (governo peessedebista) e da pobreza (governo petista).

A análise dos comerciais apresentadas por Melo e Silva (2012) reforçam as constatações de Melo e Câmara (2012), em relação à posição governista do PMDB, independente das matrizes programáticas com os quais se alia. A justificativa do PMDB para participar do governo é posterior à sua participação na administração federal. Primeiro ele participa, em segundo arrola argumentos que justifiquem essa adesão. Em suma, a ausência de candidatura para presidente é produzida por fatores internos e externos ao PMDB.

5.1.2. Disputa dos Governos Estaduais

O papel do governador dos estados é discutido na literatura por Abrucio (1998), Ames (2001) e Mainwaring(2001). O papel desse líder no arranjo federativo é de crucial importância. Ele dispõe de ferramentas de barganha com o Executivo Nacional, o Congresso Nacional, a sua Assembleia Legislativa e as prefeituras. A força dos governadores é importante dentro dos seus estados, bem como reverberam no âmbito nacional. No entanto, o destaque que deve ser feito é sobre as regras do presidencialismo de coalizão em âmbito subnacional. Segundo Tomio e Ricci (2010), o poder dos Governadores sobre o legislativo e sobre as obras

fornece-lhe grande poder de atração dos políticos dentro do distrito estadual. O PMDB é considerado pela literatura (MELO, 2010) como um partido que tem nos governadores e na sua bancada legislativa a sua força.

A Tabela 15 apresenta o desempenho do PMDB na disputa das cadeiras para os governos estaduais. Como já destacado na disputa presidencial, a capilaridade que o PMDB herda do MDB é de essencial importância para a análise do desempenho do partido.

Tabela 15: O PMDB na disputa de governadores de Estados

	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
Voto	19.059.019	28.754.617	12.112.149	10.091.381	25.303.566	10.825.948	16.813.195	17.750.027
% de Votos	44	52,5	22,2	17,5	22,37	12,9	16	18,25
% de Cadeiras	40,9	95,7	29,6	33,3	22,2	18,5	25,9	18,5

Fonte: TSE

O primeiro destaque dessa tabela são as eleições de 1986. O PMDB nessa eleição consegue eleger 95,7% dos governadores dos Estados. Esse resultado é derivado das políticas do Governo Sarney, como as políticas de combate à inflação e a memória ser o partido responsável por trazer o Brasil de volta à democracia. Após esse destaque, o PMDB tem uma queda grande no número de cadeiras e de votos. Essa queda se dá pela ampliação do número de competidores, pelas mudanças de lideranças e pelo desmembramento do próprio PMDB, que perde importantes lideranças para outros partidos, como o PSDB.

Após esse decréscimo, o partido estabiliza a sua votação e o seu número de cadeiras. A manutenção dessas cadeiras é explicável por duas variáveis. A primeira é a força que o partido possui na esfera estadual. O PMDB possui importantes lideranças locais, o que garante a sua relevância. E, como a disputa é no formato majoritário, a existência de um líder puxador de votos no Estado é importante para conquistar cadeiras nas proporcionais.

A segunda variável é referente à sua capilaridade. Como o partido possui máquina em todos os Estados, a perda de uma cadeira em um Estado pode ser compensada com a vitória em outro, como destacado anteriormente, o que favorece a eficiência do partido.

O outro dado que se deve analisar quanto à disputa para governo de Estado é a presença do partido em coligações que disputam as cadeiras dos governos estaduais. A Tabela 16 apresenta os parceiros do PMDB nas disputas para os governos estaduais, no período de 1990 a 2010.

Tabela 16: Coligações do PMDB para as disputas dos governos estaduais (1990 – 2010)

		PT	PCdoB	PSB	PDT	PPS	PSDB	PL/PR	PTB	PDS-PP	PFL/DEM
PMDB	1990	0	2	2	5	3	8	9	2	4	8
	1994	1	5	5	4	5	9	7	3	4	4
	1998	1	4	1	4	7	9	14	12	10	11
	2002	0	0	0	0	0	13	0	0	5	7
	2006	6	6	6	6	9	7	11	11	2	8
	2010	14	15	8	8	10	7	11	8	7	9

Fonte: Miranda, 2013

A literatura apresenta três explicações para a formação das coligações eleitorais. Soares (1964) apresenta a primeira explicação de cunho institucional: a lei do mínimo esforço. Os partidos se coligam devido à necessidade de apresentarem candidatos às disputas e, ao se coligarem, recebem apoio que ajuda a romper tanto os custos financeiros de uma campanha, quanto à barreira eleitoral imposta pela legislação. Soares (1964) também apresenta a segunda análise a esse campo de estudo: a resistência ideológica, ou seja, os partidos reservam um grau de semelhança ideológica em suas coalizões. Lima Junior (1983) apresenta estudos de que a única explicação consistente é a do mínimo esforço. Lavareda (1991) acrescenta a

influência exercida pelas eleições majoritárias sobre as eleições proporcionais. O campo de estudo apresentado por Soares (1964), Lima Junior (1983) e Lavareda (1991), é retomado por estudos de Krause *et all* (2010), Carreirão e Nascimento (2012) e Miranda (2013).

O PMDB é um partido que disputa coligado com os mais diferentes espectros ideológicos. O partido se coligou com partidos de centro, esquerda e direita, com uma ligeira preferência para as alianças de centro-direita. A explicação por coligações em todo o espectro ideológico pode ser dada por sua capilaridade e por ser um partido de centro. Como o partido possui deputados em todos os Estados, ele é sempre chamado a participar de coalizões, e depende dessas disputas para se manter no poder. O segundo ponto, é que o partido ao estar no centro do espectro ideológico pode se locomover para um ponto ou outro sem gerar maiores crises e deserções internas.

A seguir, será analisado o Senado, que possui semelhanças com a disputa pelos governos do Estado.

5.1.3. Disputa do Senado Federal

Assim como a disputa para o governo dos Estados, a disputa nas eleições para o Senado é majoritária, com magnitude variável de duas a uma cadeira, dependendo da eleição.

Tabela 17: O PMDB na disputa para o Senado, Brasil (1994 – 2010)

	1994	1998	2002	2006	2010
Voto	14.383.073	13.414.074	25.043.683	9.368.766	25.457.780
% de Votos	15,01	21,7	16,3	11	14,7
% de Cadeiras	25,9	44,4	16,7	14,8	24,5

Fonte: TSE

Como já ressaltado anteriormente, a disputa para cargos majoritários tem o seu sucesso determinado por votos direto ao candidato, o que ressalta a importância maior do candidato do

que da legenda partidária. Esse tipo de disputa realça a face do partido nos Estados. E como ocorre nas eleições para os Estados, a perda de cadeira em uma região é compensada pela conquistada em outros.

Tabela 18: Coligações do PMDB para as disputas das governadorias estaduais, Brasil (1990 – 2010)

		PT	PCdoB	PSB	PDT	PPS	PSDB	PL/PR	PTB	PDS-PP	PFL/DEM
PMDB	1990	0	2	2	5	3	10	7	3	4	5
	1994	0	2	3	3	3	6	5	0	4	3
	1998	1	3	1	1	4	6	10	8	8	10
	2002	0	0	0	0	0	12	0	0	5	7
	2006	5	5	5	2	6	5	5	7	10	7
	2010	14	15	8	10	10	7	12	8	7	9

Fonte: Miranda, 2013

Como destacado na análise sobre as coalisões para os governos de Estado, o PMDB se coliga da esquerda à direita no espectro ideológico dos partidos, com o aumento de coalisões compartilhadas de esquerda na última eleição (2010). O segundo destaque é que o partido, com o decorrer das disputas, passa a aumentar o seu número de coligações. A explicação desses dois fatos é correlata. O primeiro é o de que como o sistema partidário está cada vez mais fragmentado, é necessário cada vez mais coligar para vencer as eleições. A segunda explicação é que com a administração do governo federal pela esquerda, o PMDB passa a se coligar com partidos à esquerda, para ter mais sucesso na obtenção de cargos públicos.

5.1.4. Disputa da Câmara dos Deputados

Existem alguns estudos sobre as eleições para a Câmara dos Deputados. Nicolau (2002) indica dois tipos de votos que guiarão as eleições para a Câmara dos Deputados (1986 – 1998). O primeiro tipo seria o voto retrospectivo, de parlamentares que exercem bem os seus mandatos e buscam a reeleição – e o segundo, o voto prospectivo – lideranças que ocuparam

outros cargos políticos ou não. Telles (2006) analisou os resultados eleitorais do PT nas eleições entre 1982 e 1998 e descobriu que os resultados do PT eram independentes do grau de desenvolvimento econômico dos Estados. Pereira e Rennó (2001), ao estudar as variantes que explicam a reeleição ou não de um deputado, apontam a importância do deputado estar próximo ao governo, já que o Executivo possui os recursos para a liberação das ementas parlamentares dos deputados. A liberação das ementas é essencial para o deputado realizar políticas públicas em suas localidades. Perissinotto e Miriade (2006) destacam a importância da profissionalização da disputa eleitoral para conquistar o voto. Independente do posicionamento ideológico do partido – centro-esquerda ou centro-direita – a complexidade social exige dos deputados tratar cada vez mais a política como uma atividade política de tempo integral.

O PMDB se mantém sempre entre as três maiores bancadas da Câmara dos Deputados, o que garantiu a este a presidência da Câmara em várias das legislações. Como já ressaltado, as eleições de 1986 são um fato fora da curva normal, devido à estratégia do Governo Sarney de retardar as decisões econômicas impopulares. Outro fato ocorrido entre as eleições de 1986 e 1990 foi a de que um bloco parlamentar importante do PMDB, descontente com o Governo Sarney, saiu para fundar o PSDB.

Tabela 19: O PMDB na disputa da Câmara dos Deputados, Brasil (1982 – 2010)

Câmara dos Deputados	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
Voto	17.666.773	22.478.686	7.798.653	9.287.049	10.105.896	10.980.794	13.060.234	11.834.667
% de Votos	43	48,1	19,3	20,3	15,15	13	14	12
% de Cadeiras	41,8	53,4	21,5	20,9	16,2	14,4	17,3	16

Fonte: TSE

O PMDB em todo o seu percurso de eleições para a Câmara dos Deputados conseguiu atingir a eficiência na conversão de votos em cadeiras (MEZZARROBA, 1995). O partido alcança –

com a exceção da eleição de 1982 – um percentual maior de cadeiras que dos votos que ele conquistou. Esse dado fornece os indícios de que o partido é eficiente na arena eleitoral, pois converte a maior parte dos seus votos em força legislativa.

Após a eleição de 1990, o PMDB estabilizou o seu número de cadeiras no parlamento, mesmo com a redução dos seus votos. Essa diferença é explicada pela desproporcionalidade do sistema político brasileiro. A legislação define votação diferente para a transformação em cadeiras em cada uma das unidades da federação. No maior distrito brasileiro – São Paulo – são necessários no mínimo 40.000 votos para a eleição de um deputado, ao mesmo tempo em estados como Roraima são necessários 5.000 votos para a eleição de uma mesma cadeira na Câmara dos Deputados.

O primeiro cálculo para a obtenção de uma cadeira é superação do coeficiente eleitoral. Este é feito com base na votação do partido ou da coligação. Partidos com membros que consigam agregar o maior número de votos superarão com maior facilidade a barreira eleitoral. A existência de puxadores de voto e de capilaridade do PMDB nos estados são variáveis que ajudam a grande expressão de votos e, por consequência, a obtenção de cadeiras. A cadeira da Câmara dos Deputados é dos partidos políticos, o que inclusive levou o TSE a decretar a fidelidade partidária no Brasil.

No que se refere às coligações para a Câmara dos Deputados, a tabela 20 apresenta os dados do PMDB no período de 1990 a 2010.

Tabela 20: Coligações do PMDB para a Câmara dos Deputados por Partidos, Brasil (1990 – 2010)

		PT	PCdoB	PSB	PDT	PCB/ PPS	PSDB	PL/PR	PTB	PDS-PP	PFL/ DEM
PMDB	1990	0	1	1	6	3	6	6	4	6	6
	1994	1	4	3	4	3	12	6	2	6	5
	1998	0	3	1	3	5	8	11	10	8	9
	2002	0	0	0	0	0	12	0	0	5	7
	2006	5	4	5	2	8	7	4	5	6	7
	2010	11	11	6	6	6	6	10	6	5	9

Fonte: Miranda, 2013

Como observado nas coligações para o Senado, o PMDB mudou os seus parceiros prioritários. O PMDB migrou para o lado que está no poder no governo federal, o que reforça a literatura iniciada por Lavareda (1991). Ele realiza coligações com partidos de sustentação da base governista, sejam eles de centro-direita ou centro-esquerda.

5.1.5. Disputa das Assembleias Legislativas

As Assembleias Legislativas possuem dinâmicas de eleições muito próximas à dinâmica da Câmara dos Deputados, a começar pelo sistema proporcional. O que as difere da eleição dos outros cargos aqui analisados é o fato de serem eleições majoritárias. No entanto, existem poucos estudos sobre a dinâmica de disputa para o alcance dos legislativos estaduais. LIMA (2010) estuda as condicionantes para a reeleição dos deputados estaduais para o Estado de Minas Gerais. Segundo o autor, o processo de reeleição é favorecido por deputados “experientes”, ou seja, os que possuem cargos legislativos apresentam desempenhos melhores que os candidatos novatos na disputa.

A Tabela 21 apresenta o número de votos, o percentual de votos e as cadeiras obtidas pelo PMDB nas eleições para as Assembleias Legislativas no Brasil.

Tabela 21: O PMDB na disputa para as Assembleias Legislativas- Brasil (1986 – 2010)

	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
Voto	17.313.056	20.376.778	8.707.058	9.132.676	8385591	8142282	10913647	10592533
% de Votos	43	43,5	19,9	18,1	12,2	11	13	12,23
% de Cadeiras	42,7	46,9	20	19,6	16,6	12,5	15,5	14,1

Fonte: TSE

Como ressaltado para as eleições para a Câmara dos Deputados, o PMDB no seu percurso histórico alcança um patamar médio de votação e cadeiras, e esse patamar é mantido durante os demais pleitos a partir das eleições de 1986. O que se observa dos dados é que a desproporcionalidade entre percentual de votos e percentual de cadeiras é menor que na disputa para a Câmara dos Deputados. No entanto, como observado no caso da Câmara dos Deputados, o PMDB sempre conseguiu um maior percentual de cadeiras do que de votos.

Outra semelhança com a Câmara dos Deputados é a importância do peso dos partidos, já que devido à votação obtida pelos partidos políticos e por suas coligações, é possível ultrapassar a cláusula de barreira eleitoral e garantir o acesso do candidato à cadeira. O segundo ponto é o enraizamento do partido, pois a mudança da redução de votos em um distrito é compensada ou repostada pela votação em outro distrito, o que garante ao PMDB no agregado do país permanecer como um dos maiores partidos.

Como a força do PMDB de participar dos governos está centrada na sua existência como um grande partido do sistema legislativo é necessário o estudo da atuação do mesmo na esfera legislativa. O primeiro destaque já foi feito quanto à presença do partido no legislativo. O PMDB é o maior partido do sistema legislativo brasileiro.

5.1.6. Disputa das Prefeituras

O último nível que será analisado são as eleições para prefeito. Esse é o cargo mais próximo ao eleitor. Lavareda e Telles (2011) realizaram estudos sobre as eleições nas capitais brasileiras, em 2008, que foram vencidas, sobretudo, em função do cenário econômico que favorecia a reeleição e os candidatos identificados com o governo federal. O que, segundo os autores, dá indícios de que quando o país passa por momentos de economia saudável, há maior repasse de recursos para os municípios, e assim os partidos com controle da máquina, alcançam o sucesso eleitoral com maior facilidade – a reeleição. O poder do governador sobre a escolha do candidato, nas capitais, era reduzido.

Os prefeitos são a primeira referência de políticos e de políticas públicas para o cidadão. O papel do prefeito também é de destaque devido ao município ser o primeiro distrito do voto e o mais próximo do eleitor.

Tabela 22: O PMDB na disputa das Prefeituras (1996 – 2008)

Prefeitos	1996	2000	2004	2008
Voto	10.453.477	20.376.778	14.194.982	222.952.377
% de votos	16,2	22	19	22
% de cadeiras	24,1	22,6	19,1	21,6

Fonte: TSE

O município é a primeira esfera que o partido possui para realizar patronagem. Com base nos municípios e nas prefeituras é que os partidos começam a sua estratégia de ocupação dos cargos públicos. As prefeituras já possuem em menor ou em maior escala -dependendo do tamanho do município -recursos para a realização de políticas públicas e, por conseguinte, o poder de aproximar o partido do seu eleitorado.

O PMDB em todo o período analisado mantém o mesmo patamar, em torno de 20%, de prefeitos, o que é um bom patamar, tendo em vista que outras forças foram adicionadas à disputa, que se tornou mais competitiva. O PMDB cai o seu número de prefeituras no intervalo de 2000 para 2004. A resposta para essa queda pode se dar pela falta do PMDB na base aliada do Governo Lula no início do seu mandato. O partido só adere à base aliada no início do segundo ano, que já é o ano eleitoral, e o governo fica impossibilitado, pela legislação eleitoral, de liberar recursos para obras.

Apresentado o desempenho do PMDB na esfera da disputa eleitoral, a primeira das funções de um partido que vai se apresentar neste capítulo tem de apresentar o desempenho do partido na composição de governos. No entanto, deve-se fazer apenas um destaque: quanto às coligações realizadas pelo partido. Carreirão e Nascimento (2012) apresentam os dados sobre as coligações realizadas pelos partidos políticos para os cargos de Senador, Governador e Deputados Federal e Estadual (1986 – 2010).

Tabela 23: Porcentagens de coligações ideologicamente inconsistentes (calculadas sobre o total das candidaturas para o conjunto dos cargos de Senador, Governador, Deputados Federal e Deputados Estadual). Principais partidos (1986/2010).

Partido	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
PFL/DEM	20	18	24	32	37	59	76
PP	11	14	27	41	52	67	84
PMDB	41	33	25	36	14	63	75
PSDB		28	29	44	20	43	70
PDT	23	44	49	64	73	55	85
PT	3	3	6	33	70	80	79
Média	20	23	27	42	44	61	78

Fonte: CARREIRÃO e NASCIMENTO (2012)

A Tabela 23 apresenta o percentual de coligações inconsistentes ideologicamente. O primeiro destaque é que a média de coligações inconsistentes aumenta com o decorrer histórico, de 20 para 78, o que pode indicar o aumento da fragmentação do sistema. No caso do PMDB, ele sempre apresentou uma inconsistência maior que a média do sistema, e acompanha a média, aumentando com o decorrer do trajeto histórico.

5.2. O PMDB no Governo Federal

Após apresentar a participação do PMDB na esfera eleitoral, é necessário compreender a participação do partido no Governo Federal. Após a manutenção de bancadas, é necessário pensar o partido como formulador e participante de governos. Para essa análise, vai-se focar na ocupação de cargos no nível federal.

O primeiro destaque é quanto à participação do PMDB nos governos federais. Foi apresentado no item 5.1.1 que o PMDB não é a cabeça de chapa de uma eleição presidencial desde 1994 e que não governa o Brasil com a Presidência da República desde 1990. No entanto, o partido participou das coalizões que governaram o Brasil em todos os governos. A tabela 24 apresenta as coalizões de apoio aos governos no Congresso Nacional de 1988 até 2010.

Tabela 24: Coalizões de governo no Brasil, 1988-2010

Coalizão/ Presidente	Data da Coalizão		Partidos da Coalizão	Evento de início da nova coalizão
	Início	Fim		
Sarney 2	06/out/88	14/mar/90	PMDB - PFL	Promulgação da Constituição
Collor 1	15/mar/90	12/out/90	PRN - PFL	Eleição presidencial
Collor 2	13/out/90	31/jan/91	PRN - PFL - PDS	PDS entra
Collor 3	01/fev/91	14/abr/92	PRN - PFL - PDS	Eleição Legislativa
Collor 4	15/abr/92	30/set/92	PRN - PFL - PDS - PTB - PL	PTB e PL entram
Itamar 1	01/out/92	30/ago/93	PFL - PTB - PMDB - PSDB - PSB	Impeachment do Collor
Itamar 2	31/ago/93	24/jan/94	PFL - PTB - PMDB - PSDB - PP	PSB sai e PP entra
Itamar 3	25/jan/94	31/dez/94	PFL - PMDB - PSDB - PP	PTB sai
FHC I 1	01/jan/95	25/abr/96	PSDB - PFL - PMDB - PTB	Eleições presidenciais e legislativas
FHC I 2	26/abr/96	31/dez/98	PSDB - PFL - PMDB - PTB - PPB	PPB entra
FHC II 1	01/jan/99	05/mar/02	PSDB - PFL - PMDB - PPB	Eleições presidenciais e legislativas
FHC II 2	06/mar/02	31/dez/02	PSDB - PMDB - PPB	PFL sai
Lula I 1	01/jan/03	22/jan/04	PT - PL - PCdo B - PSB - PTB - PDT - PPS - PV	Eleições presidenciais e legislativas
Lula I 2	23/jan/04	31/jan/05	PT - PL - PCdo B - PSB - PTB - PPS - PV - PMDB	PDT sai e PMDB entra
Lula I 3	01/fev/05	19/mai/05	PT - PL - PCdo B - PSB - PTB - PV - PMDB	PPS sai
Lula I 4	20/mai/05	22/jul/05	PT - PL - PCdo B - PSB - PTB - PMDB	PV sai
Lula I 5	23/jul/05	31/dez/06	PT - PL - PCdo B - PSB - PTB - PMDB - PP	PP entra
Lula II 1	01/jan/07	01/abr/07	PT - PL - PCdo B - PSB - PTB - PMDB - PP	Eleições presidenciais e legislativas
Lula II 2	02/abr/07	31/dez/10	PT - PR - PCdo B - PSB - PTB - PMDB - PP - PDT - PRB	Entra PDT e PRB

Fonte: Medeiros *et al* 2013. Negritos do autor.

O PMDB só não participa das coalizões em dois momentos: durante o Governo Collor e o primeiro ano do Governo Lula. Um dos fatos dessa sua ausência pode ser examinado por outra forma. O Governo Collor sofreu um processo de *Impeachment*, pelo qual o presidente foi retirado do poder devido a denúncias de corrupção. Já o Governo Lula foi acusado de recorrer ao Mensalão. Para aprovar a sua agenda no Congresso Nacional recorreu ao pagamento de propina aos representantes. No entanto, como o partido não é unido, partes de parlamentares do PMDB estiveram na base do primeiro governo de Lula da Silva, mesmo com tais denúncias, o que tornou o governo de Lula mais dependente do bloco de centro-direita (TELLES, 2007).

Quadro 10: Base parlamentar do Primeiro Governo Lula da Silva (2003 – 2006)

Partido	Deputados Eleitos em 2002	Deputados que tomaram posse em 2003	Deputados em novembro de 2006
	Cadeiras (n)		
PT	91	90	81
PSB	22	28	27
PDT	21	17	Oposição
PPS	15	21	Oposição
PC do B	12	12	12
PV	5	6	Oposição
Esquerda	166	174	120
PL	26	33	35
Centro	26	33	35
PTB	26	41	44
PP/PPB ⁴³	49	43	50
Direita	75	84	94
Total	267	291	249
PMDB	75	69	79

Fonte: Telles, 2007

A análise correlata exposta acima é a presença do PMDB na maioria dos governos brasileiros. Essa constatação leva a duas análises possíveis. A primeira é a de que o PMDB sempre é convidado a participar dos governos, independente de ter disputado a eleição do lado do

⁴³El PP fue clasificado para la interpretación de los resultados electorales en la serie histórica de 1982/2002 como un partido de centro. Pero, el PP incorporase al PPR en 1995, dando origen al PPB – partido clasificado como de derecha.

partido ou pela oposição. A segunda, é que por ser colocado no centro do espectro ideológico ele não é estranho a qualquer governo que se eleja, seja de centro-direita ou de centro-esquerda. Os somatórios dessas duas levam à constatação de que o PMDB sempre está próximo ao governo e, por isto, sempre tem cargos ministeriais.

De acordo com a literatura, os partidos participam do governo para exercer o controle político e a definição de políticas. A definição de políticas é importante para a conquista de votos e para a garantia de sua participação na clientelagem (DOWNS, 1999; MENEGUELLO, 1998). Ao se analisar a ocupação dos ministérios durante os governos de Tancredo ao primeiro governo de FHC, Meneguello (1998) aponta quatro critérios que levam os partidos a participarem dos governos: (i) a relação entre a força do partido no Congresso e a sua alocação em ministérios; (ii) a adoção de critérios político-ideológicos de acordo com o projeto político do governo; (iii) o domínio de pastas específicas por partidos; (iv) a busca por ministérios de maior relevância na estrutura do governo.

Com base nas características apontadas pela autora, será analisada a presença do PMDB nos governos, especialmente em Ministérios. A Tabela 25 apresenta os dados de todos os ministérios dos governos federais brasileiros no período de 1985 a 2010.

Tabela 25: Ministérios Brasileiros por Partidos Políticos

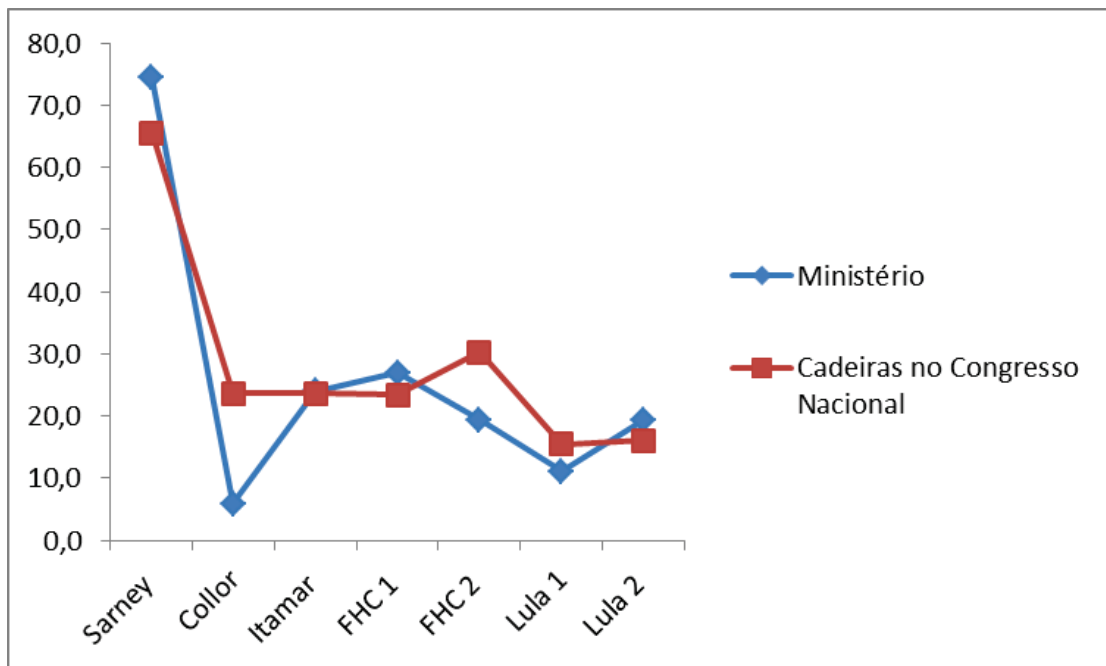
	Sarney	Collor	Itamar	FHC 1	FHC 2	Lula 1	Lula 2	Total
Câmara dos Deputados						3	1	4
PDT			1			1	1	3
PFL-DEM	10	7	4	4	7			32
PL		1				3	1	5
PMDB	32	1	6	7	7	6	7	66
PP			1			1	1	3
PPS				1	1	1		3
PSB		1	2			3	2	8
PSDB		4	9	7	17			37
PT			1			33	18	52
PTB		1	1	4	1	1	2	10
Outros	1	2		3	3	1	3	13
Total	43	17	25	26	36	54	36	236

Fonte: D'Araujo, 2009.

O PMDB está presente em todos os Ministérios após a redemocratização. O primeiro destaque é que o partido compõe inclusive os governos dos quais não faz parte da base aliada no Congresso. O partido tem o seu auge de participação quando o presidente é do mesmo partido (José Sarney, 1986-1990), e tem a menor participação no governo de Collor, que governou, sobretudo, com partidos de direita.

Com base nas características apontadas por Meneguello (1998), será destacada a correspondência entre a ocupação ministerial e o tamanho da bancada do PMDB na Câmara dos Deputados. O Gráfico 2 apresenta os dados do percentual de ministérios ocupados pelo PMDB e o seu % de cadeiras na Câmara dos Deputados.

Gráfico 2: Presença do PMDB nos Ministérios e Bancada no Congresso Nacional (1985 -2010) (%)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE e D'Araújo

O PMDB tem a maior participação em Ministérios no período em que José Sarney governou o país. Do total de Ministérios, ele ocupou o maior percentual. Como se pode observar, apenas no Governo Collor não é apresentada uma correlação entre o número de cadeiras na Câmara dos Deputados com o número de Ministérios, o que é explicável, pois é o único governo que o PMDB não compõe a base de apoio ao governo. Em todas as outras legislaturas, o PMDB compõe a base aliada e, por consequência, possui uma correlação entre o número de cadeiras e o número de cargos ministeriais.

O segundo ponto apresentado por Meneguello como indicador de incentivo a participação em cargos governamentais é a similitude ideológica do partido com o programa do governo. Ao observar que o PMDB apresenta cargos em todos os governos, são dados indícios de que o partido tem uma ideologia flexível e adaptável ao programa político do governo em exercício, seja qual for a sua posição ideológica. O que reforça a característica da ideologia híbrida do

PMDB (BAQUEIRO e VASCONCELOS, 2013) e de cartelização do partido (KILTSCHELT, 2000).

O terceiro e o quarto ponto apresentados pela autora é qual a característica dos Ministérios ocupados. O primeiro é quanto ao controle de territórios ou pastas ministeriais; o segundo é quanto às possibilidades de clientelismo que a pasta permite. Meneguello, cujo estudo vai até o final do 1º governo FHC, afirma que os partidos preferem controlar ministérios na área econômica e social. Essas áreas, segundo a autora, permitem ao partido maior presença no núcleo de decisões políticas e recursos que possibilite a prática de patronagem, como a ocupação por suas lideranças de empresas estatais.

O estudo sobre a rede de atuação do PMDB nos ministérios e nas empresas estatais não foi possível para o trabalho desta dissertação. No entanto, até o primeiro mandato de Fernando Henrique, o PMDB participou de Ministérios políticos, econômicos e sociais, com distribuição bastante semelhante, e conseguiu ser até o primeiro governo de FHC, o partido que mais participou do Ministério da Previdência Social⁴⁴.

No entanto, com base nos dados do partido na esfera governativa é possível apontar indícios do partido em estar cada vez mais próximo ao governo, o que aproxima muito o partido de características de um modelo partidário cartel. Um partido com ideologia mista e com tendência a aprovar o governo em exercício, independente do seu posicionamento ideológico – centro-esquerda ou centro-direita – O PMDB é atraído por qualquer um dos polos.

⁴⁴ Este trabalho de construção da rede seria de grande contribuição para a literatura e para a compreensão da forma de ocupação da máquina governamental pelo PMDB. Apresentar a presença do partido no Executivo é importante para a análise da presença do partido na esfera legislativa.

5.3. O PMDB na Câmara dos Deputados: coesão, disciplina e apoio ao Governo

O estudo sobre a atuação dos partidos no legislativo foi iniciado por FIGUEIREDO & LIMONGI (1999), que apresentam as regras do legislativo brasileiro, que levam os partidos a agirem de forma disciplinada e coesa dentro do sistema legislativo.

Apesar da tão propalada incapacidade dos partidos políticos brasileiros para estruturar e canalizar as preferências do eleitorado e para construir raízes sólidas e profundas na sociedade civil, apesar de todos os incentivos ao individualismo que a legislação eleitoral brasileira possa ter, apesar de todos esses e tantos outros argumentos comumente citados, os regimentos internos da Câmara e do Senado conferem amplos poderes aos líderes partidários para agir em nome dos interesses de seus partidos. Os regimentos internos consagram um padrão decisório centralizado onde o que conta são os partidos (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999: 27-28)

No entanto, o comportamento do PMDB não ocorre de forma tão disciplinada e coesa como o esperado. O partido possui os menores índices de coesão e disciplina dos partidos presentes no atual sistema político (1989 – 2008), NEIVA (2011). Para análise dessas variáveis, serão usados os indicadores clássicos de análise do legislativo.

O primeiro item que será apresentado é o Índice Rice⁴⁵ (IR) que serve para medir a coesão partidária do PMDB, ou seja, o quanto o partido vota unido em decisões na Câmara dos Deputados. O valor mínimo do Rice é de IR = 50 - quando metade do partido votou em uma das opções e a outra metade na outra. VASSELAI (2009) apresenta o IR para o PMDB na Câmara dos Deputados, no intervalo de 1988 – 2007. O PMDB se mostra como o partido menos coeso (IR = 67), enquanto o Rice médio do sistema legislativo é de 80,3. Ou seja, na

⁴⁵“Esse indicador mede quão coesos são os partidos através de uma fórmula bastante simples a ser aplicada em cada votação: $R = \% \text{ de votos Sim} - \% \text{ de votos Não}$, desconsiderando o sinal do resultado. Se o partido tem coesão mínima, significa que está perfeitamente dividido: $R = 50\% - 50\%$, daí $R = 0$. Se o partido tem coesão máxima, $R = 1$. Coesão é diferente de disciplina ou lealdade. Um pouco dessa discussão” (VASSELAI, 2009:191)

maior parte das votações o PMDB votou dividido. O PMDB votou em média 67% para um lado e 43% para o outro nas decisões por voto nominal.

A segunda medida é a de disciplina do partido. Como apresentado no capítulo 2, o sistema político brasileiro leva os membros do partido a agirem de forma disciplinada, de acordo com as indicações do líder, e a fazer parte da coligação governamental, votando segundo a indicação do Executivo, o que acarreta inclusive em uma super agenda executiva no legislativo. O PMDB fez parte de todas as coligações estudadas por NEIVA (2011). No entanto, possui a média de votos acompanhando o líder do partido de apenas 80,4, valor este abaixo da média da Câmara dos Deputados, que foi de 89,3 em projetos enviados pelo Executivo. O índice de votação é bem superior às médias internacionais, devido às regras do legislativo brasileiro, mas é inferior aos outros partidos que compõem a base aliada do governo.

O dado da disciplina partidária apresenta duas características importantes do PMDB. A primeira é a adaptabilidade do partido ao governo em exercício. Independente se o partido é de corrente mais à esquerda ou à direita, o PMDB apresenta o seu apoio ao partido. O que volta a ressaltar a sua ideologia híbrida e sua característica de partido cartel, pois ele tem interesse de fazer parte dos governos em exercício. A segunda é a coexistência de membros do partido com mais ou menos proximidades com as designações do líder partidário.

5.4. O *modus operante* do PMDB

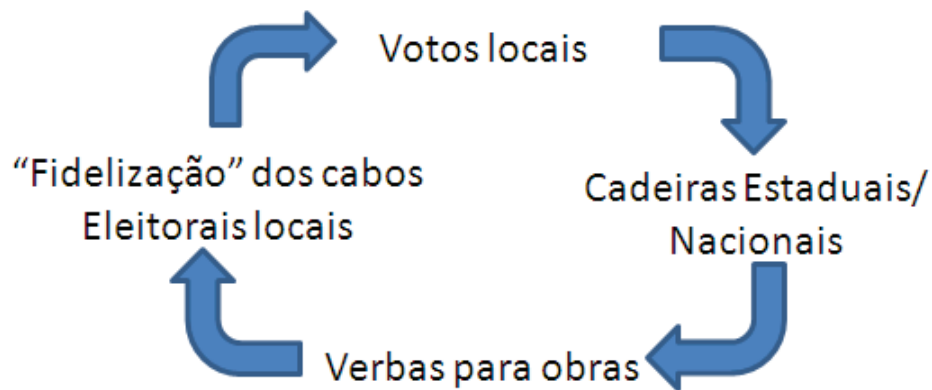
Para uma melhor elucidação sobre o *modus operante* do PMDB, serão utilizadas as bases territoriais locais para demonstrar como estas interferem nos resultados eleitorais do PMDB para os outros níveis da competição. Acredita-se que reside nessa capacidade de controle do executivo local a principal explicação para a manutenção do PMDB entre os principais

partidos do país. O PMDB conseguiu em sua trajetória manter uma grande base territorial e grandes puxadores de votos nos Estados.

O PMDB é conhecido por ser uma “federação partidária” e não um partido. As facções e partes dentro dele são um dos fatores que o impossibilita de lançar candidaturas ao principal cargo em disputa no país, a presidência, como destacado na seção sobre a disputa presidencial. O custo de unificar e apaziguar essas correntes e divergências internas é considerado alto demais pelos críticos do partido, o que leva o PMDB a assumir uma estratégia de buscar maximizar o seu número de cadeiras nos legislativos e governos subnacionais. Essa força o leva a ser convidado a compor o governo que se instala. Essa estratégia tem se mostrado eficiente se observarmos os últimos governos nacionais, que sempre tiveram o PMDB como parceiro de governança.

Ao manter suas bases municipais, que recebem as verbas negociadas pelos seus representantes nas esferas estaduais e nacionais, o PMDB consegue, a posterior, a sua manutenção no centro do jogo nacional e estadual. Com os recursos barganhados com as esferas governativas superiores, as bases locais são atendidas, mantendo-se assim fiéis os cabos eleitorais locais. Assim temos por completo o ciclo de “dependência eleitoral”, em que as bases locais são mantidas e garantem as campanhas das próximas eleições. Esquemáticamente, pode-se pensar no seguinte ciclo:

Figura 6: Modo de correspondência voto distritos locais - nacionais



Fonte: Adaptado de Meneguello, 1998.

Deve-se levar em conta também a “adaptação” ideológica e o eleitor modal. O PMDB é considerado um partido de ideologia híbrida (BAQUERO& VASCONCELOS, 2013), o que o faz na disputa eleitoral agir de forma a garantir a sua maximização de votos, com base em atitudes clientelistas. Ao diluir o seu discurso, o PMDB não se vê “comprometido” com nenhum ideal, o que lhe possibilita uma maior autonomia de ação. Em trabalho recente para a cidade de Belo Horizonte (MELO, 2010) demonstra que o pensamento dos eleitores e das lideranças partidárias do PMDB local são bastante próximos, o que permite que se levante a hipótese de que na realidade, durante o processo “adaptativo” do partido, o mesmo mirou no que DOWNS (1999) apontava como o melhor caminho para maximizar a votação.

Os fatores apontados acima – o enraizamento nacional do partido; a eficiência para transformar votos em cadeiras, o controle de ministérios e participação no governo e a adaptação - acarretam na manutenção da força do partido.

Apenas para demonstrar o funcionamento e a lógica do PMDB na disputa eleitoral, será realizada uma análise geo-espacial da votação do PMDB nos pleitos de 2000 (eleições municipais), 2002 (eleições nacionais), 2004 (eleições municipais), 2006 (eleições nacionais), 2008 (eleições municipais) e 2010 (eleições nacionais).

Para análise da votação para o Executivo Municipal, foram criadas *dummies* para os prefeitos eleitos do PMDB, a partir das variáveis do IPEA data "Partido do candidato a prefeito mais votado no primeiro turno" e "Partido do candidato a prefeito mais votado no segundo turno", para os anos de 2000, 2004 e 2008.

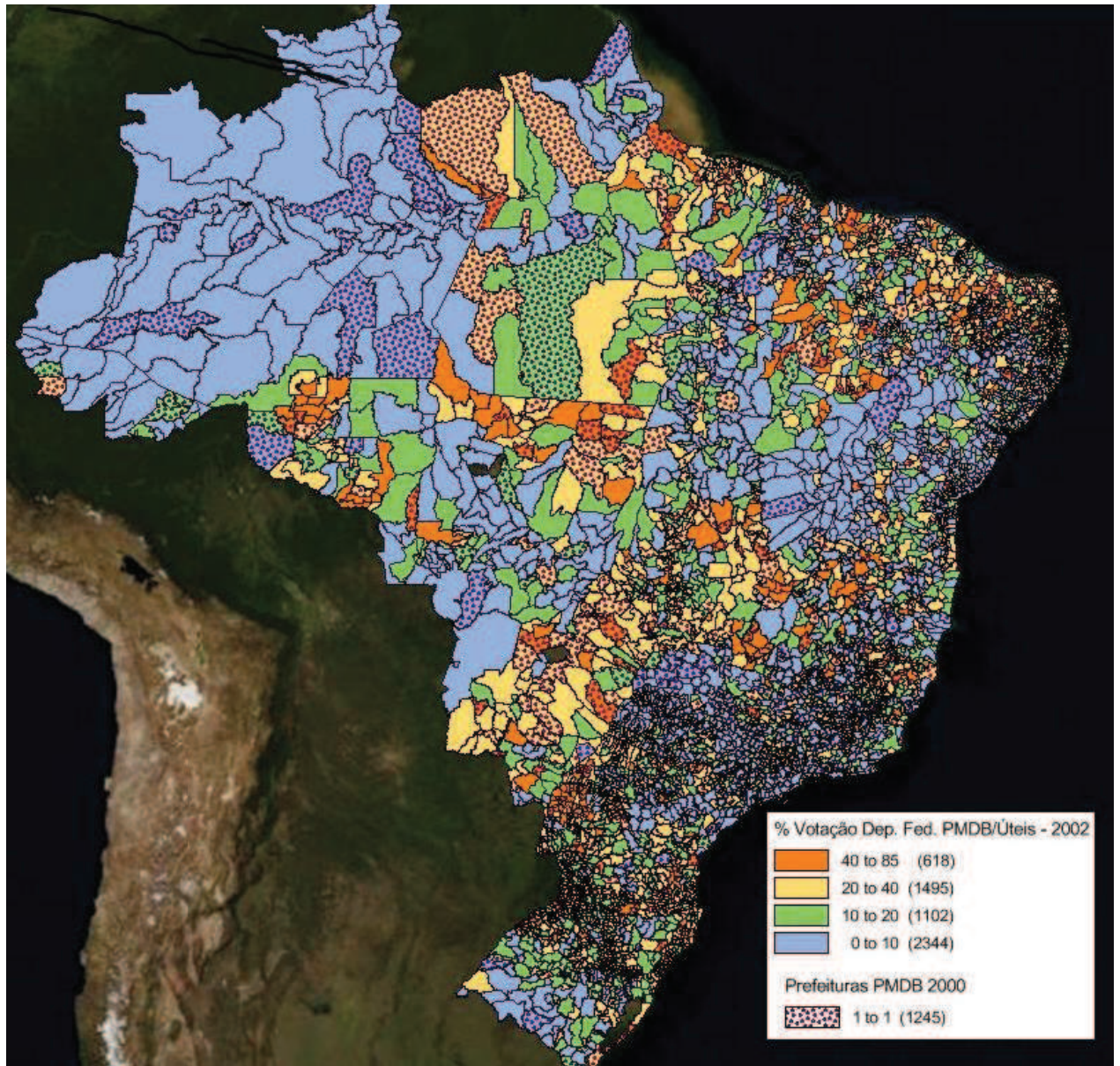
Para análise da votação para Deputado Federal, foram utilizados os percentuais de votos no PMDB a partir das variáveis do IPEA data "Votação do PMDB - deputado federal" e "Votos úteis - deputado federal" para os anos de 2002 e 2006. Foi realizada uma razão entre essas duas variáveis.

Quanto ao ano de 2010, os dados foram coletados diretamente no TSE, por unidade da federação. Em seguida, a base foi montada somente com a votação dos deputados federais nominais e votos de legenda, agregando-se esses votos por município e, em seguida, dividindo-os sobre o total de votos válidos do município.

Com base nas informações coletadas nos órgãos oficiais, foram gerados mapas⁴⁶ com auxílio do software Mapinfo Professional v11. Os mapas servirão para a visualização da distribuição dos votos do PMDB nas esferas analisadas, por pares de eleições. Ao final, é elaborada uma tabela de correlação entre os votos das eleições casadas, de modo a avaliar se existe dependência estatística entre esses votos. A Análise de Correspondência servirá para explicitar a relação entre a necessidade de se manter os distritos locais para a manutenção do poder nacional do partido.

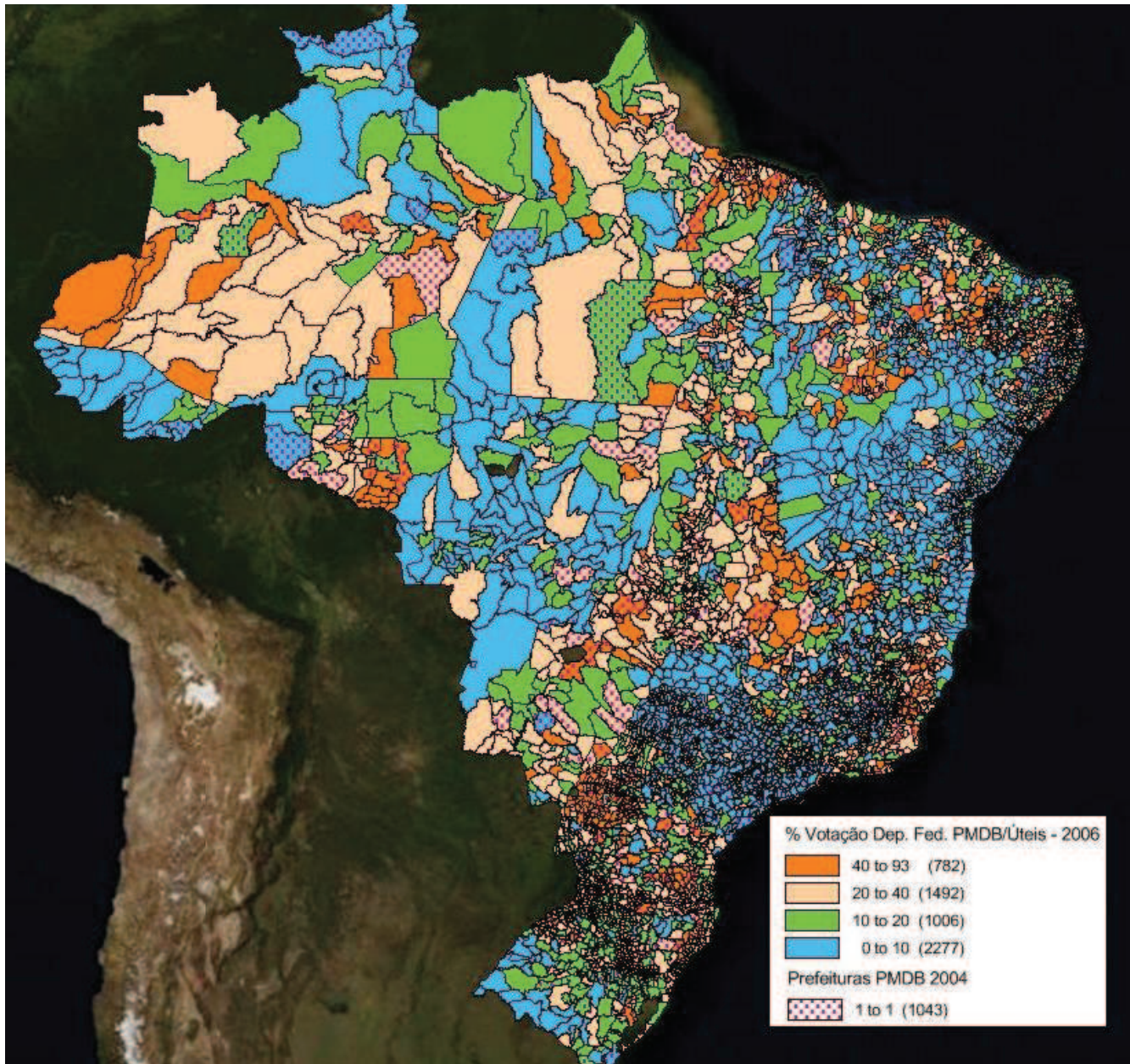
⁴⁶ Os dados foram tratados por Tiago Prata Storni (CEDEPLAR – UFMG), pesquisador do Grupo de Pesquisa Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral.

Mapa 1: Prefeitos PMDB 2000 e Deputados Federais 2002



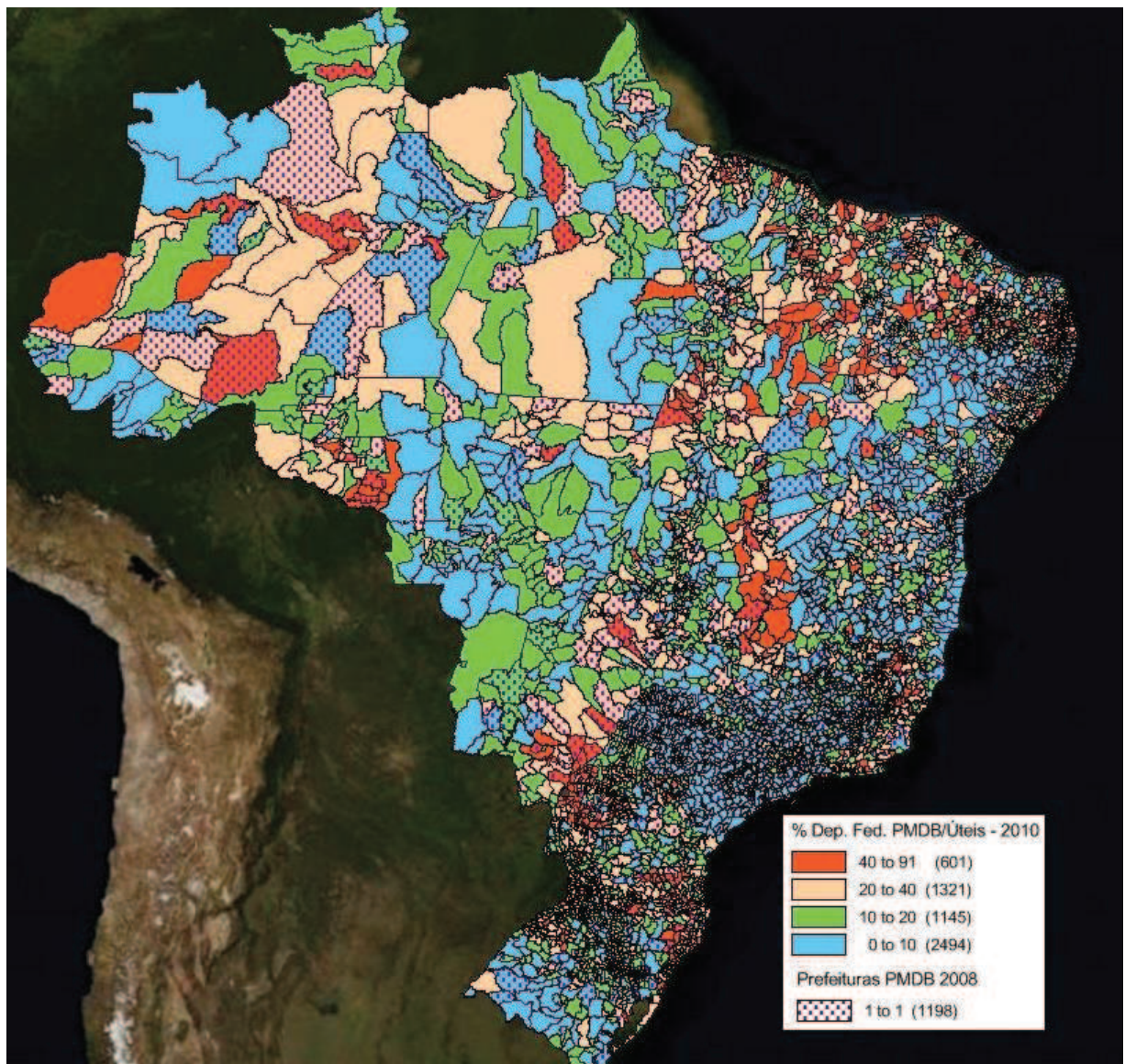
Fonte: TSE e IPEA data. Acessado 15/09/2012. Elaboração da figura pelo autor.

Mapa 2: Prefeitos PMDB 2004 e Deputados Federais 2006



Fonte: TSE e IPEA data. Acessado em 15/09/2012. Elaboração da figura pelo autor.

Mapa 3: Prefeitos PMDB 2008 e Deputados Federais 2010



Fonte: TSE e IPEA data. Acessado em 15/09/2012. Elaboração da figura pelo autor.

Os pares de correlação se mostraram positivos e significativos, indicando uma forte associação entre votos para prefeito do PMDB e a votação para deputado federal do partido na eleição seguinte, o que comprova a dependência do PMDB das suas bases locais para fazer conseguir a manutenção nas esferas nacionais e, com isso, conseguir a sua manutenção como uma das principais bancadas políticas em nível nacional. Isso demonstra a dependência do partido de suas prefeituras para a sua manutenção.

Tabela 26: Correlações entre Prefeituras do PMDB e o Percentual de Votação em Deputados Federais do PMDB por Município.

	Prefeituras2000 x Dep.Fed.2002	Prefeituras2000 x Dep.Fed.2002	Prefeituras2000 x Dep.Fed.2002
Correlação	0,222**	0,217**	0,228**
Municípios analisados	5559	5557	5561

**Significativo ao nível de 0,01

Os resultados reforçam a necessidade de bases locais para a manutenção da força política do PMDB, já que o partido não possui uma ideologia e/ou bandeira que seja capaz de unificar as suas bases ou o diferencia dos outros partidos frente à sociedade. Ou seja, como não possui consistência ideológica que lhe garanta votos, o PMDB necessita da realização de práticas clientelistas para a sua manutenção no poder. Para isso ele se utiliza de uma estratégia de manutenção no poder via municípios e estados, o que lhe garante uma grande bancada nos legislativos nacionais – conexão eleitoral demonstrada acima - o que lhe garante a presença no Governo Nacional - via ministérios – e possibilita a execução de políticas públicas para os municípios que governa. Já que como demonstrado por Souza (1998), Affonso (1996) e Afonso e Araújo (2000), a maior parte dos recursos para a execução de políticas públicas e investimentos está na mão do governo central. Ou seja, a proximidade com o mesmo é uma possibilidade maior de conquista de recursos para os seus municípios, o que por consequência leva à manutenção do partido no governo no local.

Apresentado o desempenho eleitoral do PMDB em todas as suas esferas de disputa, passar-se-á se ao estudo da base eleitoral do partido.

5.5. O PMDB nas bases

Esta seção apresenta informações sobre os eleitores identificados com o PMDB. Pretende-se verificar o perfil desses eleitores e se estes seguiram as orientações do partido nas eleições presidenciais de 2010, quando o PMDB disputou formando a chapa com o PT, lançando Michel Temer como candidato a vice-presidente. Ao final, será apresentada uma comparação entre o auto posicionamento do eleitor identificado com o PMDB na escala direita-esquerda e a auto localização dos Deputados Federais.

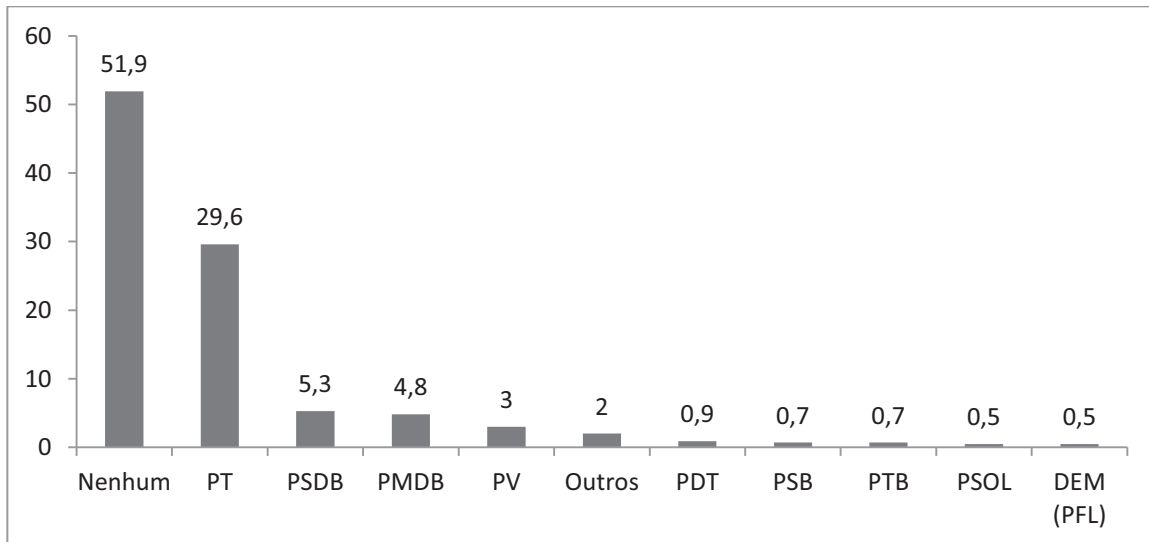
A base de dados corresponde à pesquisa nacional realizada pelo “Grupo de Pesquisa Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral”, em parceria com o Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas – IPESPE. Os questionários foram aplicados nos 1º e 2º turnos das eleições presidenciais de 2010 em todo o país. Foram entrevistados 3.000 eleitores em setembro, no primeiro turno, e outros 3.000 no segundo turno, em outubro. A margem de erro é de 3 pp. e o intervalo de confiança de 95%. Para a análise, será utilizada somente a base do primeiro turno.

5.5.1 A identidade partidária em 2010

O primeiro dado a ser observado é a distribuição da identificação partidária do eleitorado brasileiro, que pode ser visto no Gráfico 3⁴⁷.

⁴⁷O Sr (a) tem preferência ou simpatia por algum desses partidos políticos?

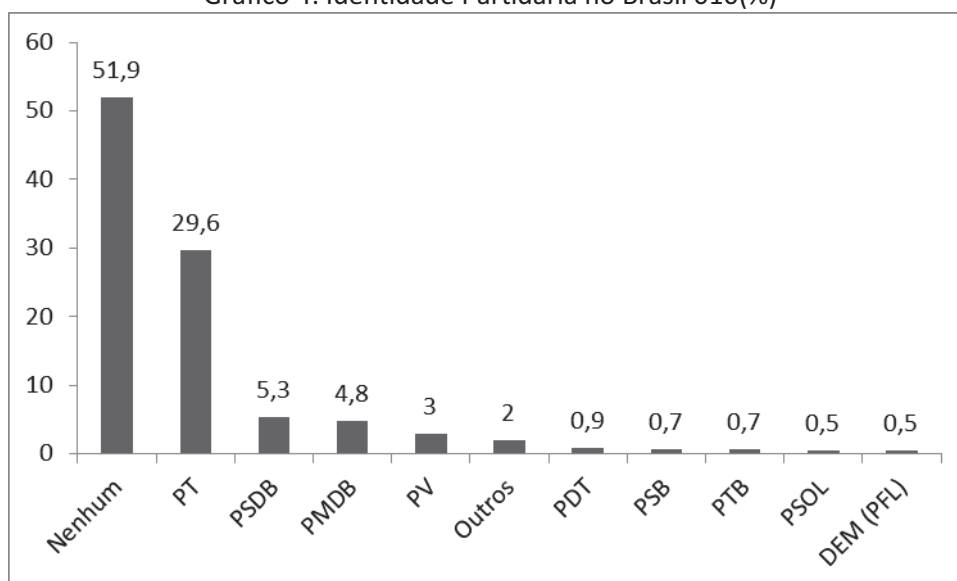
Gráfico 3: Identidade Partidária no Brasil entre os eleitores brasileiros 2010(%)



Fonte: Pesquisa “Eleições Presidenciais: Campanha, Emoção e Voto” - Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE) /Grupo de Pesquisa "Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral" (UFMG).

Como se pode notar, 51,9% do eleitorado brasileiro não apresenta identificação com partidos políticos. O PT é a legenda que possui o maior vínculo com os eleitores (29,6%), seguido de longe pelo PSDB (5,3%) e pelo PMDB (4,8%).

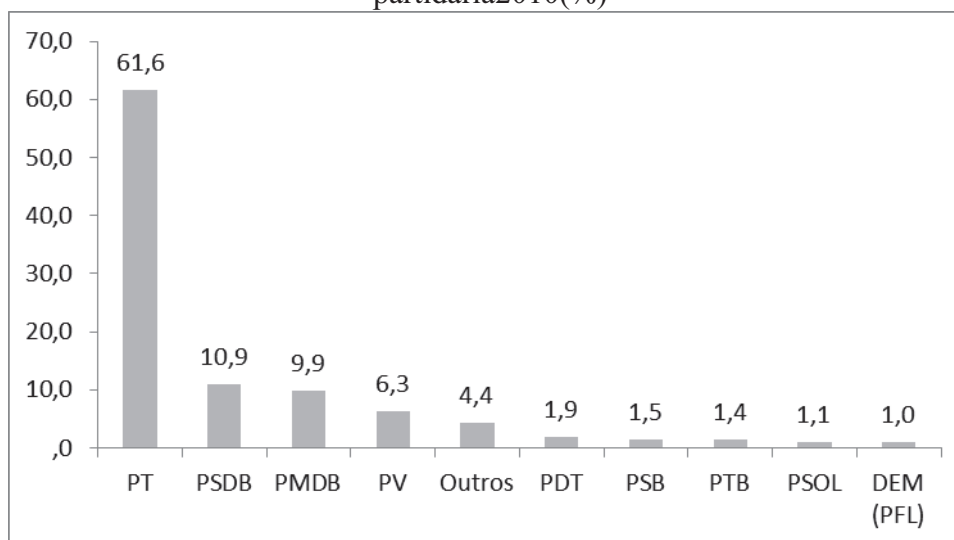
Gráfico 4: Identidade Partidária no Brasil 010(%)



Fonte: Pesquisa “Eleições Presidenciais: Campanha, Emoção e Voto” - Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE) /Grupo de Pesquisa "Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral" (UFMG).

No entanto, quando controlamos a preferência, somente pelos 49% dos eleitores que se identificam com os partidos, o PT alcança 61,6%, ao passo que o PMDB chega a 10% de preferência pelo eleitorado, como pode ser visto no gráfico 5.

Gráfico 5: Identidade Partidária no Brasil entre os eleitores que possuem preferência partidária 2010(%)



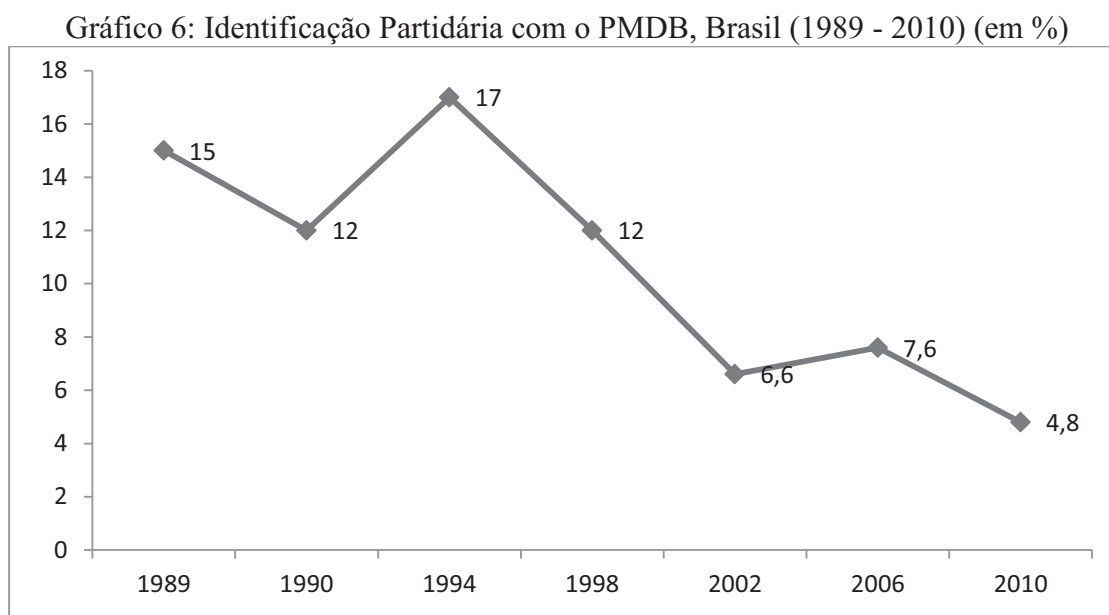
Fonte: Pesquisa “Eleições Presidenciais: Campanha, Emoção e Voto” - Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE) /Grupo de Pesquisa "Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral" (UFMG).

5.5.2. Perfil sócio demográfico dos eleitores identificados com o PMDB

Apresentada a preferência dos eleitores brasileiros, as seções seguintes irão se debruçar sobre o eleitorado que se identifica com o PMDB, que será denominado como “peemedebista”. A primeira informação diz respeito à evolução das preferências pelo PMDB ao longo dos anos 1989 a 2010. É importante ressaltar que as medidas de preferência partidárias correspondem aos anos em que ocorreram eleições presidenciais, o que pode interferir nas preferências, tendo em vista que os eleitores ficam mais expostos aos discursos partidários. Ao contrário do

esperado, Kinzo (2005) demonstrou que durante os anos de eleições para presidente, a preferência partidária nos país diminui.

O gráfico6 apresenta o percentual de eleitores identificados com o PMDB no intervalo de 1989 – 2010.



Fonte: Datafolha 1989, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006; Pesquisa “Eleições Presidenciais: Campanha, Emoção e Voto” - Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE) /Grupo de Pesquisa "Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral" (UFMG)2010.

O primeiro destaque é a enorme redução da preferência pelo PMDB entre 1989 a 2010. O partido era o favorito de 15% dos eleitores em 1989, eleições nas quais lançou candidato. No entanto, em 2010, somente 4,8% dos eleitores se identificam com o partido. O segundo destaque é quanto aos dois picos: o primeiro é em 1989 (15%) e o segundo em 1994 (17%), ano este em que foi lançado o Plano Real e FHC foi eleito presidente. Nesses dois períodos - 1989 e 1994 - o PMDB apresentou candidatas a presidente.

A ausência de candidatos próprios aos pleitos presidenciais, bem como a falta de nitidez programática do PMDB e a preferência por coalizões com distintos partidos em todos os níveis das eleições podem ter afetado a redução de seus vínculos com os eleitores:

[...] Uma situação de intensa fragmentação e falta de nitidez do sistema partidário em decorrência da prática de alianças eleitorais – para não mencionar a prática de governo de coalizão -, é difícil para o eleitor mediano fixar a imagem dos partidos, distinguir seus líderes e propostas e, assim estabelecer uma lealdade partidária. (KINZO, 2005:77).

A seguir é apresentado o perfil socioeconômico do eleitor identificado com o PMDB. Serão verificados o sexo, a idade, a escolaridade, a renda, a religião e a região do país. Como se sabe, a religião desempenhou um importante papel nas eleições de 2010, ocasião em que Marina da Silva teve parte do seu sucesso adquirido pelos seus vínculos com o grupo evangélico (TELLES *et all*, 2013).

Tabela 27: Dados Demográficos dos Eleitores Identificados com o PMDB 2010 (%)

Sexo	Masculino	49,3
	Feminino	50,7
Idade	16 a 24anos	14,6
	25 a 44 anos	41
	45 anos ou mais	44,4
Escolaridade	Sem escolaridade a Primário incompleto	0,7
	Primário completo a Ginásial completo	26,4
	Ginásial Completo a Ensino Médio Incompleto	25,7
	Ensino Médio Completo	38,9
	Superior incompleto a Pós-Graduação	8,4
Renda	Até 2 SM	58,7
	2-5 SM	34,1
	5-10 SM	5,8
	+ DE 10 SM	1,4
Religião	Católica	70,1
	Evangélico Pentecostal	20,8
	Outra Religião	2,8
	Sem Religião	6,3
Região	Norte	12,5
	Nordeste	29,2
	Sudeste	38,9
	Centro-Oeste	9,7
	Sul	9,7

Fonte: Pesquisa "Eleições Presidenciais: Campanha, Emoção e Voto" - Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE) /Grupo de Pesquisa "Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral" (UFMG).

O primeiro dado a se realçar é a distribuição quase uniforme entre os sexos dos identificados com o PMDB: 50,7% de mulheres e 49,3% de homens. Interessante notar o efeito geracional.

No que se refere à faixa etária, se observa uma maioria considerável de pessoas acima dos 45 anos: 44,4%. Esse eleitorado mais maduro pode sinalizar que os peemedebistas possuem na memória a imagem do MDB. Esse eleitor com 45 anos ou mais teve experiência com a transição política e pôde guardar a lembrança das lutas pela democracia e, inclusive, parte dele foi exposto ao regime autoritário.

O percentual de eleitores jovens identificados com o partido é reduzido, pois esse público não teve experiência com a luta pela democracia. Esta bandeira do PMDB não gera vínculos com esse público, e o envelhecimento do peemedebista pode vir a ser um problema para a sobrevivência eleitoral da sigla.

A próxima informação é a escolaridade. Observa-se que esta é a distribuição mais equânime, com baixo percentual de indivíduos nas pontas inferior (0,7%) e superior (8,4%) de escolaridade. O eleitor do PMDB possui uma escolaridade média, distribuída entre primário completo e ensino médio completo.

No que toca aos rendimentos, observa-se que a maioria absoluta é de baixa renda: 58,7% dos peemedebistas possuem renda de até 2 salários mínimos. Esse dado é bastante significativo, pois de acordo com a teoria psicológica, a identidade partidária seria fenômeno mais encontrado entre os eleitores com maior capacidade cognitiva e escolarizado (CONVERSE,2004). E, no Brasil, a renda está associada à escolarização.

A enorme concentração de eleitores pobres entre os estratos que se identificam com o PMDB, associado com o fato da identificação do partido ser maior entre os eleitores de faixa etária mais madura, pode sinalizar dois caminhos de análise: (1) o primeiro, é o de que o eleitor

reconhece no PMDB a imagem clássica de partido “defensor dos pobres”; (2) segundo, os eleitores se identificam com o PMDB em função de suas práticas clientelistas, considerando que cidadãos com menor renda são mais dependentes de políticas assistencialistas.

O próximo item demográfico que se deve dar destaque é quanto à religião dos eleitores. A grande maioria (70,1%) dos eleitores são católicos, seguido pelos evangélicos pentecostais (20,8%), depois dos que não têm religião (6,3%), e os que professam outras religiões (2,8%). Os valores são muito próximos dos presentes na distribuição da população brasileira. Segundo o CENSO (2010), 64,6% da população brasileira é católica, 22,2% da população é evangélica, 8% não possui religião e 5,2% pertencem às outras religiões.

No que toca à região dos eleitores peemedebistas, o partido está presente em todas as regiões do país, com destaque maior para os dois maiores colégios eleitorais brasileiros – sudeste (38,9%) e nordeste (29,2) –seguido pela região Norte (12,5%), Sul e Centro-Oeste, que possuem 9,7% cada. A presença do partido no SE e NE coincide com as regiões que possui o maior número de municípios do país. O partido é o que mais elege prefeitos em quatro das cinco regiões – com exceção do sudeste – do país (KERBAUY, 2009).

5.5.3. Orientações políticas e ideologia do eleitor peemedebista

Apresentado o perfil socioeconômico do eleitor peemedebista, pode-se dedicar à análise de seu retrato político. Foram selecionadas somente as variáveis de avaliação de governo, intenção de voto para presidente e auto posicionamento na escala direita-esquerda. Essa seleção é justificada pelo fato de que esta seção pretende verificar se o eleitor identificado com o PMDB guia sua decisão de voto de acordo com as orientações do partido.

A primeira variável é a avaliação de governo, pois de acordo com a teoria satisfacionista (FIORINA, 1978), a avaliação dos incumbentes leva o eleitor a votar retrospectivamente. Logo, a avaliação de governo precede a decisão do voto.

A Tabela 28 retrata a avaliação do governo pelos peemedebistas. A expectativa é a de que o eleitor avalie bem esse governo, já que o seu partido está na base governista. Parcelas significativas de lideranças do PMDB faziam parte da base de sustentação do governo Lula, que administrava o país na ocasião. Durante o segundo mandato de Lula, o PMDB teve postos ministeriais e ocupou a Presidência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Tabela 28: Avaliação do Governo Lula pelos Identificados com o PMDB (%)

Ótimo e Bom	Regular	Ruim e péssimo
76,4	18,1	5,6

Fonte: Pesquisa "Eleições Presidenciais: Campanha, Emoção e Voto" - Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE) /Grupo de Pesquisa "Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral" (UFMG).

Como apresentada pela tabela, a avaliação do governo Lula por parte dos peemedebistas foi altamente positiva – 76,4% o avaliam como ótimo ou bom. Nesse caso de avaliação positiva, como dito anteriormente, o esperado é que o eleitor peemedebista vote no candidato do governo por três razões: (a) o eleitor age como um juiz, e através do julgamento do desempenho de governo, daria seu voto ao candidato governista; (b) o PMDB se apresentava nos programas partidários como responsável pelos êxitos do governo; (3) o PMDB participava da chapa do candidato do governo e (4) o eleitor teoricamente segue as orientações de seu partido preferido. De acordo com a teoria psicológica, a identidade partidária é um forte preditor de voto. Nesse sentido, o esperado é que eleitores que se identifiquem com o PMDB votem na candidata Dilma Rousseff.

A Tabela 29 apresenta a intenção de voto dos eleitores identificados com o PMDB para o primeiro turno das eleições presidenciais de 2010.

Tabela 29: Intenção de votos para Presidente dos Eleitores Identificados com o PMDB (%) – 1º. Turno

Dilma	José Serra	Marina Silva	Eymael	Nulo	NS/NR
37,5	43,1	12,5	0,7	0,7	5,6

Fonte: Pesquisa “Eleições Presidenciais: Campanha, Emoção e Voto” - Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE) /Grupo de Pesquisa "Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral" (UFMG).

Como pode se observar na tabela 29, o eleitor identificado com o PMDB não é fiel às orientações do partido. A maior parte (43,1%) afirmou que iria votar na chapa de oposição, representada por José Serra (PSDB), e outros 12,5% votariam na candidata do PV, Marina Silva. Assim, se dependesse do peemedebista, a despeito da boa avaliação do governo e do apoio dado pelo partido, a chapa PT/PMDB seria derrotada, pois somente 37,5% dos peemedebistas declararam voto em Dilma Rousseff no primeiro turno das eleições.

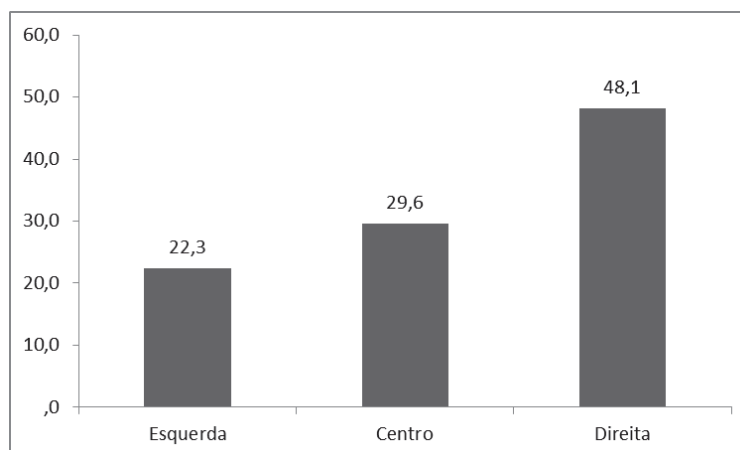
A última variável será a auto localização do eleitor no *continuum* direita-esquerda⁴⁸. Em primeiro lugar, serão apresentados os dados da distribuição do eleitorado brasileiro. A seguir, a auto localização do eleitor peemedebista e, finalmente, será realizada uma comparação entre a posição do eleitor nessa escala com a dos parlamentares do PMDB.

A escala de auto localização é complexa. Segundo Telles e Storni (2011), esse instrumento afere mais avaliação de governo do que ideologia. Nesse sentido, avaliações positivas de governo corresponderiam ao posicionamento de direita e, caso contrário, a auto localização à esquerda. E, ainda, somente o eleitor mais escolarizado sabe fazer distinção entre a posição de direita e esquerda, através dessa escala (CARREIRÃO, 2008).

⁴⁸Quando se fala de política se utilizam normalmente as expressões esquerda e direita. Nesse cartão há uma série de números que vão de 1 a 10, sendo 1 mais de esquerda e 10 mais de direita. Em qual posição o (a) Sr (a) se colocaria? (PEDIR AO ENTREVISTADO QUE INDIQUE A POSIÇÃO EM QUE SE COLOCARIA E CIRCULAR O NÚMERO CORRESPONDENTE).

O gráfico 7 apresenta a distribuição do eleitorado brasileiro em relação à auto localização na escala direita-esquerda.

Gráfico7: Auto localização direita – esquerda – Eleitorado Brasileiro⁴⁹
(2010) (%)



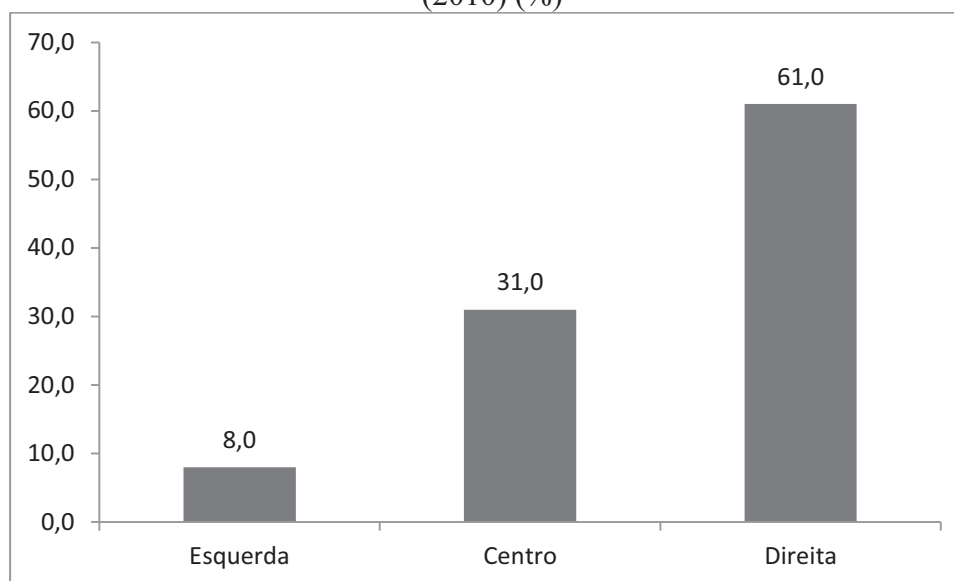
Fonte: Pesquisa “Eleições Presidenciais: Campanha, Emoção e Voto” - Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE) /Grupo de Pesquisa "Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral" (UFMG).

A maior parte do eleitor brasileiro se posicionou à direita (48,1%), seguido pelo centro (29,6%) e pela esquerda (22,3%). A média do auto localização do eleitorado é de 6,31, o que o caracterizaria como um eleitor de centro-direita.

A seguir, será observado o posicionamento do eleitor peemedebista.

⁴⁹A definição de esquerda é de quem se localiza entre os valores 1, 2 e 3; centro com os valores 4, 5 e 6; e a direita 7, 8, 9 e 10;

Gráfico8: Auto localização direita-esquerda – Eleitor identificado com o PMDB⁵⁰
(2010) (%)



Fonte: Pesquisa “Eleições Presidenciais: Campanha, Emoção e Voto” - Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE) /Grupo de Pesquisa "Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral" (UFMG).

A grande maioria dos eleitores peemedebistas (61%) se localizou à direita, seguido pelo centro (31%) e pela esquerda (8%). Ou seja,

Apresentados os dados sobre a auto localização do eleitor peemedebista, poder-se-á observar a comparação com os parlamentares da Câmara dos Deputados (53ª Legislatura – 2007 – 2011). A primeira coluna apresenta a média da auto localização do entrevistado – deputado ou eleitor; a segunda coluna apresenta em qual ponto médio o informante localiza o PMDB.

Tabela 30: Média de Auto Localização e Localização do PMDB, de acordo com opiniões dos deputados federais e identificados com o PMDB

	Auto – Localização	Localização do PMDB
Lideranças	4,79	5,79
Eleitores	7,1	7,48

Fontes: Pesquisa eleitores - Pesquisa “Eleições Presidenciais: Campanha, Emoção e Voto” - Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE) /Grupo de Pesquisa "Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral" (UFMG)e Elites - Centro de Estudos Legislativos UFMG. Projeto Representação Política e Qualidade da Democracia - Um Estudo das Elites Parlamentares da América Latina - Módulo Brasil (2009-2011) (FAPEMIG/CNPq/CAPES).

⁵⁰A definição de esquerda é de quem se localiza entre os valores 1, 2 e 3; centro com os valores 4, 5 e 6; e à direita 7, 8, 9 e 10;

Os peemedebistas se auto localizam em média claramente à direita (7,1), e localizam o PMDB também à direita (7,48). Isso pode significar que os peemedebistas são declaradamente de ideologia de direita, ou pode ser apenas um reflexo da avaliação de governo, que os levaria a confundir o conceito de “direita” com a participação no governo, conforme interpretação de Telles e Storni (2011). De qualquer maneira, seja por razões ideológicas ou conjunturais, o fato é que o eleitor identificado com o PMDB considera que existem semelhanças entre sua opinião e as opiniões emitidas pelo partido.

Os deputados do PMDB se auto localizam bem mais à esquerda do eleitorado (4,79) e situam o PMDB ao centro (5,79). Eles se posicionam a esquerda do eleitor e do partido. O destaque é o que a literatura denomina de “fenômeno da direita envergonhada” (MAINWARING et all, 2000; MELO e SANTOS, 2012,). Segundo essa tendência, os parlamentares sempre se colocarão a esquerda do partido ao qual se encontram vinculados.

Finalmente, nota-se que os peemedebistas situam o partido bem mais à direita que os parlamentares. Acredita-se haver duas explicações possíveis. A primeira que se remete à explicação anterior é a diferença de entendimento do que é ser de direita e de esquerda entre parlamentares e eleitores. A segunda é que devido à existência de uma ideologia híbrida no PMDB - que o faz agir de forma distinta na arena eleitoral da arena legislativa -, levaria a uma dificuldade para o eleitor interpretar as posições do partido.

Em síntese, pode-se afirmar que o eleitor identificado com o PMDB se situa mais à direita (ou mais governista, no conceito de Telles e Storni (2010), que a média do eleitorado brasileiro e dos deputados federais peemedebistas. Além disso, ele considera que o PMDB emite opiniões semelhantes às suas, e localiza o partido com posição bastante similar à sua própria, na escala direita-esquerda.

Embora o eleitor do PMDB tenha avaliado de modo bastante positivo o governo Lula, ele majoritariamente apoiaria os candidatos da oposição, embora o PMDB fizesse parte da chapa da situação. Nesse sentido, pode-se concluir que os vínculos do eleitor com o PMDB não orientaram sua decisão de voto, e que a princípio a avaliação retrospectiva positiva do governo Lula teve baixa capacidade preditiva para definir o voto do eleitor peemedebista.

Apresentada a face externa do PMDB, somadas as características da face interna presentes no capítulo 4 e a origem do partido presente no capítulo 3, pode-se no último capítulo desta dissertação apresentar a forma que o partido possui nos dias atuais para se manter no jogo político. Espera-se que com as características arroladas até aqui na dissertação responda a pergunta apontada no início do trabalho: Como o PMDB conseguiu permanecer como partido efetivo ao longo dos anos pós-democratização e de qual tipologia ele mais se aproxima na atualidade?

Conclusões - Mudar para continuar: de catch all a cartel

Apresentar a conclusão de uma dissertação com tantos dados não é uma tarefa simples. Este trabalho centrou seu esforço na análise do PMDB em todas as suas esferas: organizacional, governativa, legislativa, ideológica e eleitoral. Os dados arrolados durante todo o trabalho serão de grande importância para responder a pergunta posta no início do trabalho: Como o PMDB conseguiu permanecer como partido efetivo ao longo dos anos pós-democratização e de qual tipologia ele mais se aproxima na atualidade? Dever-se-ia analisar o PMDB no interior dos modelos clássicos, como um partido de quadros e de notáveis, ou deveriam ser buscadas as novas atualizações na literatura para interpretá-lo?

O PMDB tem a sua origem ligada ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), braço institucional de oposição ao regime militar que governou o Brasil de 1964 a 1985. Por ser um grupamento que acolhia todas as entidades e lideranças que faziam oposição ao Regime, o partido é composto por matizes diversas (KINZO, 1988). No entanto, ele possuía uma bandeira que os unificava e lhe dava uma “cara”, a busca pela democracia. (REIS, 1978; BENEVITES, 1986)

Com a consolidação da democracia, o PMDB perde a sua principal bandeira, torna-se uma federação de liderança e reduz seus vínculos psicológicos com o eleitorado. Isto o leva a um dilema, qual seja a de se organizar para manter a máquina e a sobrevivência do partido. A dissertação aqui presente buscou apresentar as informações que respaldaram as decisões estratégicas tomadas pelo partido, de forma a demonstrar a sua forma para que ele pudesse se manter no poder. Para se pensar estas mudanças deve se pensar o partido com as suas relações com a sociedade (função de representação), como formulador de governos, como estrutura de conversão de votos em cadeiras, como sistema político (características endógenas) e como membro de um sistema político (características ambientais).

A primeira característica que vai se rememorar é a sua relação com a sociedade. O MDB possuía uma bandeira perceptível: o retorno à democracia. Esta clareza facilitava a sua diferenciação no sistema bipartidário como legenda de oposição ao regime e também como o representante dos pobres (REIS, 1978). Essa identificação é um dos fatores responsáveis pelo seu crescimento eleitoral, que ocorreu a partir dos grandes centros urbanos. Durante todo o período do bipartidarismo, o MDB possuía bases eleitorais principalmente nas regiões mais desenvolvidas (LIMA JR, 1993), ao passo que a ARENA conseguiu dominar os estados situados nas regiões mais pobres do Norte e Nordeste.

Alcançado o objetivo de redemocratização, o PMDB enfrenta uma crise. A ausência de objetivos que unificassem as suas bases internas se refletiu gradualmente em suas bases eleitorais. Após as eleições de 1982, ocasião em que a legislação decretou o voto vinculado, o PMDB se envolve em coligações cada vez mais amplas e pragmáticas. Necessidade imposta pelas regras eleitorais brasileiras e de um ambiente político de descrédito da população com as instituições políticas.

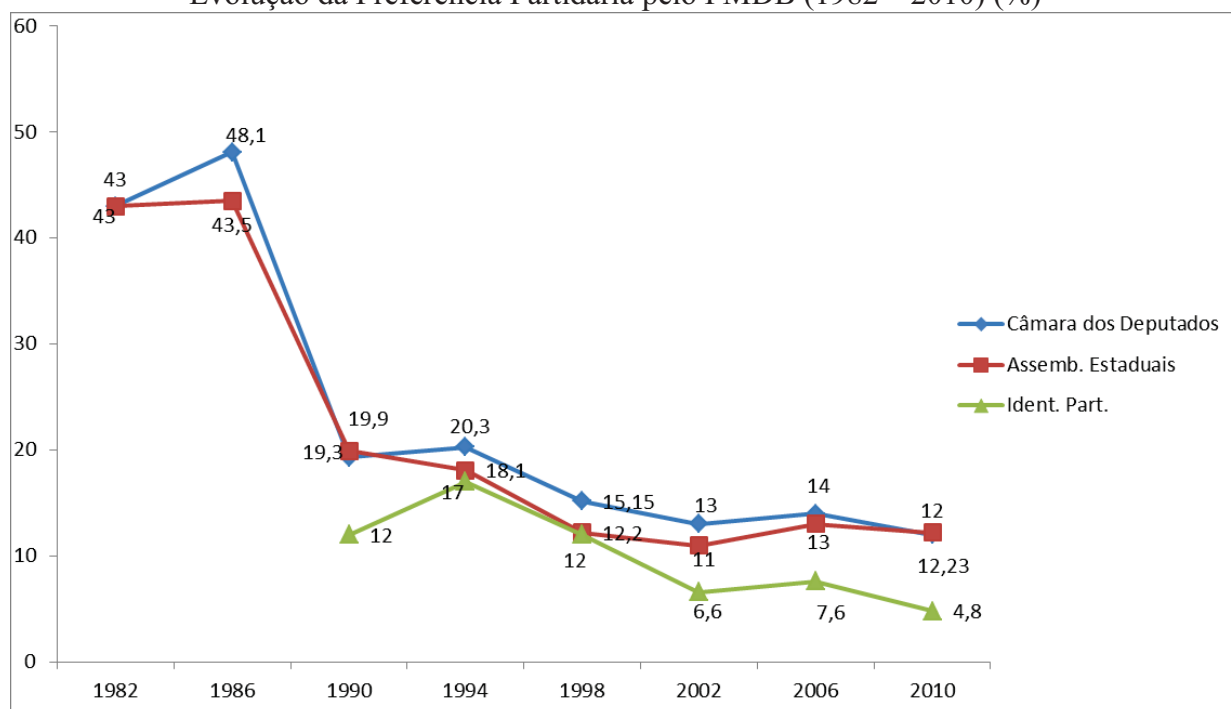
Assim, o partido é levado a buscar outras formas de se relacionar com a sociedade. Segundo as informações arroladas ele passa a realizar esta conexão via a execução de políticas públicas e com a ocupação de cargos públicos. Este é o primeiro indicio que o partido possui características de um modelo de partido cartel. Segundo Katz e Mair (2002) ao apresentarem as características que indicam a emergência de um partido cartel, apontam o distanciamento da sociedade e a proximidade com os governos como um forte indicador.

Quanto à existência do partido como máquina eleitoral, observa-se, que o partido continua com a sua força na Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas, bem como nas prefeituras e nos governos estaduais. Devido à sua de origem, em que foi composto por todos os grupos sociais, ele foi forjado com uma dinâmica partidária centrífuga o que o levou a ser

caracterizado como uma federação partidária. De forma que opta por atender às demandas regionais de suas lideranças, como forma a se garantir no poder. A manutenção destes vínculos locais é a base da manutenção do poder do PMDB. Com os dados geoespaciais, foi possível a confirmação da relação entre a votação local e a nacional.

O gráfico a seguir expõe a relação entre o crescimento eleitoral do PMDB e a evolução da identidade partidária. Ou seja, a relação entre o partido na relação com o eleitorado e como a existência do mesmo como maquina de conquista de votos.

Gráfico 9 : Número de votos para Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas e Evolução da Preferência Partidária pelo PMDB (1982 – 2010) (%)



Fonte: Datafolha 1989, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006; Pesquisa “Eleições Presidenciais: Campanha, Emoção e Voto” - Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE) / Grupo de Pesquisa “Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral” (UFMG). 2010;

Em primeiro lugar, os dados para identificação partidária somente foram encontrados a partir das eleições de 1989. Ainda assim, foram mantidos os resultados das eleições anteriores, entre 1982/1986, para demonstrar a queda eleitoral abrupta ocorrida entre 1982 a 1990. A partir de 1990, a votação do PMDB para as diversas esferas se mantém praticamente estável. No entanto, a identificação com o partido decresce ao longo das eleições. A literatura aponta que

os partidos políticos tendem a desenvolver ligações com a sociedade e a partir destas ligações alcançarem o sucesso eleitoral. O PMDB, ao contrario do que prevê a literatura, consegue se manter no centro do jogo político, mesmo perdendo o seu lastro com a sociedade. Qual a explicação para esta dissociação entre votação e vínculos partidários?

Acredita-se que esta explicação pode ser encontrada na adaptação da máquina do PMDB ao jogo político. Ele passou de um partido *catch all* programático em direção a um modelo de partido cartel, no qual a ocupação de cargos e as redes clientelares passam a ser mais relevantes para o seu sucesso eleitoral do que o vínculo programático e indenitários com os eleitores. Nota-se ainda, que este fenômeno e dissociação entre bases e partidos já foi encontrado nos partidos conservadores apontados por Mainwaring *et all* (2000). Segundo os autores os partidos conservadores se mantêm como a família partidária mais longeva do sistema político brasileiro devido as estas características. Ao dominarem a maquina clientelar do sistema político, eles conseguem elaborar políticas publicas que mantem o seu padrão de votação.

O PMDB manteve-se próximo a todos os governos que governaram o Brasil, independente de sua posição no espectro ideológico. O partido possui ministérios em todos os governos e compõe a maior parte dos governo – exceção para Governo Collor e o primeiro ano do Governo Lula. O seu poder se baseia na construção de grandes bancadas legislativas e domínio do poder nas esferas subnacionais do país – governos estaduais e prefeituras. O partido se mostra como um partido extremamente eficiente na conversão de cadeiras em votos, alcançando na maioria das eleições um maior percentual de cadeiras do que de votos. Como explicitado durante o trabalho à eficiência do partido em conversão de cadeiras se baseia na ocupação de cargos e no seu enraizamento no país. A ocupação de cargos garante ao partido a possibilidade de influenciar políticas publicas e emendas orçamentarias que

favoreçam as suas bases locais e a manutenção destas bases locais garante a sua expressão em nível nacional. O que fecha o ciclo de poder exercido pelo partido. Para fechar este ciclo o partido é levado a sempre participar dos governos, independentemente do espectro ideológico do governo em exercício.

Para melhor elucidar as diferenças entre o PMDB na origem e a sua atual configuração, o quadro a seguir compara as características do partido nos dois momentos no tempo. A comparação será a partir de 13 dimensões organizacionais, institucionais, territoriais e programáticas: origem, fonte de criação, liderança, desenho institucional, organização e dinâmica interna, bandeiras, programa, ideologia, base territorial, identidade partidária, destaques e, finalmente, o modelo do partido.

Quadro 11: Comparativo do PMDB na origem e nos dias atuais

	T1 - Origem	T2 - Atual
1. Origem	MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Frente de oposição ao Regime Militar. Homologação como Partido 1980.	
2. Fonte te criação	Intra-Legislativo.	Líderes locais fortes
3. Líder	Ulysses Guimarães	Não tem - o atual Vice Presidente (Michel Temer) é um líder que consegue dar algum grau de coesão a maquina
4. Desenho Institucional	Partido Fragmentado	Partido Fragmentado
5. Organização Interna	Grande número de grupos e líderes que disputam entre si os espaços e o poder. Conflitos intrapartidários. No entanto, se unem em torno da redemocratização	Grande número de caciques com poder decisório. . Membros com cargos eletivos possuem maiores poderes
6. Dinâmica Interna	Centrifuga	Centrifuga
7. Bandeiras	"Volta a Democracia" e "Partidos dos Pobres"	Nenhuma distinguível
8. Programa	Luta pelo retorno à democracia.	Amplo. Posições intermediarias nos eixos programático de valores e na relação mercado e Estado.
9. Ideologia	Indefinida, porém com algum grau de programa em torno da democracia.	Ideologia híbrida. Pragmático de centro. Os parlamentares se auto localizam ao centro
10. Base Territorial	Descentralizada. Mas, com forte presença nos centros urbanos. Penetração na Região Sudeste e Sul	Enraizado. Presença em 85% dos municípios
11. Identidade partidária	Principalmente a população urbana do Sul e Sudeste. Partido dos pobres Apoio de intelectuais de esquerda 15% de eleitores identificados com ele na primeira medição (1989)	Eleitores de baixa renda e mais velhos Partido dos pobres Perde o apoio dos intelectuais de esquerda 4,8% de identificação partidária Eleitorado posicionado à direita
12. Destaque nas eleições	Em 1982 governa estados que concentram 58% do Produto Nacional Bruto	Em 2010 conquista o posto de vice-presidente;
13. Modelo	<i>Catch all</i> programático	Em processo de cartelização

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mendoza e Oliveira (2001).

As informações presentes no quadro 11 são as arroladas, durante todo o trabalho, para responder a questão que guiou a sua construção. Antes de respondê-la é necessário uma análise detalhada de todas as informações colocadas acima.

O primeiro destaque é quanto a sua fonte de criação, presença de um líder e o desenho institucional do partido. Como já apresentado o PMDB tem uma origem parlamentar com a presença de vários líderes locais, com intenções e anseios diferentes. O que o caracteriza como uma federação de interesses locais. Esta afirmação é comprovado quando se olha pela inexistência de um líder que seja o “símbolo” do partido. Na sua atual configuração o partido possui uma serie de líderes fortes – está força se dá pela sua presença nos níveis locais – e o atual Vice Presidente da Republica, Michel Temer, que consegue manter o partido minimamente unido. A falta de uma liderança é um dos motivos que impossibilita o partido a se lançar na disputa da presidência.

O segundo bloco de indicadores que se deve analisar para o estudo do partido é a sua organização e dinâmica interna. A dinâmica interna do partido era e continua ser uma dinâmica centrífuga, na qual, não existe um polo forte de poder e sim o poder fragmentado. No entanto, onde antes era distinguível grupos de interesses hoje é existe a presença de caciques locais. E o que é agravado pela falta de um norte – a busca pela democratização no T1 – no atual partido.

A falta da bandeira que dava unidade ao partido, leva a um partido no atual momento muito mais “frouxo” ideologicamente e sem nenhuma característica que o distinga no sistema partidário. O que carreta em um programa partidário construído de forma bastante ampla, o que reforça esse viés de ser indistinguível quanto a um publico alvo que o partido se dirige. O que é reforçado pela sua elite política que se posiciona ao centro do espectro ideológico. O que o facilita migrar para cada um dos polos.

No que toca a sua base territorial de apoio e os eleitores que se identificam com o partido. Observa-se que o partido consegue um maior enraizamento em todo o território nacional (com presença em 85% dos municípios). Com maior presença em pequenos municípios, com um

eleitorado de mais baixa renda e de menor identificação com o partido. Este novo panorama aproxima seu eleitorado de um padrão de eleitorado mais à direita (ou mais governista, no conceito de Telles e Storni, 2010), próximo das características apontadas por Mainwaring *et al* (2000), do eleitor de um partido conservador. Além disso, ele considera que o PMDB emite opiniões semelhantes às suas, e localiza o partido com posição bastante similar à sua própria, na escala direita-esquerda . Embora o eleitor do PMDB tenha avaliado de modo bastante positivo o governo de Lula, ele majoritariamente apoiaria os candidatos da oposição, embora o PMDB fizesse parte da chapa da situação. Neste sentido, pode-se ainda concluir que os vínculos do eleitor com o PMDB não orientaram sua decisão de voto e que a princípio a avaliação retrospectiva positiva do governo Lula teve baixa capacidade preditiva para definir o voto do eleitor identificado com o PMDB.

Apesar de todas estas características que segundo a literatura (MAINWARING e TORCAL, 2005) levaram ao partido a uma redução no número de cargos políticos, o partido consegue se manter no poder e adicionar novos cargos sobre sua sombra. O que então explicaria a manutenção da força do PMDB em contrario a literatura, que diz que ao se perder identificação com a sociedade o partido tenderia a desaparecer.

Acredita-se que resposta pode ser encontrada no modelo de organização adotado pelo partido e nas escolhas estratégicas e políticas do PMDB, durante sua trajetória. Os dados nos fornecem indícios de que o partido, sabedor do declino dos vínculos identitários forjados por razões programáticas e ideológicas, construiu um modelo de organização cartelizada, baseada na ocupação de postos no governo federal e controle de administrações municipais que lhe garantem êxito em eleições futuras.

Para comprovar é necessário listar as características que norteiam os modelos partidários e comparar com o do antigo e do atual PMDB. A diferenciação entre um modelo e outro é feita

com base nos objetivos, programa, financiamento, programa e relação com o governo que os partidos adotam.

O primeiro ponto a ser comparado é quanto ao programa do partido. Teoricamente o partido catch all apresentaria um programa que visava a maximização de votos, enquanto o partido cartel teria um programa de reforço as ideias para garantir a governabilidade. O PMDB migra de um programa que possui uma bandeira clara que o identifique do eleitorado – a busca pela democracia – para um programa de ideologia mista, em que, o seu programa é “adaptável” ao governo em exercício. O que pode ser comprovado pela sua adesão aos governos de centro-direita e centro-esquerda que governaram o Brasil nos últimos 16 anos.

O segundo ponto de análise é quanto a sua relação com o governo. O PMDB em sua origem era um partido de oposição ao governo que visava com a busca de seu ideal lutar pela volta a democracia (BENEVITES, 1986). No atual momento, o partido faz parte de todas as coalizões que governaram o Brasil. Independente do espectro ideológico, o partido se coligou com o Governo. Outro dado é o número de coligações inconsistentes ideologicamente que o partido realiza (CARREIRÃO e NASCIMENTO, 2012). Com vista a garantir a sua manutenção de cadeiras.

O próximo critério de comparação é quanto aos objetivos do partido. O partido catch all estaria em busca da sua maximização de votos, a manutenção de um grande número de votos era o significado da manutenção do poder do partido. O modelo cartel, no entanto, estaria em busca da garantia do seu número de cargos e com estes cargos ele se manteria no poder. O PMDB sofre uma queda significativa no seu número de votos. Entretanto, ele alcança uma estabilidade em percentual de votação e cadeiras, o que garante a ele a sua cota de participação no governo. Ou seja, ele consegue se manter no poder com a melhor eficiência de

conversão de votos e cadeiras. O que, teoricamente, lhe garante a sua cota de patronagem e a sustentação da máquina partidária.

Finalmente, tem de se verificar o financiamento do partido. O tipo ideal de financiamento de um partido catch all seria o financiamento por grupo de interesses. Enquanto, o do modelo cartel seria de repasses feitos pelo Governo. O atual PMDB possui mais de 80% dos seus recursos provenientes do Fundo Partidário. O partido, devido às regras do Fundo Partidário, depende de sua manutenção em cargos eletivos para ter acesso aos recursos.

O PMDB soube optar por caminhos e selecionar estratégias que o fizeram se adaptar ao ambiente e, assim, ele conseguiu permanecer sempre nos governos. Como ressalta Reis (2002) as instituições são forjadas na disputa e no seu amadurecimento com o tempo.

Instituições políticas não se fazem por puro ato de vontade, nem da noite para o dia. Elas requerem o amadurecimento no embate político, a experiência de enfrentar e vencer desafios, a dimensão simbólica que só o transcurso do tempo, condição para o amadurecimento, pode propiciar. (REIS, 2002:4)

O partido que surge como um partido de um modelo que o colocava em consonância com o desejo da sociedade que era a busca pela democracia. Mas, com o decorrer da sua trajetória histórica ele encontra uma sociedade cada vez mais avessa aos partidos políticos e as instituições políticas. Também perde a sua bandeira ideológica que o diferenciava.

No entanto, com o decorrer da sua trajetória histórica ele é colocado em uma conjuntura que foi posta ao PMDB foi de redução de vínculos ideológicos com a sociedade e uma sociedade cada vez mais descrente com as instituições políticas. Por isso ele foi busca na adaptação da sua máquina partidária e do seu modelo partidário uma forma que o garantiria a sua permanência no poder. O partido que se autodenomina um partido de massa no seu programa na realidade é um exemplo de construção de um partido cartel.

O partido se mostrou um ser muito bem adaptado às necessidades a ele imposta a ele durante a sua trajetória. Ao estudar a “criatura” que ‘melhor’ se adaptou ao sistema de conversão de cadeiras e de manutenção no poder do sistema brasileiro, encontramos as chaves explicativas que nos permitirão uma melhor elucidação do processo de conversão de votos em cadeiras.

Acredita-se com esse trabalho ter contribuído com as explicações do porque o PMDB se mantém durante tanto tempo como o maior partido do sistema brasileiro e como as suas adaptações são essenciais para essa compreensão.

Referências Bibliográficas

ABRUCIO, F. L. **Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. Hucitec/USP. São Paulo. 1998.

AFFONSO , Rui. **Os municípios e os desafios da federação no Brasil**. São Paulo em Perspectiva. 10(3) 1996; p.p. 2 – 10.

AFONSO, José Roberto Rodrigues e Araujo, Erika Amorim. A Capacidade de gasto dos Municípios Brasileiros: arrecadação própria e receita disponível. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, n.4. p.35-53. abr. 2000.

ALCÁNTARA, Manuel. **Partidos Políticos en América Latina: Precisiones conceptuales, estado actual y retos futuros**. Edita: CIDOB edicions, 2004a.

_____: **La ideología de los partidos políticos latino-americanos**. Trabalho apresentado no Seminario de Investigación de Ciencia Política. Universidad de Salamanca, 2004b.

ALCÁNTARA, M; FREIDENBERG, F. **Partidos Políticos de América Latina: cono sur**. Ediciones Universidad Salamanca, 2001.

ALDRICH, John H. **Why Parties? The origin and transformation of political parties**. In: _____ America University of Chicago Press, 1995.

AMES, Barry. **The deadlock of democracy in Brazil**. Ann Arbor, The University of Michigan Press. 2001.

AMORIM NETO, Octavio. **Gabinetes Presidenciais, Ciclos Eleitorais e Disciplina Legislativa no Brasil**. Dados vol.43 no.3 Rio de Janeiro, 2000.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de Survey**. Editora UFMG, 1999.

BAQUERO, M. e VASCONCELOS, C. **Crise de representação política, o surgimento da antipolítica e os movimentos antipartidarismo no Brasil**. Trabalho apresentado no V Encontro do COMPOLITICA. 2013.

BAQUERO, Marcelo; Linhares, Bianca de Freitas, 2011. Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti) partidária e possíveis saídas. **Revista Debates**, Porto Alegre, 5, n.1: 89-114.

BENEVIDES, Maria Victória. Ai que saudade do MDB!. **Lua Nova**. v.3 no. 1 São Paulo, SP. 1986.

BEER, Samuel H.. **British Politics in the Collectivist Age**. New York: Random House. 1965.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.

BOHN, S. R.; FERREIRA, D. P. A volatilidade eleitoral nos estados sistema partidário e democracia no Brasil. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), v. 17, p. 187-208, 2009.

CAMARGOS, Malco. **Do Bolso para as Urnas. A Influência da Economia na Escolha entre Fernando Henrique e Lula, 1998.**Dissertação apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ - RJ. 1999.

CAMPBELL, A.; CONVERSE, P.; MILLER, W. & STOKES, D.. **The American Voter.** NY, Wiley. 1960.

CARDOSO, F. H.. Os Partidos Políticos e a Participação Popular. In: _____ FLEISCHER, D. (org.). **Os partidos políticos no Brasil.** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981. Vol.2.

CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolívar (orgs.). **Os partidos e as eleições no Brasil.** Rio de Janeiro, Paz e Terra / CEBRAP. 1975

CARREIRÃO, Yan de Souza e KINZO, Maria D'Alva. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002). **Dados**, 47 (1): 131- 168. 2004.

CARREIRÃO, Y. S. e NASCIMENTO, F.P. As coligações nas eleições de 2010 para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual no Brasil. **Teoria & Pesquisa**, v. 21, p. 1-19, 2012.

CARREIRÃO, Y. S.**A Decisão de Voto nas Eleições Presidenciais Brasileiras.** 1. ed. Rio de Janeiro / Florianópolis: Editora da FGV / Editora da UFSC, 2002.

_____: A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. **Revista de Sociologia e Política.** Curitiba, PR, p. 179-194, 2004.

_____:Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. **Opinião Pública.** Campinas, SP. v. 13, p. 307-339, 2007.

CASTRO, Mônica M.M. de. **Determinantes do Comportamento Eleitoral: A Centralidade da Sofisticação Política.** Tese de Doutorado, IUPERJ. 1994

CHEIBUB, J. A.; FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F.. Partidos Políticos e Governadores como determinantes do comportamento legislativo na Câmara dos Deputados. **Dados** ,Rio de Janeiro., v. 52, p. 263-299, 2009.

CONVERSE, Philip. The nature of belief systems in mass publics. In: _____ JOST, John & SIDANIUS, Jim (eds). **Political psychology: key readings.** New York, Psychology Press. p. 181- 199. 2004.

DELGADO, Tarcísio. **A história de um rebelde: 40 anos, (1966 – 2006).**Fundação Ulysses Guimarães, 2006.

DIX, Robert H. **Cleavage Structures and Party Systems in Latin America**. *Comparative Politics* 22, 1 (October): 1989:23–37

DOWNS, Anthony. **Uma teoria Econômica da Democracia**. São Paulo, São Paulo: EDUSP, 1999.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. São Paulo, SP: Zahar, 1980.

EPSTEIN, Leon. **Political Parties in Western Democracies**. New Brunswick/London: Transaction Books, 2nd, 1982.

ESTATUTO DO PMDB. Disponível em: <<http://www.pmdb.org.br>>. Último acesso em 10 de junho de 2013.

FERREIRA, D. P. **PFL x PMDB: Marchas e contramarchas**. Goiânia: Alternativa, 2002

FERREIRA, Denise Paiva e RIBEIRO, Pedro Floriano. “O voto e a máquina: as trajetórias de implementação local de PT e (P) MDB em perspectiva comparada”. In: _____ BAQUERO, M. e CREMONESE, D. **Eleições Municipais de 2008: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro**. Ijuí: Editora Ijuí, 2009.

FIGUEIREDO, A. & LIMONGI, F. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. São Paulo: FGV, 1999.

_____: Instituições Políticas e Governabilidade. Desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. In: _____ MELO, Carlos R. & SAEZ, Manuel A. **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2007.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto: democracia e racionalidade**. Belo Horizonte, Editora UFMG. 2008.

FIORINA, Morris P. Economic Retrospective voting. In: _____ **American national elections: a microanalysis**. *American Journal of Political Science*, v. 22, no. 2, p.426-443. 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: Introdução ao estudo da filosofia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUNTHER, Richard and DIAMOND, Larry. Species of Political Parties: a new tipology. **Party Politics**, 9 (2), pp. 167-199. 2003.

HIBBING, John R. Legislative careers: why and how we should study them. In: _____ LÖWENBERG, Gerhard; SQUIRE, Peverill; KIEWIET, D. Roderick. **Legislatures: comparative perspectives on representative’s assemblies**. Ann Arbor: Michigan Press, 2002.

HUNTER, W. e POWER, T. Recompensando Lula: poder executivo, política social e as eleições brasileiras de 2006. In: _____ MELO, C. R. e SÁEZ, M. A. **A Democracia Brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

HUNTINGTON, Samuel. **A Terceira Onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo, Ática. 1994.

KATZ, Jonathan N; SALA, Brian. Careerism, Committee Assignments, and the Electoral Connection. *American Political Science Review* **90**, 1996: 21-33.

KATZ, R. S. and MAIR, P. **How parties organize: change and adaptation in party organizations in Western democracies**. London; Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications, 1994.

KATZ, Richard e KOLODNY, Robin. Party Organization as an Empty Vessel: Parties in American Politics. In: _____ Katz and Mair (org.), **How Parties Organize**. Sage Publications. 1994.

KATZ, R. and MAIR, P. (2002). The Ascendancy of the Party in Public Office: party organization change in twentieth-century democracies. In: _____ Gunther, Monteiro & Linz (orgs.). **Political Parties – old concepts and new challenges**. Oxford U. Press.

KECK, Margaret. PT, **A Lógica da Diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo, Ática. 1991.

KENNEDY, Fiachra, LYONS, Pat, FITZGERALD, Peter. Pragmatists, Ideologues and the General Law of Curvilinear Disparity: The Case of the Irish Labour Party. *Political Studies*, **54**: 786-805, 2006.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Legislativo Municipal, Organização Partidária e Coligações Partidárias**. Texto apresentado no XXXII Encontro Nacional da ANPOCS, GT 21: Estudos Legislativos, Caxambu, 2008.

_____: As Eleições Municipais De 2008: Federações Partidárias ou Partidas Nacionais. **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 15-33, jan./jun. 2009.

KINZO, Maria D'Alva. Os Partidos No Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *RBCS*, vol.20, nº57: pág. 65-81, 2005.

_____: **Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966/1979)**. São Paulo, SP: Vértice, 1988.

_____: O quadro partidário e a Constituinte. In: _____ LAMOUNIER, B. (org.). **De Geisel a Collor: o Balanço da Transição**. São Paulo, Editora Sumaré, 1990.

_____: Opposition Politics in Brazil: The Electoral Performance of the PMDB in São Paulo. *Bulletin of Latin American Research*, v. 3, n. 2, 1984, pp. 29-45.

KITSCHOLT, Herbert. The Internal Politics of Parties: The Law of Curvilinear Disparity Revisited. *Political Studies*, 37 (3): 400-421, 1989.

_____: Linkages between citizens and politicians in democratic polities. *Comparative Political Studies*, v. 33, No. 6/7, August/September. pp. 845-879. 2000

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 7. 1966; 2012

KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (Orgs.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro: KonradAdenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

LAMOUNIER, B. & MENEGUELLO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática**. São Paulo: Brasiliense. 1986

LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. Political parties and political development. In: _____ CHARLOT, Jean. **Os partidos políticos**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

LAVAREDA, Antônio. Governos, Partidos e Eleições segundo a Opinião Pública: O Brasil de 1989 Comparado ao de 1964. **Dados**, vol. 32, no 3, pp. 341-362, 1989.

_____: A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ. 1991/1999.

_____: **Emoções Ocultas e Estratégias Eleitorais**. Ed. Objetiva, São Paulo, SP. 2009.

LAVAREDA, Antônio; TELLES, Helcimara de S. (orgs.) **Como o eleitor escolhe seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais**. São Paulo: Editora FGV, 2011.

LIMA, Felipe. **Candidatos à reeleição versus concorrentes: a competição eleitoral nas eleições legislativas no Estado de Minas Gerais em 2010**. Dissertação defendida no Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFMG. 2010.

LIMA, Maria Solange. **Análise do sistema partidário brasileiro: a evolução das bancadas parlamentares na década de 90**. Monografia apresentada no curso de Especialização em Gestão Legislativa. Disponível em: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. 2005.

LIMA JUNIOR, O. B. **Partidos Políticos Brasileiros: 1945-1964**. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1983.

_____: Verbete MDB. In: _____ **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil**. Fundação Getúlio Varga. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. 1993.

LINZ, Juan. Presidential or parliamentary democracy: does it make a difference? . In: _____ LINZ, J. e VALENZUELA, A. **The failure of presidential democracy: the case of Latin America**. Baltimore, John Hopkins University. 1994.

LIPJHART, Arendt. **Modelos de Democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003

LIPSET, S. and ROKKAN, S. “Cleavage Structure, Party Systems and Voter Alignments”. In: _____ **Party System and Voter Alignment**. The Free Press, 1967.

MAINWARING, S & SCULLY, T. Party Systems in Latin America. In: _____ MAINWARING, S & SCULLY, T.(eds.). **Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America**. Stanford, CA: Stanford University, 1995. pp. 1-34.

MAINWARING, S. e TORCAL, Mariano. **Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização**. Opinião Pública, XI (2).2005.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy. **Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases**. São Paulo: Paz e Terra. 2000.

MAINWARING, S. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 1998/2001.

_____: Party Systems in the Third Wave. **Journal of Democracy**. V. pp. 67-8

MAIR, Peter .Changing Models of Party Organization and Democracy: the emergence of the Cartel **Party Politics**, 1. 1995.

_____: Os partidos políticos e a democracia. **Análise Social**, vol. XXXVIII (167), pp. 277-293. 2003.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** 29. 1995, pp. 5-34.

MAY, John. Opinion Structure of Political Parties: The Special Law of Curvilinear Disparity. **Political Studies**, 21 (2): 135-151. 1973

MAYHEW, David R. **Congress: The Electoral Connection**. New Haven, CT, Yale University Press. pp. 13-77. 1974

MEDEIROS, D.B., FREITAS. A.M., IZUMI, M.Y. **Coalizões e Comportamento Legislativo No Brasil (1988-2010)**. Trabalho apresentado no III Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 22 a 26 de abril de 2013.

MEIRINHO, Manuel. Os Partidos como empresas eleitorais: uma breve referência ao caso português. **Revista de Ciências Sociais e Políticas**. Lisboa, Portugal, nº2. Setembro de 2011.

MELHEM, C. **Política de botinas amarelas: o MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988**. São Paulo: Hucitec / DCP – USP, 1998.

MELO, C. R e SANTOS, M. L. **O que informa a ideologia? Uma análise de deputados e partidos no legislativo brasileiro**. Apresentado no 8º Encontro da ABCP. Gramado, 2012.

MELO, C. R. e CÂMARA, R. Estrutura de Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. **Dados**, v.55, n. 1, 2012, pp.71-117.

MELO, Carlos Ranulfo. **O PT e a democracia**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, datilografado. 1994

- _____: Partidos e Eleições em Belo Horizonte. **Teoria e Sociedade**, v.2, pp. 214-135. 1997.
- _____: Eleições Presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.4. Brasília, Julho-Dezembro de 2010.
- _____: Os Partidos e as Eleições Presidenciais No Brasil. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.2, n.6, p. 6 -11, junho. 2010.
- MELO, Paulo Victor T. P. e SILVA, Érica Anita. **A propaganda política fora do “tempo da política”**. Trabalho apresentado no V Encontro do COMPOLITICA. 2013.
- MELO, Paulo Victor Teixeira P. **A Lei da Disparidade Ideológica Curvilínea dos Partidos Políticos: O PMDB de Belo Horizonte**. Monografia de conclusão de curso. UFMG, 2010.
- _____: (P)MDB: De rebelde a status quo. **Revista Eletrônica de Ciência Política**. v.2 n.2, p.159-173, 2012.
- _____: Partidos, políticas, ministérios e manutenção no poder: uma reflexão sobre o PMDB. **Paper apresentado no 6º Encontro da ABCP**, Gramado, 2012.
- MÉNDEZ, Mónica, SANTAMARÍA, Julián. La ley de la disparidad ideológica curvilínea de los partidos políticos: el caso del PSOE. **Revista Española de Ciencia Política**, v.4: 35-69, 2001.
- MENDONZA, Carlos Enrique Guzmán; OLIVEIRA, Ermício Sena. Brasil. In: __SÁEZ, M. A & FREIDENBERG, F. **Partidos Políticos de América Latina: Cono Sur**. Salamanca, Espanha. Ediciones Universidad Salamanca, 2001.
- MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido**, 1979-1982. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1989.
- _____: **Partidos e governos no Brasil contemporâneo, (1985-1997)**. São Paulo, Paz e Terra. 1998.
- MEZZARROBA, O. **O Partido Político no Brasil: teoria, história, legislação**. Joaçaba: UNOESC, 1995.
- MIRANDA, Geralda Luiza de. Coligações: Tendências e Racionalidades nas Eleições Federais e Majoritárias Estaduais (1990-2010). **Aprovado para sair na Revista de Sociologia e Política**. 2013.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (1999), **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- NEIVA, Pedro Robson Pereira. Disciplina Partidária e apoio ao Governo no Bicameralismo Brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, Nº 39: 183-196. 2011.

NICOLAU, Jairo. **Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94)**. Rio de Janeiro, FGV. 1996

_____: Os índices mais utilizados nos estudos eleitorais. In: _____ Nicolau, J. **Sistemas Eleitorais**. Ed. FGV. 2010.

_____: Como Controlar o Representante? Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 2, 2002, pp. 219 a 236.

_____: **Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____: **Dados eleitorais do Brasil (1982-1996)**. Rio de Janeiro, Revan/ UCM, 1998.

NORRIS, Pippa. May's Law of Curvilinear Disparity Revisited: Leaders, Officers, Member and Voters in British Political Parties. **Party Politics**, 1 (1): 29-47. 1995.

OPAL. **Observatório de Partidos Políticos de América Latina**. <<<http://americo.usal.es/oir/opal/index.htm>>>. Acessado pela última vez em 20/06/2013.

PALERMO, Vicente. Como se Governa o Brasil? O Debate sobre Instituições Políticas e Gestão de Governo. **Dados**. vol.43 no.3 Rio de Janeiro 2000

PANEBIANCO, Ângelo. **Modelos de Partido**. São Paulo, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PIZZORNO, Alessandro. **I Soggettidel Pluralismo: classi partito sindacati**. Bologna, Il Mulino.1980

PERISSINOTTO, Renato Monseff e MIRÍADE, Angel. Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006. **Dados**. Rio de Janeiro, Vol. 52, no 2, 2009, pp. 301 a 333.

PEREIRA, C. ; RENNO, L. R. O Que é que o reeleito tem? O retorno: O Esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. **Revista de Economia Política**,v. 27, p. 664-683, 2007.

PERES, Paulo Sérgio (2002). Sistema partidário e instabilidade eleitoral no Brasil. In: _____ PINTO, Celi Regina Jardim e SANTOS, André Marengo (orgs). **Partidos no Cone Sul**. Porto Alegre: Konrad-Adenauer, p. 13-45.

PROGRAMA DO PMDB. Disponível em: <<http://www.pmdb.org.br>>. Último acesso em 10 de junho de 2013.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e socialdemocracia**. Cia. das Letras, São Paulo, SP. 1989.

_____: A social-democracia como fenômeno histórico. **Lua Nova**,n.15 São Paulo, SP. 1988

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia**. Rio de Janeiro, RJ, FGV. 1996

RABELLO, Maurício Michel. **A fragmentação partidária no Brasil: visões e tendências**. Trabalho apresentado no 36º Encontro Anual da ANPOCS. 2012.

RAE, Douglas. **The Political Consequences of Electoral Laws**. New Haven, Yale University Press.1967.

REIS, Fábio Wanderley. **Os Partidos e o Regime: A logica do processo eleitoral brasileiro**. Edições Símbolo. 1978.

_____: **O Tempo Presente: do MDB a FHC**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2002.

RENNÓ, Lucio R. ; Hoepers, Bruno . Voto estratégico punitivo: transferência de votos nas eleições presidenciais de 2006. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, SP, p. 141-161, 2010.

_____: Validade e confiabilidade das medidas de confiança interpessoal: o barômetro das Américas. **Dados**. Rio de Janeiro, RJ, v. 54, p. 391-428, 2011.

ROHDE, D.; ALDRICH,J. Consequences of Electoral and Institutional Change: The Evaluation of Conditional Party Government in the U.S. House of Representatives. In: _____ **New Directions in American Political Parties**, edited by Jeffrey M. Stonecash), pp. 234-250, Routledge.2010.

ROMA, Celso. “Pragmatismo e ideologia: analisando as decisões das lideranças do PSDB”. In: _____ TELLES, Helcimara de Souza; LUCAS, João Ignácio. **Das Ruas às Urnas: partidos e eleições no Brasil contemporâneo**. Caxias do Sul: EducS, 2003. p. 49-78.

_____: Organizacionais de Partido en Brazil: El PT y El PSDB bajo perspectiva comparada. **América Latina Hoy**, 44: 153-184, 2006.

RUIZ, Leticia M. **La coherencia de los partidos políticos. Estructuración interna de la élite parlamentaria latinoamericana**. Tese de doutorado apresentado ao Departamento de Derecho Público General da Universidad De Salamanca, 2003.

RUIZ, Leticia e OTERO, Patricia. Indicadores de partidos y sistemas de partidos. **Cuadernos Metodológicos**, Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS). Madrid. *no prelo*.

SANTOS, F. **O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Sessenta e quatro: anatomia da crise**. São Paulo, Vértice, 1986.

_____: **Crise e Castigo**. São Paulo, Vértice, 1987.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Ed. Universidade de Brasília. Brasília, DF: UNB, 1976.

SCARROW, S. The nineteenth-century origins of modern political parties: the unwanted emergence of party-based politics. In: _____ Katz and Crotty (eds.), **Handbook of political Parties**.2006.

SCHMITT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro, Zahar.2000.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SEILER, Daniel-Louis. **Os Partidos Políticos**. Ed. Universidade de Brasília. Brasília, DF. 2000.

SINGER, André. **Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994**. São Paulo, Edusp. 1998.

SOARES, G. A. D. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 17, p. 95-124.1964.

SOCORRO, M.; PIMENTEL, J. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 17, nº 2, Novembro, 2011, p.271-303.

SOUZA, Celina. Intermediação de Interesses Regionais no Brasil: O Impacto do Federalismo e da Descentralização. **Dados**, v. 41 n. 3 Rio de Janeiro, 1998.

TAROUCO, G. S. **Ênfases programáticas, identidade e atuação partidária**. Trabalho apresentado no IV Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2004, Rio de Janeiro - RJ. Papers do 4o encontro ABCP: www.cienciapolitica.org.br, 2004.

_____: **Manifestos Partidários e Programas de Governo**. In: 6º Encontro da ABCP, 2008, Campinas. Papers do 6º Encontro da ABCP, 2008.

TELLES, Helcimara de Souza ; Lourenço, Luiz ; STORNI, Tiago Prata . Partidos, campanhas e voto: como o eleitor decide nas municipais. **Sociedade e Cultura**, v. 12, p. 91-116, 2009.

TELLES, Helcimara de Souza ; Dias, Mariana . Condutas políticas, valores e voto dos eleitores jovens de Belo Horizonte. **Revista do Legislativo**, v. 43, p. 82-103, 2011.

TELLES, Helcimara de Souza ; STORNI, Tiago Prata . Ideologias, atitudes e decisão de voto em eleitores de direita e de esquerda. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, v. 1, p. 87-146, 2011.

TELLES, Helcimara e LUCAS, João Ignácio (orgs.). **Das ruas às urnas: partidos e eleições no Brasil contemporâneo**. Caxias do Sul, Educs. 2003

TELLES, Helcimara de Souza ; RUIZ, Letícia. . **O fator Lula nas presidenciais de 2010: Atalho cognitivo, voto heurístico e confiança política**. In: _____ 36º Encontro Anual da Anpocs, Águas de Lindóia, SP. Anais da Anpocs, p. 1-43. 2012.

TELLES, Helcimara de Souza e Pedro Santos Mundim. **Internautas, verdes e pentecostais: Marina Silva e a emergência de uma terceira força política?**. In: _____ 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2012, Gramado.2012.

TELLES, Helcimara e MELO, Paulo Victor. **El Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB): La Ley de Disparidad Curvilínea puesta**. Apresentado no XXXII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos. Washington, 2013.

TELLES, Helcimara. El partido de los trabajadores y la red de militantes. ¿Qué piensan y en qué creen sus dirigentes y sus candidatos? In: _____ ULIONOVA, Olga. **Redes Políticas y Militantes**. Santiago de Chile. 2009

_____: Las elecciones brasileñas y la dimensión representativa en los gobiernos de Lula da Silva. Apuntes Electorales - **Revista del Instituto Electoral del Estado del México**, Toluca, v. VI, p. 53-94, 2007.

_____: **Os partidos e a competição política: o desempenho do Partido dos Trabalhadores nas eleições para a Câmara dos Deputados (1982/1998)**, Tese de Doutorado. São Paulo, Departamento de Ciência Política, 2003.

_____: **O PT e a ordem - identidade, conflito e interação: um estudo de caso sobre os candidatos a vereador nas eleições de 1992**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, datilografado.1997.

TORCAL, Mariano. **Political disaffection and democratization history in new democracies**. Working Paper, Juan March Institute, Madrid, 308, out. 2003.

TSE. **Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br>>. Último acesso em 13 de junho de 2013.

TSEBELIS, George. Processo decisório em sistemas políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo. **RBCS**, v. 12, no. 34, p.89-118, 1997.

VEIGA, Luciana F.. Os partidos políticos na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. **Opinião Pública** (UNICAMP), v. 13, p. 340-365, 2007.

VILLA, Marco Antonio ; ANGELO, Vitor Amorim de. (Org.). **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada**. São Paulo: EDUFSCar - Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2009.

Weber, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Ed. Unb, 1991.

ZUCCO JR, Cesar. **Ideology or What? Legislative Behavior in Multiparty Presidential Settings**. Paper prepared for delivery at the 6th Meeting of the ABCP, Campinas, jul. 2008.

ANEXOS

FIGURE—EXTENT OF ORGANIZATION

